

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO**

**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO DE DIREITO DA FDRP-
USP**

RIBEIRÃO PRETO

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitoria: Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitoria: Dr. Vahan Agopyan

Pró-Reitoria de Graduação: Dr. Antonio Carlos Hernandes

Pró-Reitoria de Pós Graduação: Dra. Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco

Pró-Reitoria de Pesquisa: Dr. José Eduardo Krieger

Pró-Reitoria de Extensão: Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

Direção: Dr. Umberto Celli Junior

Vice-Direção: Dra. Giselda Maria F. N. Hironaka

Comissão de Graduação: Dr. Jonathan Hernandes Marcantonio

Comissão de Pós-Graduação: Dr. Gustavo Assed Ferreira

Comissão de Pesquisa: Dra. Cíntia Rosa Pereira de Lima

Comissão de Cultura e Extensão Universitária: Dr. Daniel Pacheco Pontes

Departamento de Direito Privado e de Processo Civil: Dr. Camilo Zufelato

Departamento de Direito Público: Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias

Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas: Dr. Alessandro Hirata

COMISSÃO ASSESSORA DE AVALIAÇÃO DA GRADUAÇÃO

Membros: Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias (docente), Dr. Camilo Zufelato (docente), Dra. Fabiana Cristina Severi (docente), Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Coelho (docente), Dr. Luciano de Camargo Penteadó (docente), Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho (docente), Dr. Sérgio Nojiri (docente), Julia Martins de Oliveira (discente), Marina Oliveira Teixeira dos Santos (discente), Mateus Paschoarelli Veiga (discente), Maurício Buosi Lemes (discente), Ariadne Pereira Gonçalves (servidora técnica-administrativa) e Renata Cristina Salgado (servidora técnica-administrativa).

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO

Membros: Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias (docente), Dr. Camilo Zufelato (docente), Dra. Fabiana Cristina Severi (docente), Dr. Luciano de Camargo Penteadó (docente) Julia Martins de Oliveira (discente), Marina Oliveira Teixeira dos Santos (discente), Mateus Paschoarelli Veiga (discente),

Maurício Buosi Lemes (discente), Ariadne Pereira Gonçalves (servidora técnica-administrativa) e Renata Cristina Salgado (servidora técnica-administrativa).

Equipe de colaboração:

Gabriela Silveira Bueno dos Santos, Paula Carmona Pedroso, Pietra Daneluzzi
Quinelato e Saulo Simon Borges

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>6</u>
<u>2</u>	<u>ASPECTOS GERAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.....</u>	<u>8</u>
2.1	MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)	9
<u>3</u>	<u>ASPECTOS GERAIS DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO</u>	<u>11</u>
3.1	CRIAÇÃO E HISTÓRICO	11
3.2	O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO.....	11
3.2.1	ATIVIDADES DE ENSINO.....	17
3.2.2	ATIVIDADES DE PESQUISA	18
3.2.3	ATIVIDADES DE EXTENSÃO.....	20
3.2.4	INTERNACIONALIZAÇÃO DA GRADUAÇÃO	21
3.2.5	CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E OUTRAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA LIGADAS AO CURSO	22
3.3	CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL, CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS E DE INFRAESTRUTURA	22
<u>4</u>	<u>INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO: A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO</u>	<u>26</u>
<u>5</u>	<u>PERFIL DOS SEGMENTOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....</u>	<u>28</u>
5.1	PERFIL DOCENTE	28
5.2	PERFIL DISCENTE.....	30
5.3	PERFIL DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	32
<u>6</u>	<u>ANÁLISE DOS RESULTADOS</u>	<u>34</u>
6.1	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	34
6.2	ATIVIDADES DE ENSINO.....	50
6.3	ATIVIDADES DE PESQUISA.....	58
6.4	ATIVIDADES DE EXTENSÃO	66
6.5	CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS E DE INFRAESTRUTURA	72
6.6	CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	83
<u>7</u>	<u>COORDENADORES</u>	<u>87</u>
7.1	PERFIL DOS RESPONDENTES.....	87
7.2	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	87
7.3	PROJETOS DA FDRP	90

<u>8</u>	<u>AVALIAÇÃO GERAL PELOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO</u>	<u>92</u>
<u>9</u>	<u>CONCLUSÕES.....</u>	<u>94</u>
<u>10</u>	<u>ANEXOS.....</u>	<u>100</u>

1 INTRODUÇÃO

De modo geral, é possível dizer que a realização de avaliações e autoavaliações pelos diversos grupos e setores que compõem a Universidade de São Paulo (docentes, pesquisadores, servidores administrativos e discentes) é uma preocupação constante que perpassa toda a sua dinâmica cotidiana. Isso porque elas oportunizam a interlocução entre os diversos membros envolvidos no processo.

O acompanhamento e a avaliação dos processos de formação se dão à luz dos objetivos, competências e habilidades estabelecidos no Projeto Político Pedagógico (PPP) em cada um dos seus períodos, por instrumentos individuais e coletivos, inseridos nas disciplinas e atividades complementares, bem como pelos programas vigentes de avaliação institucional coordenados pelas Pró-Reitorias da USP.

Aos Departamentos e às Comissões, além da Congregação da Unidade, cabe fazer uso de diferentes abordagens e indicadores para o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico, avaliando e buscando continuamente o aprimoramento do currículo e do aprendizado, ouvindo toda a comunidade acadêmica e os setores externos que interagem com o campus de Ribeirão Preto.

No âmbito da FDRP/USP, foi criada em 2010 uma Comissão para acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito da FDRP, que é responsável pela sistematização dos dados dos últimos quatro anos de implantação e funcionamento do curso. Isso porque se encerraria, em 2012, essa fase do curso, momento em que era necessário se iniciar a fase de avaliação e atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito.

As atividades da Comissão Assessora iniciaram-se em treze de maio de 2013, data da reunião de sua instalação, sob a presidência do Prof. Dr. Thiago Marrara, então Presidente da Comissão de Graduação. As datas das Reuniões Ordinárias realizadas entre os membros da Comissão Assessora, bem como dos Fóruns Públicos, nos quais foi possível divulgar e promover as diretrizes dessa Comissão a toda comunidade da FDRP, são: 1ª Reunião: 21/05; 2ª Reunião: 07/06; 3ª Reunião: 27/06; 4ª Reunião: 16/08; 5ª Reunião: 26/08; 6ª Reunião: 16/09; I Fórum: 30/09; II Fórum: 07/10; III Fórum: 10/10.

A sistemática de trabalhos desta comissão obedeceu alguns princípios fundamentais da política de gestão universitária da USP, entre os quais:

- Ampla acesso de todos os segmentos da universidade (discentes, docentes e servidores técnicos e administrativos) e da sociedade civil às informações consolidadas sobre o curso;
- Respeito à pluralidade de ideias e concepções sobre o curso;
- Clareza quanto aos métodos e instrumentos utilizados;
- Adequação dos instrumentos de avaliação e sistemáticas de reformulação às atividades pedagógicas e institucionais.

Por isso, os modelos de questionários foram elaborados durante um processo de amplo trabalho, que contou com a participação de toda a comunidade da FDRP, docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, e apoiou-se em modelos de questionários já aplicados com sucesso por outras universidades, bem como em normas federais, estaduais e da própria USP referentes ao ensino superior e, em especial, aos cursos de direito.

Com o objetivo de elaborar mecanismos de diagnóstico de eventuais problemas do Curso de Graduação de Direito desta Faculdade e, assim, auxiliar o processo de revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso, foram realizadas seis reuniões entre os membros e três fóruns públicos, abertos a toda comunidade da FDRP. Durante esses encontros foi possível divulgar e promover as diretrizes dessa Comissão, ampliando a discussão e reflexão sobre as necessidades do Curso.

As atividades da Comissão Assessora iniciaram-se em treze de maio de 2013, data da reunião de sua instalação, sob a presidência do Prof. Dr. Thiago Marrara, então Presidente da Comissão de Graduação. As datas das reuniões bem como dos fóruns foram: 1ª Reunião: 21/05; 2ª Reunião: 07/06; 3ª Reunião: 27/06; 4ª Reunião: 16/08; 5ª Reunião: 26/08; 6ª Reunião: 16/09; I Fórum: 30/09; II Fórum: 07/10; III Fórum: 10/10. Com sucesso, os Modelos de Questionário foram concluídos e as Atas das Reuniões, bem como os Questionários, acompanham este relatório, do qual são parte integrante, na forma de anexos.

Por fim, finalizados os Modelos de Questionários, a Comissão Assessora de Avaliação os encaminhou à Comissão de Graduação para inserção em sistema informatizado específico operado pelo setor de Tecnologia da Informação da FDRP e posterior preenchimento pelos segmentos da Unidade.

2 ASPECTOS GERAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A Universidade de São Paulo (USP) é uma universidade pública, mantida pelo Estado de São Paulo e ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Criada em 1934, a USP é uma das mais importantes instituições de nível superior do Brasil. O talento e a dedicação dos docentes, alunos e funcionários têm sido reconhecidos por diferentes rankings mundiais, criados para medir a qualidade das universidades a partir de diversos critérios, principalmente os relacionados à produtividade científica.

Sua Graduação é formada por 247 cursos, dedicados a todas as áreas do conhecimento, distribuídos em 42 unidades de ensino e pesquisa e oferecidos a mais de 91 mil alunos. A Pós-Graduação é composta por 239 programas (totalizando 308 cursos de Mestrado e 299 de Doutorado).

Para desenvolver suas atividades, a USP conta com diferentes campi, distribuídos pelas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto, Piracicaba, São Carlos, Pirassununga, Bauru, Lorena e Santos, além de unidades de ensino, museus e centros de pesquisa situados fora desses espaços e em diferentes municípios.

A vocação internacional vem desde a sua fundação, feita a partir da união de escolas que já existiam e por meio do relevante papel desempenhado pelas missões de professores estrangeiros, principalmente franceses, italianos e alemães, que vieram dar aulas na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cuja posterior divisão gerou boa parte das faculdades e institutos da Universidade.

As novas exigências da globalização têm levado a USP ao aceleração do processo de internacionalização das suas atividades de ensino e de pesquisa, por meio de ações que têm apresentado excelentes resultados, como a ampliação do número de docentes e estudantes em intercâmbio e o desempenho da instituição nos rankings mencionados, o que indica que a Universidade de São Paulo continua no caminho certo, aliando tradição à inovação, em prol do desenvolvimento da sociedade brasileira e do mundo.

O Campus de Ribeirão Preto começou sua formação em 1948, a partir da criação da Faculdade de Medicina. Em tal campus são oferecidos 25 cursos (totalizando 1360 vagas oferecidas anualmente), distribuídos nas seguintes unidades: Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto; Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto; Faculdade de Direito de Ribeirão Preto;

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto; Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto e o Centro de Informática de Ribeirão Preto.

O Campus também conta com a estrutura desejada para seu pleno funcionamento, como, por exemplo, uma coordenadoria, centrais de tratamento odontológico, bibliotecas e o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto - esse último vinculado à Faculdade de Medicina.

2.1 MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da USP¹, em debate para o período 2012-2017, define a visão e a missão dessa instituição de ensino superior e as estratégias para atingir seus objetivos e metas.

A missão institucional, definida pelo Estatuto da USP, em linhas gerais, envolve a formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como a qualificação para as atividades profissionais e oferta à sociedade de serviços de extensão e de curadorias indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa.

Define-se a Instituição na visão de tornar-se uma universidade de classe mundial, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável do país e respondendo de maneira qualificada e inovadora aos anseios da sociedade contemporânea.

Para atender à missão e visão definidas de acordo com o PDI, foram estabelecidos objetivos e metas para as quatro áreas de atuação acadêmica. No âmbito da Graduação, exige-se o aprimoramento da qualidade dos cursos, observando-se metodologia de ensino, currículo e infraestrutura. Entre os focos, está o apoio à permanência dos alunos, assim como a busca de formas de ampliar a diversidade do corpo discente. As revisões curriculares dos cursos regularmente solicitadas abrem espaço para tentativas que garantam formação mais ampla, com articulação humanístico-científica, formando estudantes mais motivados e cientes do impacto socioambiental de sua área de atuação. Preza-se, ainda, pelo aumento de estudantes em

¹ Versão preliminar disponível em: <http://caf.ffeich.usp.br/sites/caf.ffeich.usp.br/files/arquivos/pdi-versao23.11.2011.pdf>. (Acesso dia 10/08/2014).

intercâmbios de cunho internacional, assim como em programas de iniciação científica e de extensão. Igualmente, pode-se melhorar o índice de evasão, buscando ações específicas.

No que se refere ao ensino de Pós-Graduação, é necessário contribuir com a formação de mais mestres e doutores, sendo importante a melhoria na qualidade da formação, sobretudo em áreas de fronteira do conhecimento e de inovação tecnológica.

Quanto à pesquisa, os dados mostram aumento da produção, mas ainda insuficiente. Mesmo com o aumento, há ainda pouca pesquisa aplicada a empresas no Brasil; a participação de estudantes de graduação e de pós-graduação nesses projetos pode contribuir para a formação de um quadro de profissionais líderes de mudanças estruturais na capacidade de inovação dos setores público e empresarial. Seu impacto internacional é, ainda, bastante acanhado.

No tocante às atividades de cultura e extensão, há a necessidade de a USP se articular de maneira mais expressiva com a sociedade, em especial com as parcelas da população que apresentam maior dificuldade em usufruir das diferentes expressões culturais e de conhecimento disponíveis.

3 ASPECTOS GERAIS DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

3.1 CRIAÇÃO E HISTÓRICO

A necessária expansão da Educação Superior no país tornou-se premente, principalmente nos últimos 10 anos, em que o Brasil iniciou um novo ciclo de desenvolvimento. Além disso, de acordo com recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) - Indicadores Sociais 2009, em média nacional, apenas 24,31% dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, têm acesso ao ensino superior.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2010, documento que organiza prioridades e propõe metas a serem alcançadas nos dez anos seguintes, previu o aumento em três vezes das vagas nas universidades, de maneira a atingir 36% da população de 18 a 24 anos e as expectativas de desenvolvimento econômico e tecnológico e a consequente superação da pobreza e das desigualdades sociais.

No caso do Direito, tanto o Ministério da Educação quanto a Comissão Nacional de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB têm buscado, nos últimos anos, articular suas políticas destinadas à melhoria do ensino jurídico no país.

Dessa maneira, em que pese a oferta de um número elevado de vagas em cursos de Direito na macrorregião de Ribeirão Preto (Nordeste do Estado de São Paulo) e no próprio estado de São Paulo, a maior parte delas são ofertadas por Instituições Privadas de Ensino Superior que, de acordo com os relatórios de avaliação do Ministério da Educação, dedicam-se precariamente ao desenvolvimento de pesquisas e de uma formação generalista.

Além de buscar a formação de excelência dos seus próprios discentes, o PPP do curso de Direito da FDRP/USP foi idealizado também com vistas a produzir impactos significativos, em termos de qualidade, nas demais Instituições de Ensino Superior (IES) de Direito do Estado de São Paulo ao fortalecer as suas atividades de pesquisa e multiplicar as parcerias locais e redes temáticas de pesquisadores.

3.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

De acordo com o PPP do curso, a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto tem por **missão** formar juristas e pesquisadores de excelência, com habilidades

multidisciplinares, preparados para enfrentar as demandas sociais da atualidade. Entre elas, destacam-se as áreas ligadas à bioética, direitos humanos e desenvolvimento regional rural e urbano.

A Faculdade de Direito de Ribeirão Preto estrutura-se de modo a se tornar um Centro de Referência, de padrão internacional, em ensino, pesquisa e extensão na área do Direito, com impactos significativos em seu contexto sociopolítico e econômico regional.

Em termos de **perfil do egresso**, espera-se que o curso possa formar cidadãos críticos, com sólida formação humanística e vocação para a pesquisa, contextualizados nos problemas contemporâneos e, em especial, aqueles ligados ao desenvolvimento regional urbano e rural, aptos a atuarem em equipes de multiprofissionais nos diferentes campos do Direito, sobretudo, nas áreas de bioética, direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento rural (agronegócio) e urbano.

Com relação às **competências e habilidades**, o bacharel em Direito da FDRP/USP deverá ser capaz de assimilar as demandas da comunidade, de modo a permitir que o sistema normativo, aberto, dialogue com o meio em que se insere, com vistas à realização dos fundamentos do Estado brasileiro, previstos constitucionalmente, com destaque:

- Desenvolvimento de uma formação humanística profunda e crítica;
- Formação sólida nas áreas tradicionais do Direito e nas áreas ênfase do curso;
- Habilidade em criar e interpretar dados empíricos sobre o contexto regional e nacional que permitam a formulação e análise de políticas públicas;
- Capacidade de reconhecer demandas de grupos de pressão, minorias, questões socioambientais e de soberania, bem como de economia de mercado e suas inúmeras formas de relação com o Direito;
- Desenvolvimento de saberes jurídicos nas áreas de ênfase do curso, em nível de excelência;
- Formação como pesquisador e educador em Direito, em níveis de qualidade e excelência compatíveis com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade de São Paulo;
- Habilidade instrumental em línguas estrangeiras;

- Habilidade geral em contabilidade, matemática e estatística ligada à atividade profissional tradicional e à análise de políticas públicas e diagnósticos sociopolíticos e econômicos;
- Aplicação dos conhecimentos teóricos em situações do cotidiano profissional de forma crítica;
- Incentivo à produção do conhecimento de forma autônoma;
- Responsabilidade socioambiental, ética profissional e compromisso de cidadão;
- Valorização e respeito pela diversidade cultural;
- Consolidação dos valores democráticos e dos direitos humanos.

O Curso tem duração de 5 (cinco) anos, com período de funcionamento integral.

Durante os 2 (dois) primeiros anos, a grade curricular contempla atividades de ensino e carga horária de disciplinas teóricas nos dois períodos (manhã e tarde). A partir do 3º (terceiro) ano, o curso passa a concentrar a carga horária teórica no período matutino, ficando o outro período para a realização de estágio, desenvolvimento de atividades de iniciação científica e/ou extensão.

Ainda, no 9º e 10º semestres, com base no conjunto de disciplinas obrigatórias já cursadas, é possível ao discente eleger um conjunto de disciplinas ofertadas que permitam a ele aprofundar sua formação teórico-profissional em alguma área específica, dentre aquelas enfatizadas pelo Projeto Político Pedagógico do Curso. Assim, o bacharelado em Direito completa-se com o cumprimento de 5 anos, ou dez semestres letivos.

O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, no período da manhã das 8h15 às 12h00 e no período da tarde das 14h15 às 18h00, com duração de 45 (quarenta e cinco) minutos a hora/aula.

A FDRP/USP apresenta um ingresso anual, no início do ano, por meio do sistema de vestibular da Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST), oferecendo 2 turmas em período integral, com 50 alunos cada, que totalizam 100 vagas anuais.

Com relação ao regime didático, o curso obedece ao sistema USP de créditos, em que cada crédito-aula implica 15 horas de atividade em sala. A carga horária total do curso é de 4.350 horas, das quais 360 correspondem ao Estágio, para integralização em 10 (dez) semestres, no mínimo e 14 (quatorze) semestres, no máximo.

A carga horária do curso, que totaliza 264 créditos, está distribuída da seguinte forma:

- 85% em créditos de formação fundamental, sendo 207 créditos em disciplinas obrigatórias, 8 créditos para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e 12 créditos para o Estágio Curricular Obrigatório (ECO).
- 15% dos créditos de formação complementar, sendo 12 créditos, no mínimo, para disciplinas optativas eletivas; 16 créditos, no máximo, em disciplinas optativas livres (fora da FDRP); 8 créditos, no máximo, em atividades de pesquisa e 8 créditos, no máximo, em atividades de extensão.

A matriz curricular do curso buscou contemplar todas as Diretrizes Curriculares do Curso de Direito e, além disso, garantir uma formação de excelência por meio das seguintes características:

- *Período integral*: contemplando aulas teóricas, atividades práticas, de pesquisa e extensão;
- *Disciplinas inovadoras*, voltadas para a formação interdisciplinar, crítica e articulada com áreas consideradas ênfase em razão de demandas regionais e nacionais;
- *Flexibilidade de formação*, por meio da estruturação das disciplinas em obrigatórias, eletivas e optativas, além da possibilidade de cumprimento de disciplinas em outras unidades da USP.

Cabe destacar que o PPP dá ênfase para a pesquisa, não apenas no Trabalho de Conclusão de Curso, com créditos próprios, como também em projetos de pesquisa e de extensão que o graduando poderá desenvolver ao longo do curso, contabilizando esse trabalho em créditos.

Ainda, como um diferencial, destaca-se a oferta de algumas disciplinas como: “Idioma Instrumental”, “Introdução ao Direito Comparado”; “Contabilidade para Advogados”; “Matemática para Advogados”; “Economia para Advogados: Microeconomia”; “Economia para Advogados: Macroeconomia”; “Direito Público da Saúde”; “Direito dos Seguros Privados I e II” e “Bacias Hidrográficas, Meio Ambiente e Desenvolvimento”, não usuais em cursos jurídicos e úteis para uma melhor preparação do egresso para o enfrentamento dos desafios atuais da prática jurídica, cada vez mais internacionalizada e crescentemente imbricada com a atuação empresarial – seja na forma de uma atividade adjuvante, seja na de fiscalização.

A metodologia empregada consiste em aulas expositivas, discussão de textos e casos e atividades práticas de simulação de atividades profissionais do direito, além de atividades de iniciação científica e de extensão. O curso está estruturado de forma a organizar os seus conteúdos por meio de disciplinas, seminários, supervisão de monitoria, supervisão de palestras, workshops, cursos de curta duração, eventos de integração profissional, acadêmica e social, dentre outros.

A proposta de um ensino jurídico inovador fortalece a união entre a teoria e a prática, com destaque para o estágio realizado no período acadêmico. Com base nessa premissa, o Projeto Político Pedagógico prevê a integração da prática forense ao currículo obrigatório mínimo a ser cumprido pelo discente. Em termos práticos, significa que a partir do quinto semestre letivo o discente deverá realizar o **Estágio Curricular Obrigatório (ECO)**, em pelo menos dois períodos, integralizando 12 créditos totais.

O estágio é pensado a partir de uma perspectiva acadêmica, de modo que no cumprimento estrito das exigências da Lei Federal nº 11.788/88 (Lei de Estágio), a Instituição de Ensino celebra convênios específicos com entidades públicas diversas e também com escritórios de advocacia, com a preocupação de verificar pontualmente quais as práticas jurídicas que o aluno desenvolverá, promovendo frequentes visitas aos órgãos conveniados, bem como submetendo os relatórios de estágio a uma criteriosa avaliação pela Comissão Assessora de Estágio.

O Núcleo de Prática Jurídica da FDRP (CEPRAJUR – Centro de Práticas Jurídicas) está em fase de implantação. De acordo com seu Regimento, as atividades do CEPRAJUR devem promover o envolvimento dos alunos em situações profissionais reais e simuladas, assim como estudo e reflexão da Ética Profissional, detalhadas da seguinte forma:

- a) Estágio Curricular Obrigatório (ECO), junto a instituições conveniadas com a FDRP ou junto ao Escritório Experimental da FDRP;
- b) Estágio Não Obrigatório, junto a instituições públicas e privadas, mediante ajustes celebrados de acordo com a legislação pertinente;
- c) Defesa dos direitos humanos e promoção da cidadania, devidamente aprovadas no âmbito da FDRP; e
- d) Prestação de serviços e de consultoria jurídica a instituições públicas e privadas, sob responsabilidade de Docentes da FDRP.

Até 2011, as atividades do ECO e do Estágio Não Obrigatório foram viabilizadas por meio de convênios. As atividades de Prática Simulada (áreas: cível, penal e tributária) foram implementadas, mediante disponibilização de espaço físico nas instalações da Unidade no formato de laboratório de prática simulada.

Quanto às atividades de Prática Real, foram implantadas até o momento:

a) Prática de Conciliação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Tais atividades são realizadas no contexto das disciplinas “Prática de Conciliação I e II” e em espaço físico próprio do Núcleo de Conciliação, Mediação e Cidadania da Comarca de Ribeirão Preto (Poder Judiciário - SP), mediante convênio próprio²;

b) Prática de Assessoria Jurídica Popular, no âmbito do Projeto do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJURP). As atividades previstas em tal projeto são realizadas nas próprias instalações e espaços de grupos sociais, associações civis e conselhos populares. Também foi destinado, em 2012, espaço físico próprio nas instalações da FDRP para o funcionamento do NAJURP, por meio de verba do Programa USP-INOVALAB.

O **Trabalho de Conclusão de Curso** tem caráter obrigatório e regulamentação própria feita pela unidade. Os alunos matriculam-se no 8º semestre do Curso. No ato da inscrição, o aluno deve apresentar requerimento de inscrição, histórico escolar (impresso do sistema Júpiter), Currículo Lattes (atualizado) e projeto de pesquisa. O Projeto de Pesquisa deverá conter tema, justificativa de sua escolha, objetivos, metodologia, desenvolvimento, cronograma e bibliografia preliminar. Deve também estar no contexto das linhas de pesquisa dos potenciais orientadores indicados.

O aluno deverá entregar o Relatório Parcial das Pesquisas Realizadas, no prazo de 6 (seis) meses, contados da publicação do resultado final da seleção de orientandos. O TCC deverá ser depositado, perante a Assistência Acadêmica, até o final do 12º mês, prazo esse contado a partir da publicação do resultado final da seleção de orientandos, sendo 02 (dois) exemplares impressos (frente e verso) e um digital. Sua defesa é realizada em sessão pública com a presença do professor orientador e, pelo menos, mais um docente avaliador.

² A referida atividade encontra-se temporariamente suspensa em razão da não renovação do Convênio com o Tribunal de Justiça de São Paulo.

3.2.1 Atividades de Ensino

A FDRP/USP participa da maioria dos Programas Institucionais da Pró-Reitoria de Graduação (PRG-USP), mediante submissão de propostas e projetos próprios, sendo que a maior parte deles busca manter a articulação com as outras dimensões de pesquisa e extensão. Abaixo, destacam-se alguns dados sistematizados pela Comissão de Graduação da Unidade:

a) *Programa de Apoio à Internacionalização da Graduação (Pró-Int)*. Visa apoiar o projeto de internacionalização nas Unidades, destinando recursos financeiros para a participação de estudantes em eventos ou atividades acadêmicas no exterior.

b) *Programa de apoio à realização e participação em eventos voltados à graduação (Pró-Eve)*. O objetivo é estimular o engajamento dos estudantes em atividades extracurriculares que auxiliem sua formação acadêmica integral.

c) *Programa de Manutenção e Equipamento de Laboratórios Didáticos (Pró-Lab)*. Destinado à aquisição de equipamentos e insumos de laboratórios didáticos para aulas práticas.

d) *Programa Embaixadores da USP*. O objetivo é firmar parceria com alunos provenientes do Ensino Médio público do Estado de São Paulo, para que retornem às suas escolas de origem e compartilhem com os alunos e professores dessas escolas, sua experiência de sucesso em ingressar na USP. A visita dos "embaixadores" às escolas públicas visa a aumentar visibilidade da USP perante a sociedade e a divulgar informações a respeito ao Programa de Inclusão Social da USP - INCLUSP.

e) *Programa Ensinar com Pesquisa (PEP)*. Propõe-se a apoiar, por meio de bolsas, projetos de iniciação científica que tenham como foco o ensino de graduação na USP e que abordem temáticas voltadas para os desafios do ensino e da aprendizagem nos cursos de graduação. Os dados referentes aos projetos de iniciação científica apoiados por meio deste programa estão mencionados no item "pesquisa".

f) *Programa de Estímulo ao Ensino de Graduação (PEEG)*. Com o objetivo de incentivar alunos da graduação a aperfeiçoarem estudos em uma área de conhecimento de maior interesse, por meio do desenvolvimento de atividades supervisionadas de ensino, o Programa de Estímulo ao Ensino de Graduação (PEEG) é voltado a estudantes de todos os cursos da USP, que tenham bom rendimento escolar e destacado desempenho na disciplina escolhida para desenvolver as atividades de monitoria.

g) *Programa Pró-Aluno (PROALUNO)*. Tem por objetivo prover os alunos de graduação de recursos básicos de informática, tanto *hardware* como *software*, para uso exclusivo nas suas atividades de graduação. Todo aluno regularmente matriculado nos cursos de graduação da USP terá direito a um código de acesso ao Programa Pró-Aluno.

h) *Programa Pró-Inovação no Ensino Prático de Graduação (Pró-Inovalab)*. Visa apoiar projetos para instalação de laboratórios destinados às aulas práticas inovadoras. A FDRP teve projetos aprovados pela PRG-USP nos dois editais do programa lançados até o momento (2012 e 2013): os Laboratórios de Direitos Humanos e de Prática Jurídica Simulada.

3.2.2 Atividades de Pesquisa

A Comissão de Pesquisa da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, instalada em 20 de setembro de 2011, tem como meta principal estimular docentes e discentes ao estudo científico, além de empregar esforços para solidificar os projetos de pesquisa desenvolvidos na Unidade e divulgar à comunidade os resultados obtidos.

A Comissão de Pesquisa da FDRP também procura estimular a inserção dos docentes e discentes da Unidade em todos os projetos e programas da Pró-Reitoria de Pesquisa, como Iniciação Científica, SIICUSP, Pré-Iniciação Científica, Redes Internacionais como a USP/USAL e Auxílios à Pesquisa. Ela também auxilia o Núcleo de Apoio à Pesquisa “Centro de Estudos em Direitos e Desigualdades” (CEDD) em várias atividades. O CEDD é coordenado por docentes da FDRP e fomentado por verba da PRP.

As atividades de iniciação científica realizadas pelos discentes podem ser contabilizadas como créditos na disciplina “Prática de Pesquisa Científica”. Está sendo regulamentado um programa de Iniciação Científica sem bolsa pela FDRP.

Em termos de resultados, pode-se destacar o número elevado de bolsas de iniciação científica obtidas pelos discentes do curso, bem como o expressivo número de grupos de estudos existentes e eventos realizados na Unidade.

Além das atividades de Iniciação Científica (IC), cabe destacar também outras dimensões de apoio à pesquisa, decorrentes do próprio regime de trabalho da maioria dos docentes do curso (RDIDP e RTC) e que acaba por trazer impactos significativos na formação geral do discente. Nesse sentido, destaca-se:

a) *Pesquisas dos Docentes*: Todos os docentes em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e em Regime de Turno Completo (RTC) desenvolvem, ao menos, um projeto de pesquisa individual, acompanhado pelos Conselhos de Departamento e pelo órgão geral da USP de supervisão dos regimes especiais de trabalho (CERT). Vários desses docentes têm submetido tais projetos ou outros projetos de pesquisa a órgãos de fomento e buscado parcerias de pesquisa com outras unidades da USP e outras Universidades brasileiras e estrangeiras (ver tabela abaixo). A maior parte dos projetos de pesquisa envolvem áreas de ênfase do curso. Com relação à produção acadêmica dos docentes, destaca-se que a totalidade dos docentes em RTC e RDIDP mantêm uma média de 3 produções anuais (capítulos de livros, livros, artigos, apresentação de trabalhos e trabalhos técnicos).

b) *Acordos de cooperação em pesquisa*: para estimular a pesquisa na FDRP/USP e fortalecer suas áreas ênfase de formação, tem-se buscado realizar acordos e convênios com outros centros e instituições de pesquisa públicas e privadas no exterior (mas também no Brasil) que sejam reconhecidos como referências em seus respectivos campos de atuação

c) *Criação de Revistas Acadêmicas e Científicas*. A FDRP/USP conta, atualmente, com duas revistas digitais, construídas a fim de divulgar trabalhos científicos de excelência: a Revista Digital de Direito Administrativo (RDDA), criada em março de 2013 e a Revista Digital de Direito Público (RDDP), cuja primeira edição se deu em 2011.

d) *Grupos de Pesquisa*. Vários professores lideram grupos de pesquisa inscritos no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Alguns professores também participam de grupos de pesquisa na condição de pesquisadores, comprovando o perfil do corpo de docentes da FDRP.

e) *Programa de Mestrado*. A Faculdade conseguiu aprovação, em 2013, pelo Conselho Técnico-Científico de Educação Superior da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do seu primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu*. A área de concentração do programa de Mestrado da instituição é Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito e suas linhas de pesquisa são: a) Desenvolvimento, democracia e instituições e b) Racionalidade jurídica e direitos fundamentais na construção do Estado Democrático de Direito.

3.2.3 Atividades de Extensão

São inúmeras as atividades que são compreendidas como cultura e extensão universitária. As categorias nas quais podem ser distribuídas as referidas atividades são as de formação profissional e educação continuada; assessoria, consultoria e prestação de serviço especializado; assistência; orientação; participação em bancas examinadoras ou julgadoras, em colegiados ou comissão externa; atividades de divulgação em geral; participação em direções; supervisão; promoção e organização de eventos; participação em projetos de lei e projetos comunitários; elaboração de pareceres, laudos e perícias.

A Comissão de Cultura e Extensão Universitária, desde a sua criação em 20 de agosto de 2011, vem contribuindo para o crescimento da Faculdade, desenvolvendo as atividades da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (Programa Aprender com Cultura e Extensão, Universidade Aberta à 3ª idade, Feira de Profissões etc.), além das atividades de extensão da própria FDRP, tais como cursos de difusão, especialização, palestras e eventos em geral. Ademais, pela grade curricular da FDRP, 15% dos créditos são de formação complementar, sendo 8 deles concedidos pela Comissão de Cultura e Extensão Universitária por atividades de extensão.

A Comissão de Cultura e Extensão da FDRP tem buscado promover a participação da Unidade nos diversos Programas da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, além de estimular a promoção de vários cursos de difusão e de especialização. Nesse sentido, podemos citar: a Universidade Aberta à Terceira Idade; Projetos de Extensão como “Programa Aprender com Cultura e Extensão” e “Projeto Rondon”, além de Programas USP e as Profissões como “Feira de Profissões” e “Visitas Monitoradas”.

Além disso, existem também os projetos de extensão realizados em parceria com órgãos públicos e entidades privadas da região, com recursos obtidos em órgãos públicos de fomento à extensão. Nesse sentido, é possível citar:

a) *Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJURP)*: aprovado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Extensão do Ministério da Educação (PROEXT-MEC/2011), com o objetivo de desenvolver e coordenar ações relacionadas à extensão voltadas para a assessoria jurídica popular, a produção e disseminação de conhecimentos e informações em direitos humanos e a criação e fortalecimento de espaços dialogais entre sociedade civil, universidade e agentes públicos especialmente para a elaboração de políticas públicas.

b) *Análise e intervenção sócio jurídica nos casos de agressão sexual e/ou violência doméstica contra a mulher* (PROEXT-MEC/2011), visando: 1. orientação e encaminhamentos para assistência jurídica de vítimas de violência doméstica e agressão sexual; 2. formulação de políticas públicas de proteção à mulher exposta; 3. imprimir espírito de solidariedade e comprometimento social nos alunos do curso de Direito, bem como ampliar a sua perspectiva sobre os desafios sociais e a situação de exposição da mulher.

c) *Jurisconsultus*. Criação da empresa júnior, aprovada pela Comissão de Cultura e Extensão Universitária.

A FDRP/USP promoveu também vários eventos acadêmicos (colóquios, seminários, congressos, encontros de pesquisa e de estudos), sendo alguns deles com alcance nacional e internacional que divulgaram as pesquisas e os objetivos da Unidade aos alunos e à comunidade jurídica local e nacional. Muitos desses eventos tiveram o apoio de agências de fomento, como: FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

3.2.4 Internacionalização da Graduação

A Comissão de Relações Internacionais da FDRP tem como objetivo construir as relações internacionais da Faculdade, promover a sua divulgação no exterior, fortalecer a posição da Unidade como centro nacional e internacional de referência no campo do Direito e estimular o intercâmbio internacional de docentes e discentes de graduação e pós-graduação. Além disso, a Comissão é responsável pelo projeto de internacionalização da Unidade, desenvolvendo e implementando políticas de cooperação, assessorando a Diretoria neste assunto; por acompanhar e organizar os Convênios; analisar, elaborar e aprimorar minutas de convênio; definir os critérios para aceitação de alunos estrangeiros nos cursos e programas da Unidade e recepcionar discentes estrangeiros na Unidade.

Em diálogo com os órgãos da Reitoria, a Comissão de Relações Internacionais auxilia também as atividades da Agência de Cooperação Nacional e Internacional da USP, como editais de mobilidade discente, eventos, recepção de delegações e instituições estrangeiras etc.

Por meio dela, pretende-se ampliar o projeto de internacionalização da Unidade, sobretudo com o acréscimo de convênios com Universidades do exterior e da participação de estudantes em eventos ou atividades acadêmicas no exterior.

3.2.5 Cursos de Especialização e Outras Atividades de Formação Contínua Ligadas ao Curso

Os Cursos de Especialização, bem como as Atividades de Formação Contínua, dentro do processo de articulação entre ensino e pesquisa, contribuem para viabilizar a interação enriquecedora entre a universidade e a sociedade com importantes instrumentos de desenvolvimento do processo pedagógico e de socialização do saber acadêmico.

Nesse sentido, algumas das áreas de conhecimento desenvolvidas na FDRP em seus Cursos de Especialização e Difusão são: Ciência Política, Filosofia do Direito, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Tributário e Direito Processual Civil.

3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL, CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS E DE INFRAESTRUTURA

Ribeirão Preto constitui-se no centro de importante região geopolítica do Estado de São Paulo, sendo um de seus municípios mais desenvolvidos, tanto econômica quanto culturalmente. Apesar de ser essencialmente urbano, sua principal riqueza provém da agroindústria da região, que é um dos maiores celeiros do país.

Trata-se de uma cidade com definida e exitosa vocação universitária. O campus da USP em Ribeirão Preto começou há mais de 50 anos, na antiga fazenda de café Monte Alegre, que hoje alberga um sólido e complexo conjunto biomédico e de saúde, justo motivo de orgulho para a região e para a própria Universidade. Desde 1992, importantes cursos da área de humanidades se instalaram, como Pedagogia, Ciências da Informação e Documentação, Música, Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Economia. Faltavam as Ciências Jurídicas, vazio este agora preenchido com o Curso de Direito.

A instalação dessa nova Faculdade da USP, como medida para viabilizar a formação profissional qualificada para o mercado, tornou-se de extrema relevância, haja vista que as outras unidades sediadas no mesmo campus são referência nacional e

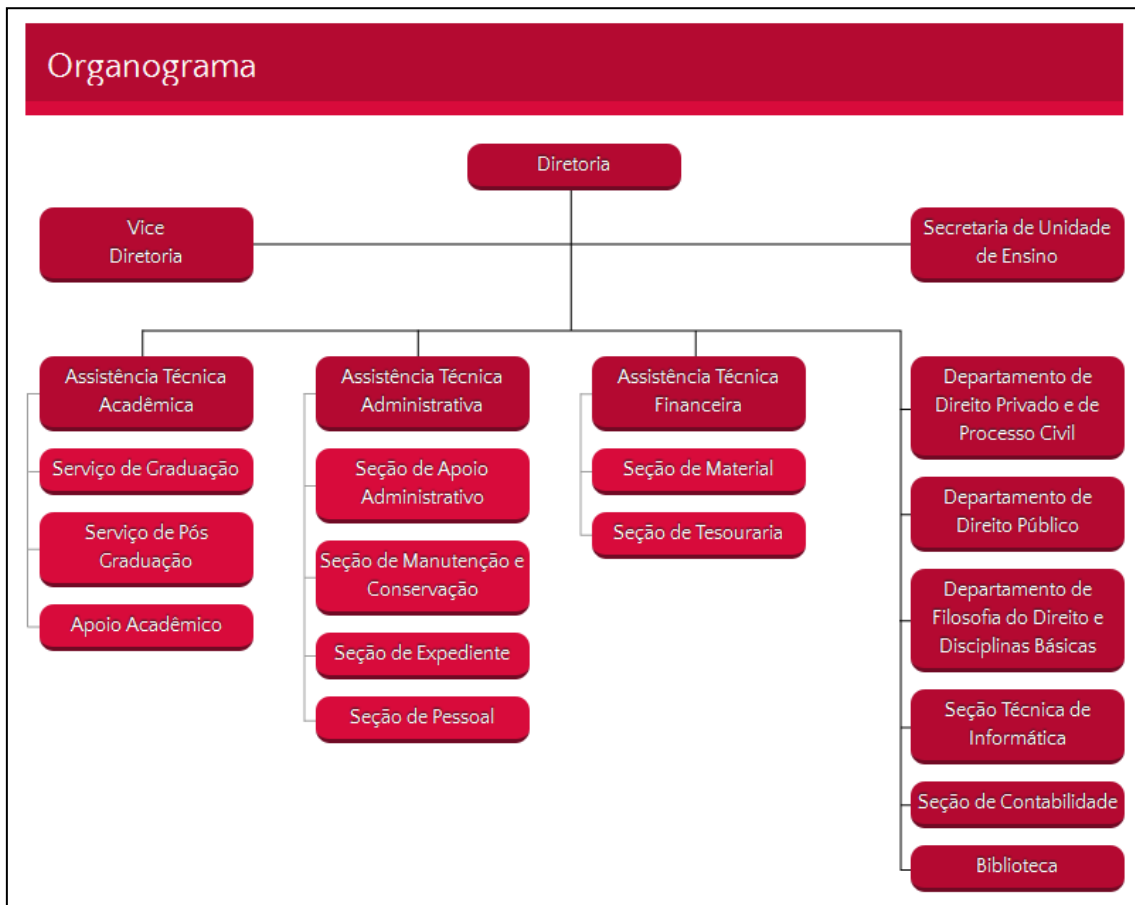
internacional na geração de conhecimento. Dessa forma, a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto deve representar ganhos qualitativos e exercer influência em seu entorno.

A Unidade possui uma área total de aproximadamente de 9.020 m², ocupando uma projeção no terreno de 4.270 m². A estrutura física da Faculdade é constituída de 5 Blocos sendo: Bloco A – Centro de Estudos, Blocos B e C – Didático, Bloco D – Administrativo, Bloco E – Auditório.

As instalações são constituídas por 12 salas de aula, com capacidade de 50 a 60 lugares cada, equipadas com computador, multimídia, armários individuais para alunos, ar condicionado e carteiras ergonômicas; 6 salas de seminários com capacidade de 30 lugares cada, equipadas com ar condicionado e carteiras ergonômicas; 9 salas de grupos de estudo, com capacidade de 6 lugares cada, equipadas com ar condicionado, mesa e cadeiras; 1 sala pró-aluno, equipada com ar condicionado, 14 microcomputadores e um monitor à disposição dos alunos; 1 sala de reunião, com capacidade para 20 lugares; 1 sala de reunião do tipo Congregação, com capacidade entre 30 e 40 lugares, equipada com ar condicionado, aparelhagem de som e multimídia, microcomputador e poltronas ergonômicas; 1 anfiteatro com capacidade para 108 lugares, equipado com ar condicionado, aparelhagem de som e multimídia, microcomputador e poltronas ergonômicas; 1 auditório com capacidade para 465 lugares, equipado com ar condicionado, completos e modernos recursos audiovisuais, elevador para deficientes, cadeiras reservadas para deficientes e obesos, cabine de tradução simultânea, excelente acústica, equipamentos para videoconferência, foyer amplo e mezanino; 20 salas de docentes – individuais e coletivas, equipadas com mobiliário, ar condicionado e microcomputador.

Administrativamente, a FDRP estrutura-se conforme o organograma apresentado a seguir.

Figura 1: Organograma da Estrutura da FDRP



Os 3 Departamentos nos quais estão alocadas as disciplinas ministradas na Faculdade são: Departamento de Direito Privado e de Processo Civil,(14 docentes, sendo 1 livre-docente), Departamento de Direito Público (17 docentes, sendo 3 livre-docentes) e Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas (8 docentes, sendo 3 livre-docentes). Mais de dois terços dos docentes trabalha em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), e os demais em Regime de Turno Completo (RTC).

Os Colegiados e Comissões que desenvolvem atividades dentro da FDRP são a Congregação, o Conselho Técnico Administrativo, a Comissão de Graduação, a Comissão de Pós-Graduação, Comissão de Pesquisa, Comissão de Cultura e Extensão Universitária, Comissão de Relações Internacionais, Conselho do Departamento de Direito Privado e Processo Civil, Conselho do Departamento de Direito Público, Conselho do Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas, Comissão Permanente de Publicações da FDRP, Comissão de Biblioteca da FDRP e Comissão Coordenadora de Estágios da FDRP.

Por fim, na função de servidor não docente, há 49 funcionários em regime de trabalho celetista, distribuídos nas diversas áreas funcionais da FDRP, como acadêmica, administração, biblioteca, direção, ensino e pesquisa, expediente, financeira, informática, manutenção/conservação, material, pessoal e tesouraria.

4 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO: A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

A Comissão responsável pela elaboração e aplicação dos questionários de avaliação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP) foi constituída contendo 10 (dez) membros titulares, sendo 2 (dois) discentes, 1 (um) servidor técnico-administrativo e 7 (sete) docentes.

Foram realizadas 13 reuniões, com parcela significativa delas aberta à participação da comunidade acadêmica. Em diversas reuniões contou-se com a participação de integrantes de entidades estudantis, como o Centro Acadêmico “Antonio Junqueira de Azevedo” (CAAJA), do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJURP) e discentes interessados no assunto. Para a elaboração dos questionários, a Comissão buscou analisar experiências de avaliação de outras instituições, como a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP), a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Também buscou analisar algumas referências bibliográficas sobre avaliação no ensino superior e as principais normas reguladoras do ensino superior, dentre as quais, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES) n. 9, de 29 de setembro de 2004).

Foram construídos quatro instrumentos de avaliação, um para cada segmento (docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e coordenadores). Após sua estruturação, os questionários foram submetidos à análise e debate da comunidade acadêmica, em fóruns, recebendo vários ajustes e modificações. Por fim, o Serviço de Informática da Unidade viabilizou um formato eletrônico dos questionários para que pudessem ser respondidos eletronicamente, garantindo-se o anonimato dos respondentes.

Iniciou-se, então, a missão da Comissão de divulgar o período em que os questionários estariam disponíveis para preenchimento (31.10.2013), bem como a importância da participação da comunidade acadêmica, a fim de obter o maior número de respondentes possível. Essa etapa contou com a colaboração dos alunos e de entidades estudantis, para que a campanha fosse ampla e efetiva.

Em uma terceira etapa, a de compilação e de interpretação dos dados coletados, a Comissão contou com o apoio e o trabalho dos representantes discentes (RD's) e do

grupo PET-Direitos (Observatório de Educação Jurídica do Programa de Educação Tutorial). A preocupação nesse momento foi, principalmente, a de apresentar os dados de forma clara e didática, além de interpretá-los, com o escopo de trazer à comunidade acadêmica da FDRP/USP um resultado cumpridor do objetivo central, qual seja, subsidiar, com informações precisas, a revisão/reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como criar e fomentar uma cultura institucional de constante avaliação das práticas político-pedagógicas.

Nesse sentido, tentou-se apresentar os dados de forma a aproximar as respostas, o mais possível, dos segmentos participantes para que o leitor pudesse comparar os resultados de forma rápida. Também, no caso das respostas que envolviam atribuição de conceitos para diferentes aspectos do PPP do curso, foram construídas tabelas em que os conceitos aparecem sinalizados com cores diferentes: vermelho para os conceitos 1 e 2, amarelo para o conceito 3, verde para os conceitos 4 e 5 e azul para os conceitos Não Declarar, Não Sabe e Sem Resposta.

5 PERFIL DOS SEGMENTOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

5.1 PERFIL DOCENTE

Do total de 39 docentes da Unidade, 22 (56,41% do total) responderam ao questionário, ao menos parcialmente.

Dos respondentes, 17 (77,27%) foram homens e 5 (22,73%), mulheres. A maioria dos respondentes (81,82%) declarou-se branca, 9% declararam-se pretos e 9% optaram por não declarar sua cor. Em termos de faixa etária, 40,91% declararam ter entre 30 e 45 anos; 13,64% entre 36 e 40 anos; 13,64% têm entre 41 e 45 anos; 9% estão entre 46 e 50 anos; 9% têm entre 51 anos ou mais e 13,64% não declararam idade. Nenhum dos respondentes declarou-se portador de necessidades especiais.

Com relação aos dados referentes à carreira e dedicação ao regime de trabalho, 95,45% dos respondentes declararam-se Professores Doutores e 4,55%, Associados. A maioria dos respondentes (63,64%) declarou estar em RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa) e 36,36% em RTC (Regime de Turno Completo). Nenhum respondente declarou seu regime de trabalho como RTP (Regime de Turno Parcial). O tempo de trabalho na USP dos respondentes reflete o processo gradual de contratação neste período de implantação da Unidade: 2 (9,09%) declararam trabalhar na USP há mais de 5 anos, 5 (22,73%) declararam trabalhar na USP há 4 ou 5 anos, 7 (31,82%) declararam trabalhar na USP há 3 ou 4 anos, 5 (22,73%) declararam trabalhar na USP há 2 ou 3 anos e 3 (13,64%) declararam trabalhar na USP há menos de 2 anos.

A maioria dos respondentes (16, ou 72,73%) declarou carga horária semanal de aulas entre 5 e 8 horas; 3 (13,64%) declararam lecionar entre 9 e 12 horas por semana e 3 (13,64%) declararam lecionar mais de 12 horas por semana. Nenhum declarou lecionar 4 horas ou menos por semana. Considerando que a USP estabelece, independentemente do regime de trabalho, uma carga horária mínima de 8 horas semanais em sala de aula por docente (sendo que, havendo atividades de orientação, essa carga horária mínima se reduz a 6 horas), vê-se que, em tese, todos os respondentes cumprem com sua carga horária mínima; contudo, seria desejável que, no formulário, a carga horária não viesse agrupada em faixas, ou então que as faixas permitissem distinguir quem leciona abaixo do mínimo regulamentar (8 horas, ou 6 horas quando houver orientação). Da maneira como foi posta a questão, esse diagnóstico não pode ser feito com certeza e clareza.

Na questão referente ao tempo dedicado à atividade de pesquisa, 11 (50%) respondentes declararam dedicar de 9 a 12 horas semanais, 8 (36,36%) declararam dedicar de 5 a 8 horas por semana e 2 (9,09%), até 4 horas semanais. 1 respondente (4,55%) não declarou a carga horária semanal com pesquisa.

No que toca às atividades de extensão, 11 (50%) respondentes declararam dedicar até 4 horas semanais a esse tipo de atividade, 7 (31,82%) declararam dedicar entre 5 e 8 horas semanais, 1 (4,55%) declarou dedicar de 9 a 12 horas semanais e 1 (4,55%) declarou dedicar mais de 12 horas semanais à extensão. De se notar que 2 (9,09%) respondentes optaram pela alternativa “não se aplica”. Considerando o fato de que, excluídos os docentes em RTP, todos os docentes da USP têm que se dedicar a atividades de extensão, e que nenhum respondente declarou estar no Regime de Turno Parcial, conclui-se que essa resposta indica um desconhecimento das obrigações decorrentes do regime de trabalho em relação à extensão, entendida por 2 docentes em RTC ou RDIDP como não aplicável a seus casos específicos. Além disso, revela também que o formulário, nas questões referentes à carga horária semanal dedicada a cada atividade, deveria, para evitar dubiedade nos dados coletados, conter também uma alternativa “0 horas”, para aqueles docentes que não realizam alguma das atividades pesquisadas.

As atividades administrativas são diversificadas (Presidências de Comissões, Chefias de Departamentos e membros de colegiados, reuniões, pareceres). A dedicação horária a atividades administrativas varia muito entre os respondentes, desde 0 a 18 horas. De se notar que a forma como foi formulada a questão deixou muito ampla a latitude dos respondentes e prejudicou a análise desse quesito. Uma sugestão seria simplesmente perguntar a carga horária total dedicada à atividades do tipo. Outra alternativa seria fazer uma lista de possíveis atividades administrativas e os respondentes apenas indicariam a carga horária dedicada a cada uma.

Dos 22 respondentes, 13 não possuem nenhum tipo de financiamento. Dos 9 que possuem, 3 não especificaram a natureza dos projetos. Dos que indicaram os projetos financiados, 4 obtiveram financiamentos externos (3 sendo financiados pela FAPESP e um, pelo CNJ); os demais utilizaram verbas de projetos da própria USP (PIBIC, Novos Docentes, Projeto-1, Tutoria, Pré-Iniciação Científica, dentre outros).

5.2 PERFIL DISCENTE

De um universo de 453 alunos da graduação, 125 alunos responderam totalmente ao questionário e 56 alunos responderam parcialmente, tendo sido retiradas 302 senhas. Ou seja, 121 senhas, apesar de retiradas, não foram aproveitadas. O total de respondentes considerado aqui, então, é de 206. As mulheres correspondem a 53,4% de respondentes e os homens a 43,59%. Com relação à cor ou raça, 174 (84,47%) dos respondentes são brancos, 2 (0,97%) são pretos, 13 (6,31%) são pardos, 6 (2,91%) são amarelos, nenhum indígena, 9 (4,37%) não declararam e 2 (0,97%) não responderam. A faixa etária da maioria dos respondentes (67,96%) é de 20 a 24 anos. Apenas 0,49% declarou-se portador de necessidades especiais.

Do total de respondentes, 177 (85,92%) ingressaram pelo vestibular tradicional (FUVEST), 11 (5,34%) ingressaram pelo vestibular com programa de inclusão (exemplos: PASUSP e INCLUSP), 15 (7,28%) ingressaram por meio de transferência (interna ou externa), 1 (0,49%) não quis declarar e 2 (0,97%) não responderam.

Com relação ao período do curso que estão cursando, 4 (1,94%) declararam estar matriculados no primeiro semestre, 52 (25,24%) no segundo semestre, nenhum no terceiro, 58 (28,16%) no quarto, nenhum no quinto, 36 (17,48%) no sexto semestre, 2 (0,97%) no sétimo semestre, 35 (16,99%) no oitavo, nenhum no nono semestre e 17 (8,25%) no décimo semestre. 2 (0,97%) não responderam. Quanto ao número de disciplinas que estão matriculados no semestre letivo em curso, 1 (0,49%) declarou estar matriculado em uma ou duas disciplinas, 4 (1,94%) em três ou quatro, 13 (6,31%) em cinco ou seis, 11 (5,34%) em sete ou oito, 172 (83,5%) em nove ou mais disciplinas, 3 (1,46%) não declararam e 2 (0,97%) não responderam. Há 1 (0,49%) discente matriculado em programa de pós-graduação e 4 (1,94%) que já cursaram algum programa desse tipo.

Do total de respondentes, 191 (92,72%) declararam não exercer atividade remunerada, 7 (3,4%) trabalham eventualmente, sem vínculo trabalhista, 4 (1,94%) trabalham até 20 horas semanais, 1 (0,49%) trabalha mais de 30 horas e menos de 40 horas semanais, nenhum trabalha mais de 40 horas semanais, ninguém assinalou a resposta “não sabe”, 1 (0,49%) não declarou e 2 (0,97%) não responderam.

A maioria dos discentes (63%) que participaram da pesquisa não recebe nenhum tipo de bolsa ou financiamento para custeio das despesas do curso. Quanto ao tipo de bolsa ou financiamento, 13 (6,31%) recebem bolsa de Iniciação Científica da própria

USP, 11 (5,34%) recebem bolsa de Iniciação Científica de programa ou órgão de fomento externo, 3 (1,46%) recebem bolsa de Monitoria, 3 (1,46%) recebem bolsa de Ensino da própria USP, 8 (3,88%) recebem bolsa de Extensão da própria USP, 15 (7,28%) recebem bolsa de Extensão de programa ou órgão de fomento externo, 1 (0,49%) recebe bolsa de Estágio remunerado pela própria USP, 21 (10,19%) recebem bolsa de Estágio remunerado externo e 15 (7,28%) recebem outros tipos de financiamento. Dentre os tipos de financiamento citados como “outros”, estão: bolsas PET (Programa de Educação Tutorial), 7 respondentes; bolsas de Tutoria Científico-Acadêmica, 4 respondentes; bolsas Pro-Ext (Programa de Extensão Universitária do MEC), 4 respondentes; bolsas FAPESP, 2 respondentes; bolsa de estágio pela CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), 1 respondente; bolsa da Olimpíada USP de Conhecimento, 1 respondente; bolsa de estágio da Defensoria Pública da União, 1 respondente; bolsa do edital PRO-Discente 2012, 1 respondente; bolsa de auxílio transporte, 1 respondente; bolsa do Programa Ensinar com Pesquisa, 1 respondente.

Sobre o número de horas semanais que dedicam aos estudos, excetuando-se as horas de aula, 18 respondentes (8,74%) afirmaram não dedicar nenhuma; 40 (19,42%), de uma a duas horas por semana; 62 (30,10%), de três a cinco horas por semana; 32 (15,53%), de seis a oito horas por semana; 48 (23,3%), mais de oito horas por semana; 3 (1,46%) não declararam e 3 (1,46%) não responderam.

Quando perguntados se é suficiente esse número de horas dedicadas aos estudos, 17 (8,25%) consideram que sim, 183 (88,83%) consideram que não, 3 (1,46%) não declararam e 3 (1,46%) não responderam. A maioria dos respondentes não exerce alguma atividade de representação discente e/ou estudantil (63,59%).

Quanto à frequência com que os discentes se atualizam a respeito dos acontecimentos do mundo contemporâneo, 44 (21,36%) afirmaram fazê-lo raramente; 28 (13,59%), uma vez por semana; 24 (11,65%), duas vezes por semana; 31 (15,05%), três vezes por semana; 22 (10,68%), quatro vezes por semana; 51 (24,76%), diariamente; 3 (1,46%) não declararam e 3 (1,46%) não responderam. O principal meio de comunicação utilizado para isso é a internet (197 respostas).

É bem expressivo o número de discentes que se declararam proficientes em alguma língua estrangeira (98,06%). O inglês obteve o maior número de respostas (148), seguido do Espanhol (28), do Francês (17), do Alemão (7) e do Italiano (4).

Com relação à fonte de recursos financeiros para sua manutenção no curso, 4 (1,94%) discentes têm emprego regular, 4 (1,94%) têm trabalho autônomo ou por conta

própria, 10 (4,85%) têm rendimentos de capital ou pensões, 143 (69,42%) têm mesada (mesmo que não fixa ou constante), 36 (17,48%) não têm renda, 6 (2,91%) não declararam e 3 (1,46%) não responderam. Do total de respondentes, 180 (87,38%) não contribuem para a renda de sua família, 6 (2,91%) contribuem permanentemente, 17 (8,25%) contribuem eventualmente e 3 (1,46%) não responderam.

Apenas 2 respondentes (0,97%) declaram ter renda mensal familiar de até 3 salários mínimos e 9 (4,37%), de mais de 3 até 5 salários mínimos. 42 (20,39%) declararam renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos; 63 (30,58%) afirmam ter renda de 10 até 20 salários mínimos; 36 (17,48%), de 20 até 30 salários mínimos; 29 (14,08%), de mais de 30 salários mínimos; 22 (10,68%) não declararam e 3 (1,46%) não responderam. 67% das famílias são compostas por 3 ou 4 membros.

Em relação aos hábitos de leitura, no último ano, excluídos os livros didáticos e obrigatórios do curso, 18 (8,74%) declararam não ter lido nenhum livro; 30 (14,56%) leram um livro; 101 (49,03%), entre dois e cinco livros; 27 (13,11%), entre seis e dez livros; 26 (12,62%), mais de dez livros; 1 (0,49%) não declarou e 3 (1,46%) não responderam.

Sobre a prática de atividades físicas, 101 (49,03%) não praticam habitualmente algum tipo de atividade física, contra 100 (48,54%) que praticam, 2 (0,97%) não declararam e 3 (1,46%) não responderam. Por fim, do total de respondentes, 150 (72,82%) não desenvolvem habitualmente algum tipo de atividade artística, 51 (24,76%) desenvolvem, 2 (0,97%) não declararam e 3 (1,46%) não responderam.

5.3 PERFIL DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

O segmento dos Servidores Técnico-Administrativos foi o que teve a maior proporção (87,75%) de respondentes neste questionário, sendo contabilizadas 43 respostas de um total de 49 servidores.

Há predominância de servidores do sexo masculino na proporção de 2 para 1, perfazendo, do total de 40 respondentes, 26 servidores do sexo masculino, 13 do sexo feminino e 1 sem identificação. Com relação à raça, a expressiva maioria, 34 (85%), alega ser branca, enquanto 5 (12,5%) se consideram pardos. Não há servidores das demais raças na Unidade e 1 pessoa (2,5%) não se identificou. Dentre os respondentes, não há funcionários com idade abaixo de 20 anos e acima de 60 anos. 19 (47,5%) funcionários possuem idade entre 20 e 29 anos, portanto praticamente a metade de

servidores. Outros 19 (47,5%) são compostos por funcionários nas faixas etárias de 30 a 59 anos, apenas 1 (2,5%) não declarou e 1 (2,5%) não respondeu. 38 (95%) declararam não possuir necessidades especiais, enquanto 1 pessoa (2,5%) alegou ser portador de necessidades especiais. 1 pessoa (2,5%) optou por não responder a esta pergunta.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

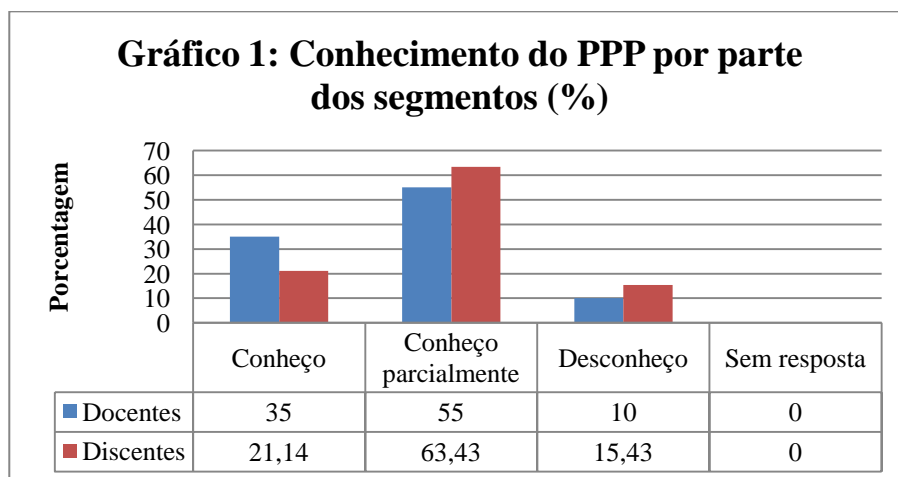
6.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) propõe-se a expressar a autonomia e a identidade da Instituição de Ensino, ao trazer suas políticas acadêmicas institucionais, fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Ele também orienta as ações de planejamento e avaliação periódicas da IES. A necessidade de sua elaboração está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, nos seus artigos 13, 14 e 15. Em consonância com o princípio constitucional da gestão democrática, o PPP deverá ser construído de forma coletiva, de modo a envolver todos os segmentos (docentes, discentes, funcionários e sociedade civil).

A criação de um novo curso não conta com seus futuros docentes e discentes para a construção do seu PPP. É durante a sua implantação que esses dois segmentos vão se compondo e se apropriando do conteúdo do PPP para, a partir daí, construírem as formas de acompanhamento e revisão.

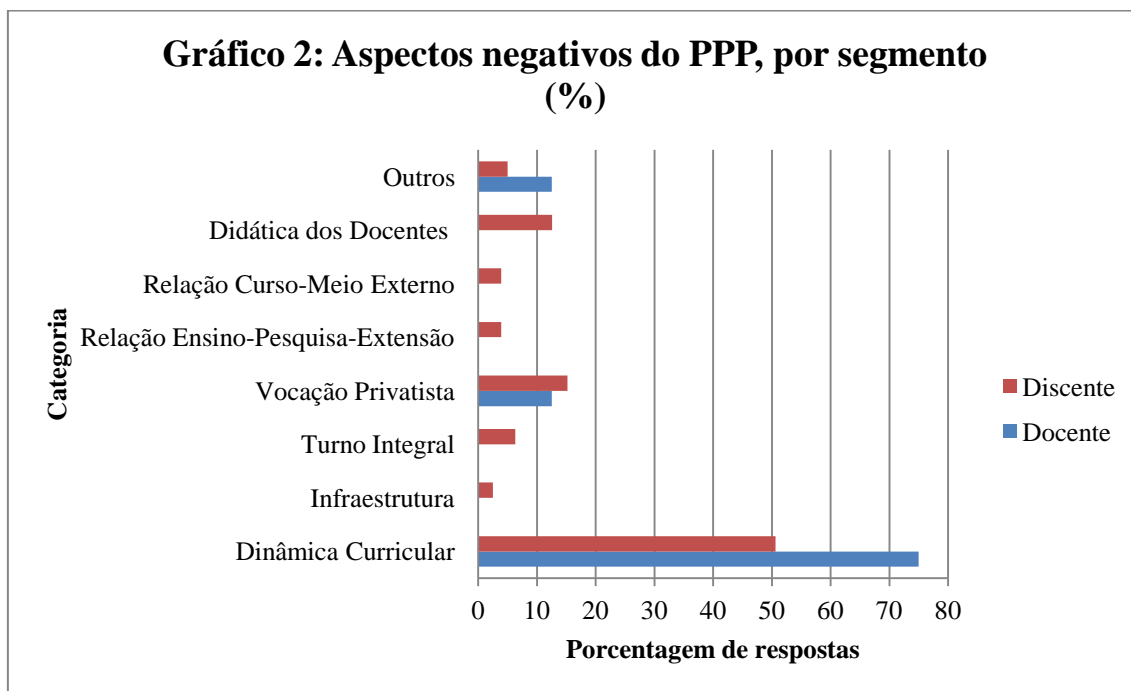
Dessa forma, como o processo de avaliação apresentado no presente relatório pretendeu subsidiar as ações de revisão do PPP do curso de Direito da FDRP-USP, os instrumentos de avaliação contemplaram questões que pudessem extrair, de forma quantitativa e qualitativa, a análise de cada segmento sobre os vários aspectos e dimensões do PPP, além do próprio grau de conhecimento dos segmentos sobre ele.

A primeira questão, portanto, dos questionários dos segmentos docente e discente foi relativa ao grau de conhecimento do respondente sobre o PPP do curso de Direito da FDRP.



Apesar de uma pequena diferença entre discentes e docentes, de modo geral, há percentuais bem elevados dos dois segmentos (90% dos docentes e 84,57% de discentes) que disseram conhecer, ao menos parcialmente, o PPP.

Os segmentos docente e discente puderam elencar até 3 **aspectos negativos e positivos do PPP**. Ambos apresentaram respostas voltadas, quase que exclusivamente, a aspectos negativos, que foram categorizadas de acordo com o exposto no gráfico abaixo (2):



Em termos qualitativos, as respostas dos dois segmentos concentraram-se majoritariamente na categoria referente à **Dinâmica Curricular**. No segmento discente, a ênfase deu-se em relação aos seguintes aspectos: poucas disciplinas optativas, excesso de disciplinas obrigatórias, má distribuição das disciplinas ao longo do curso, disciplinas consideradas desnecessárias pelo segmento. A resposta seguinte ilustra as queixas acima relatadas: “*Presença de disciplinas que deveriam constar como optativas e não como obrigatórias, como Idioma Instrumental e Contabilidade*”. Já na ênfase dada pelo segmento docente encontram-se os seguintes aspectos: organização das disciplinas já existentes durante o curso e a adição ou supressão de outras disciplinas.

Em relação à **Infraestrutura**, apesar da questão levantada visar o Projeto Político Pedagógico, o segmento Discente manifestou-se. Suas críticas versaram sobre a ausência de um núcleo de apoio discente e ao fato do prédio alagar na ocorrência de chuvas.

O **Turno Integral** foi citado pelos Discentes como um empecilho para o desenvolvimento de estudos dos conteúdos vistos em sala de aula. Além disso, impede a prática de outras atividades como exercícios esportivos, artísticos e compromissos pessoais.

A **Vocação Privatista** foi enfatizada tanto pelo segmento Discente como Docente e permanece em torno da crítica ao excesso de disciplinas de direito privado e em algumas respostas é destacada a pouca ênfase em disciplinas de direito público, tais como direito constitucional e administrativo. Em análise pontual a respostas qualitativas nota-se a sugestão para a inclusão de uma disciplina de Teoria Geral do Direito Público que já conta com congêneres na área de direito privado na FDRP na disciplina Instituições de Direito Privado Contemporâneas I e II, que, nada obstante o nome, corresponde exatamente ao que se poderia propor como Teoria Geral do Direito Privado.

Quanto à **Relação Ensino-Pesquisa-Extensão** a crítica discente consistiu em apontar a priorização de aulas expositivas em detrimento da pesquisa e principalmente da extensão.

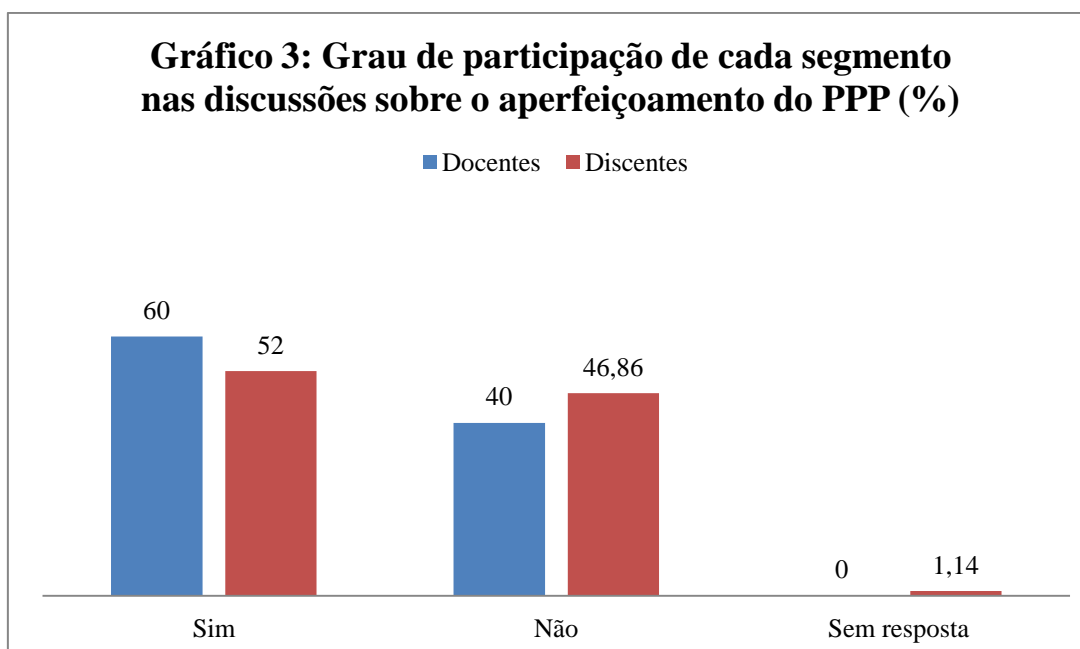
No tocante à **Relação Curso-Meio Externo** o segmento discente destacou a falta de contato com os contextos local e regional como fica claro na resposta a seguir: *“Pouco contato com a realidade. A FDRP, assim como outras academias jurídicas do país, focam no estudo de doutrinas (a maioria estrangeiras) e esquecem de formar juristas lúcidos em relação ao meio em que vivem. Não existem quaisquer laboratórios de direito na prática ou programa em bairros de periferia, ou quaisquer outras medidas que colocariam o aluno em contato direto com o mundo (jurídico ou não) real.”*

Sobre a **Didática dos Docentes** os discentes enfatizaram a desvalorização de processos de aprendizagem ativa, na medida em que são priorizadas as aulas expositivas, vistas como desestimulantes aos alunos, além da cobrança de presença em aula e da ausência de mecanismos de avaliação e de controle dos Docentes. A resposta a seguir ilustra um dos pontos destacados: *“A forma como as aulas são ministradas não valorizam (sic) o desenvolvimento intelectual do aluno, que é colocado de forma passiva na educação. O professor cumpre um papel de locutor e detentor do conhecimento completo e consolidado do estudo, sem possibilidade de participação do aluno.”*

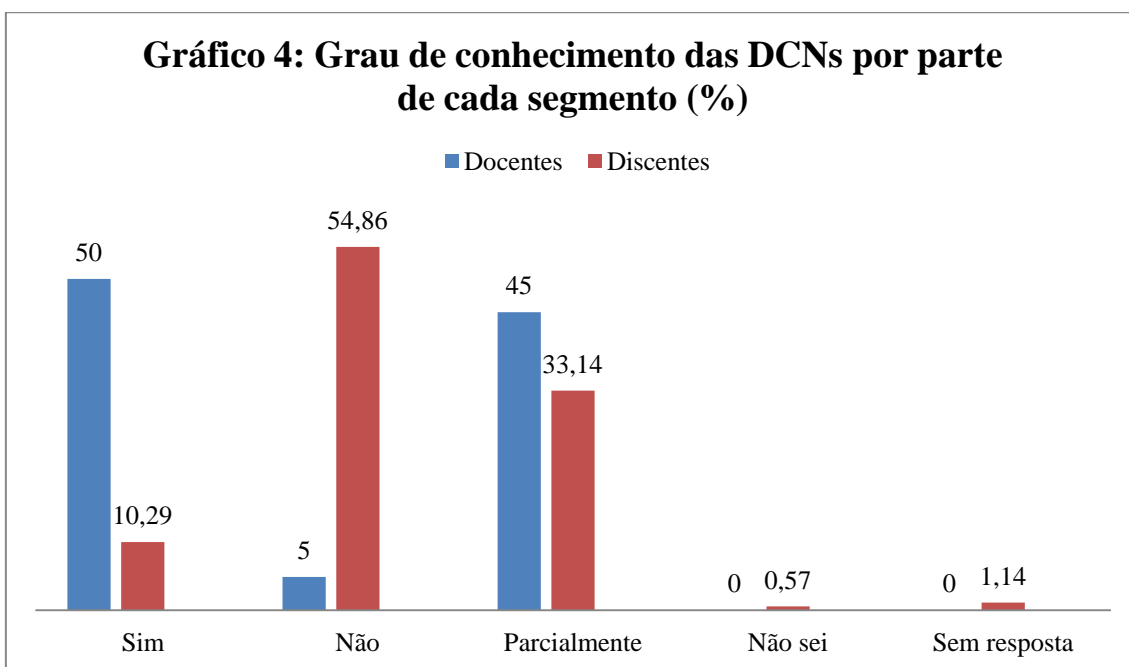
A categoria **Outros** envolve respostas de ambos os segmentos que não são enquadradas nas demais categorias. Representa um número pequeno do total e também engloba respostas em que não foi possível detectar sequer se traziam aspectos positivos ou negativos.

A discussão sobre modificações ou mesmo sobre a revisão do PPP do curso de Direito da FDRP-USP iniciou-se, sobretudo, com a proximidade da etapa formal de renovação do reconhecimento do curso junto à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e à Ordem dos Advogados do Brasil, em 2012. Várias foram as ações nos departamentos, comissões e direção que promovessem o debate e organizassem o início do processo formal de revisão.

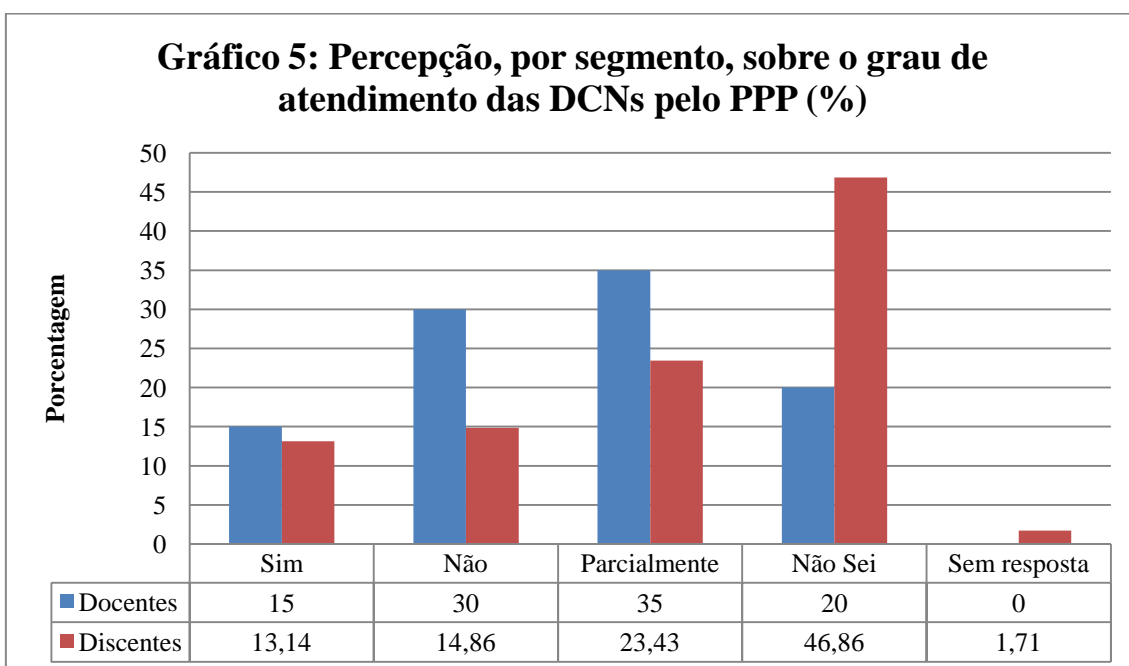
Assim, quando perguntados sobre a **participação ou não nas discussões sobre o aperfeiçoamento do PPP da FDRP-USP**, os respondentes puderam considerar não apenas a participação nos fóruns que serviram para construir os instrumentos de avaliação apresentados no presente relatório, mas também qualquer outro tipo de atividade ocorrida ao longo de toda a fase de implantação do curso. Nesse sentido, de acordo com o gráfico abaixo (3) observou-se um número significativo de docentes (60%) e discentes (52%) que declararam ter participado de algum tipo de discussão sobre o aperfeiçoamento do PPP.



Quanto ao **grau conhecimento dos segmentos sobre as DCNs dos cursos de Direito**, há uma expressiva diferença entre docentes e discentes: apenas 5% dos docentes disseram não conhecê-las, contra 54,86% dos discentes.



Quando questionados **se o PPP do curso atende às tais Diretrizes**, os dados que chamam atenção referem-se aos números de docentes que responderam negativamente (30%) ou parcialmente (35%).



Abaixo seguem, em formato de tabelas, **os conceitos atribuídos por docentes e discentes à contribuição das atividades/disciplinas do curso para a formação geral do discente** de acordo com o que está previsto nas DCNs para os cursos de Direito (Tabela 1 e 2).

Tabela 1: Conceito atribuído pelos discentes à contribuição das atividades/disciplinas do curso para a formação geral do discente, de acordo com o mínimo previsto nas DCNs dos cursos de Direito

	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Sólida formação geral, humanística e axiológica.	12	28	30	15	9,7	2,3	0	2,9
Capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica.	0,6	7,4	20	41	27	1,7	0	2,9
Adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.	5,1	21	34	26	9,1	2,3	0	2,9
Postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica.	16	30	24	19	7,4	1,1	0	2,9
Comprometimento com a conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida.	22	31	28	11	2,3	2,3	1,1	2,9
Formação interdisciplinar.	15	30	30	15	5,1	2,3	0,6	2,9

Tabela 2 – Conceito atribuído, pelos docentes, à contribuição das atividades/disciplinas do curso para a formação geral do discente, de acordo com o mínimo previsto nas DCNs dos cursos de Direito

Crítério	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Sólida formação geral, humanística e axiológica.	15	15	25	25	20	0	0	0
Capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica.	0	5	10	60	25	0	0	0
Adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.	5	15	20	45	15	0	0	0
Postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica.	15	10	15	55	5	0	0	0
Comprometimento com a conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida.	15	5	35	35	10	0	0	0
Formação interdisciplinar.	5	15	40	25	15	0	0	0

Na *Tabela 1* fica claro, como aspecto bem avaliado, **a capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica**, que contou com 68% (sessenta e oito por cento) de conceitos entre quatro e cinco. Outro aspecto positivo, destacado por 26% dos discentes e 45% dos docentes que atribuíram conceito quatro a este critério, é a adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

A formação humanística recebeu conceito dois de 28% (vinte e oito por cento) dos discentes, o que, se somado aos 12% (doze por cento) de conceitos um representa um espectro de 40% (quarenta por cento) de conceitos abaixo da média. O mesmo se diga da postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a

aprendizagem autônoma e dinâmica, que recebeu 30% (trinta por cento) de notas dois e 16% (dezesseis por cento) de notas um pelo segmento discente. Outro resultado que pode ser considerado preocupante deu-se com o critério *preocupação ambiental e melhoria da qualidade* de vida, que recebeu 51% (cinquenta e um por cento) e 20% de conceito um e dois pelos segmentos discentes e docentes, respectivamente.

No que se refere à **contribuição das atividades/disciplinas do curso para a formação do discente em habilidades e competências mínimas obrigatórias previstas nas DCNs dos cursos de Direito**, repete-se os conceitos inferiores, nos dois segmentos (Tabela 3 e 4), aos critérios relativos à formação para a reflexão crítica.

Tabela 3: Análise dos discentes sobre a contribuição das atividades/disciplinas do curso para a formação do discente em habilidades e competências mínimas obrigatórias previstas nas DCNs dos cursos de Direito

	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.	3,4	10	31	31	19	1,1	0	3,4
Interpretação e aplicação do direito.	1,1	9,1	35	30	20	1,1	0	3,4
Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito.	0,6	12	25	30	28	1,1	0	3,4
Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.	5,1	15	31	24	10	9,7	0,6	4
Correta utilização da terminologia jurídica ou da ciência do direito.	1,1	3,4	30	31	28	1,7	0,6	3,4
Utilização do raciocínio, de argumentação, de persuasão.	1,7	13	35	29	17	0,6	0	3,4
Formação para a reflexão crítica.	13	30	25	18	9,7	0,6	0	3
Julgamento e tomada de decisão.	8	15	46	18	8	1,7	0	3,4
Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do direito.	2,3	18	43	21	8,6	2,9	0,6	3,4
Adequada formação em técnicas de conciliação e/ou mediação de conflitos.	11	25	26	15	5,1	13	0,6	3,4
Capacidade de pensar e compreender o direito de forma acadêmica.	4	14	25	36	15	1,7	0,6	3,4

Na análise dos discentes sobre como a vivência da FDRP impacta habilidades e competências mínimas dos DCNs para o curso de direito, há pontos positivos e negativos bastante claros. 31% (trinta e um por cento) deles atribuíram conceito quatro para o critério *leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas*. Tendo em vista que outros 31% (trinta e um por cento) atribuíram conceito três ao mesmo critério,

parece uma habilidade que se poderia considerar como desenvolvida em ponto médio. 30% (trinta por cento) atribuiu conceito quatro ao critério *interpretação e aplicação do direito*, enquanto 35% (trinta e cinco por cento) atribuiu conceito três ao mesmo quesito, merecendo destaque os 20% (vinte por cento) de notas cinco para esta habilidade e competência que, à evidência dos dados, contenta os discentes em termos de desenvolvimento.

O critério *pesquisa nas fontes do direito* recebeu dos discentes 58% (cinquenta e oito por cento) de conceitos entre 4 e 5, merecendo ser apontada como uma das habilidades e competências que melhor satisfaz o corpo discente. Sobre a questão referente a como o curso capacita o discente para atividades práticas (*adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos*), também se nota um elevado grau de satisfação do segmento se for considerado que 31% (trinta e um por cento) dos respondentes atribuiu nota três, 24% (vinte e quatro por cento) nota quatro e 10% (dez por cento) nota cinco, a máxima possível.

Quanto ao critério *correta utilização da terminologia jurídica ou da ciência do direito*, também se nota um elevado grau de satisfação e a compreensão de que o PPP realiza de modo eficaz a habilidade e competência avaliada. Apenas 1,1% (um por cento e um décimo) atribuíram conceito um, sendo que 30% (trinta por cento) atribuiu conceito três, 31% (trinta e um por cento) atribuiu conceito quatro e 28% (vinte e oito por cento) atribuiu conceito cinco. Somando-se conceitos quatro e cinco, tem-se expressivos 59% (cinquenta e nove por cento) das respostas. A *utilização de raciocínio, argumentação e persuasão* recebeu 29% (vinte e nove por cento) de conceitos quatro, sendo um aspecto em que o curso foi bem avaliado.

O curso é visto como apto a formar bacharéis com a habilidade e competência de pensar o direito de forma acadêmica, como o demonstra o percentual expressivo de notas quatro, 36% (trinta e seis por cento) entre o segmento discente. Se somarmos aos 14% (quatorze por cento) de notas três e 15% (quinze por cento) de notas cinco, temos expressivos 65% (sessenta e cinco por cento).

O *juízo para a tomada de decisões* foi avaliado na média, não sendo possível identificar se é visto predominantemente como aspecto positivo ou negativo. Recebeu 46% (quarenta e seis por cento) de conceito três entre os discentes. Deflete de um padrão médio para positivo a avaliação do critério *domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do direito*. Recebeu 43% (quarenta e três

por cento) de conceitos três, mas 21% (vinte e um por cento) de conceitos quatro e 8,6% (oito por cento e seis décimos) de notas cinco.

Aos aspectos de maior relevância sob prisma de avaliação negativa estão, por exemplo, a *formação para a reflexão crítica*, que recebeu 30% (trinta por cento) de conceito dois e 13% (treze por cento) de conceito um. Outra deficiência notada pelos discentes respondentes é a formação em habilidades de conciliação e mediação: dos respondentes, 25% (vinte e cinco por cento) atribuíram conceito dois e 26% (vinte e seis por cento), três.

Tabela 4: Análise dos docentes sobre a contribuição das atividades/disciplinas do curso para a formação do discente em habilidades e competências mínimas obrigatórias previstas nas DCNs dos cursos de Direito

Critério	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.	0	10	10	40	40	0	0	0
Interpretação e aplicação do direito.	0	10	25	45	20	0	0	0
Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito.	0	0	25	45	30	0	0	0
Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.	10	10	20	40	20	0	0	0
Correta utilização da terminologia jurídica ou da ciência do direito.	0	10	0	65	25	0	0	0
Utilização do raciocínio, de argumentação, de persuasão.	5	10	25	35	25	0	0	0
Formação para a reflexão crítica.	0	25	5	60	10	0	0	0
Julgamento e tomada de decisão.	0	10	25	50	15	0	0	0
Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do direito.	5	15	15	50	15	0	0	0
Adequada formação em técnicas de conciliação e/ou mediação de conflitos.	10	10	20	40	20	0	0	0
Capacidade de pensar e compreender o direito de forma acadêmica.	0	5	20	50	20	0	5	0

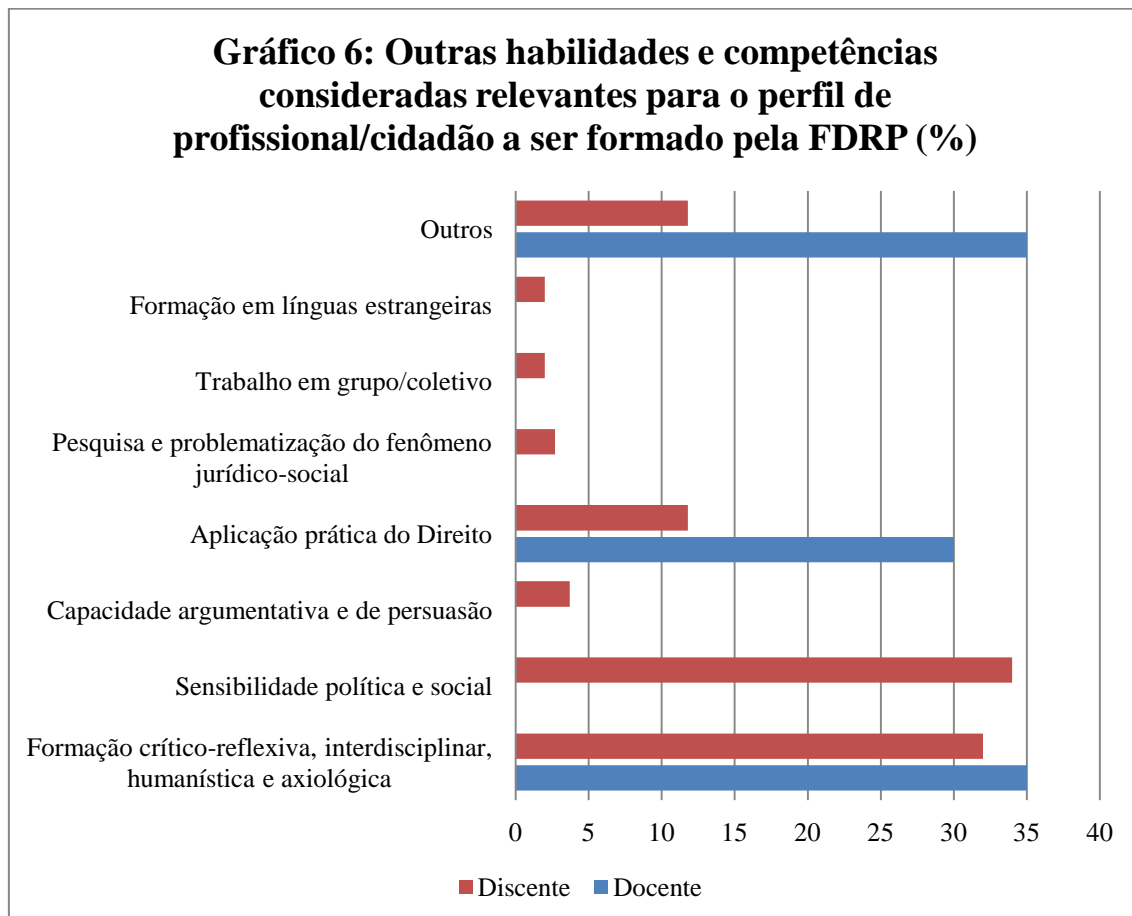
Se feita análise comparativa das tabelas 3 e 4, fica claro que, tanto os discentes como os docentes consideram que a *reflexão crítica* como habilidade e competência desenvolvida pelo curso é deficiente. Nota-se 25% (vinte e cinco por cento) de conceito dois para este critério entre os docentes respondentes. Entretanto, curiosamente, 60% (sessenta por cento) dos docentes apontam nota quatro para o mesmo quesito. A conclusão que se permite inferir dos dados é que há uma avaliação de neutro para

deficiente, muito embora 10% (dez por cento) dos docentes respondentes tenha avaliado com nota máxima o critério.

Foram atribuídas 40% (quarenta por cento) das notas cinco para o critério *leitura, compreensão e elaboração de textos*, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas o que, se somado aos 40% (quarenta por cento) das notas quatro para o mesmo quesito representa 80% (oitenta por cento) dos respondentes com visão entre bom e ótimo para esta habilidade e competência específica.

No critério *pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito*, houve 45% (quarenta e cinco por cento) de notas quatro e 30% (trinta por cento) de notas cinco, o que retrata uma visão otimista no que diz respeito ao ensino tradicional do direito.

Além de avaliarem as habilidades e competências consideradas obrigatórias para todos os cursos de Direito pelas DCNs, os segmentos docentes e discentes também puderam elencar aquelas habilidades e competências que consideram relevantes para o perfil de profissional/cidadão a ser formado pela FDRP. As respostas foram categorizadas de acordo com o gráfico abaixo (6):



Merece amplo destaque as respostas elencadas na categoria *formação crítico-reflexiva, interdisciplinar, humanística e axiológica*, que contou com 35% (trinta e cinco por cento) dos apontamentos feitos pelos docentes respondentes e 32% (trinta e dois por cento) do espectro dos discentes respondentes. *Sensibilidade política e social* foi apontada por 34% (trinta e quatro por cento dos discentes respondentes) e *aplicação prática do direito* por 30% (trinta por cento) dos docentes respondentes, somados a 11,8% (onze por cento e oito décimos) dos discentes respondentes.

Na avaliação qualitativa, além da visão geral das respostas, destacam-se algumas que merecem exame apurado por representar tendências ou apontarem claramente alguns pontos dignos de nota. No segmento discente, um dos destaques deu-se em relação à **formação crítico-reflexiva, interdisciplinar, humanística e axiológica**. Nessa categoria, uma resposta expressiva foi a seguinte: *“O aluno precisa saber relacionar tudo que aprende na faculdade com os problemas sociais vigentes, concretos e próximos a ele, principalmente no âmbito municipal. Além disso, qualquer tipo de formação humanística deve abranger contato com a arte, com literaturas diversas e com diversidade cultural. Isso precisa ser mais fomentado institucionalmente, pois no presente contexto é deixado exclusivamente para iniciativa dos próprios alunos, muitas vezes concorrendo com as tantas outras atividades jurídico-acadêmicas massacrantes. Essa prática de clausura incorre no risco do fechamento da mente do aluno para a diversidade que todas as ciências humanas têm, cujo conteúdo deve ser integrado e mesclado em todo e qualquer curso de humanidades.”* Para o segmento docente, tal categoria também é importante.

No tocante à **sensibilidade política e social**, os discentes destacaram a aptidão para a resolução de conflitos sociais, em que seja considerado, de modo crítico, o perfil dos envolvidos; a habilidade em pensar o global e o local e as relações imbricadas; as práticas de atividades de extensão integradas à comunidade, como a assessoria jurídica popular; o enfrentamento das questões sócio-políticas, que envolvem, por exemplo, desigualdades sociais, demandas de minorias, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas etc.; o engajamento e a politização dos alunos. Nessa categoria, uma resposta significativa foi a seguinte: *“Capacidade de entendimento mais amplo, bem como mais aprofundado, sobre as diversas demandas de diferentes segmentos sociais. Necessidade de estar preparado para atuar segundo uma perspectiva interdisciplinar, sendo necessário não apenas o instrumental técnico-jurídico, mas a capacidade de análise dos interesses e conjunturas políticas, econômicas, culturais, etc.*

que estão presentes no 'mundo real'. Aproximação de uma prática forense que diz muito menos respeito a fóruns, ternos, calhamaços de papéis (aqui cabem os processos digitais) e pronomes de tratamento, que tornam pasteurizado o mundo dos fatos, e muito mais à percepção dos conflitos sociais e abertura às reivindicações dos diversos agentes envolvidos para daí depreender-se o direito e poder pensar em estratégias para o acesso à justiça. Necessidade de maior aproximação aos movimentos sociais, associações de bairro, entre outras conformações de ação política, especialmente aquelas eminentemente populares, que normalmente têm dificuldades de acesso à justiça. Maior proximidade com as reflexões de outras ciências sociais, aplicadas ou não.”

Já em relação à **capacidade argumentativa e de persuasão**, os discentes salientaram a importância do desenvolvimento de técnicas retóricas e discursivas para a formação do jurista, além da habilidade de comunicação com os diferentes grupos sociais.

Concernente à **aplicação prática do Direito**, os discentes mencionaram a relevância de uma maior proximidade com a prática jurídica, do aprimoramento da competência de aliar a teoria à prática, da presença de disciplinas que ensinem a correta elaboração de atos, procedimentos e documentos jurídicos, além dos meios alternativos de solução de conflitos. Por sua vez, os docentes destacaram a extensão e o estágio. No segmento docente, merece referência a seguinte resposta: *“Capacidade de aplicar o direito nos contextos sociojurídicos e políticos nacionais e de conectar o aprendizado com as circunstâncias existenciais, sobretudo ante os desafios do pluralismo jurídico.”*

Relativamente à **pesquisa e problematização do fenômeno jurídico-social**, o segmento discente apontou o desenvolvimento de um perfil de pesquisador capaz de problematizar o fenômeno jurídico-social a partir de métodos inovadores.

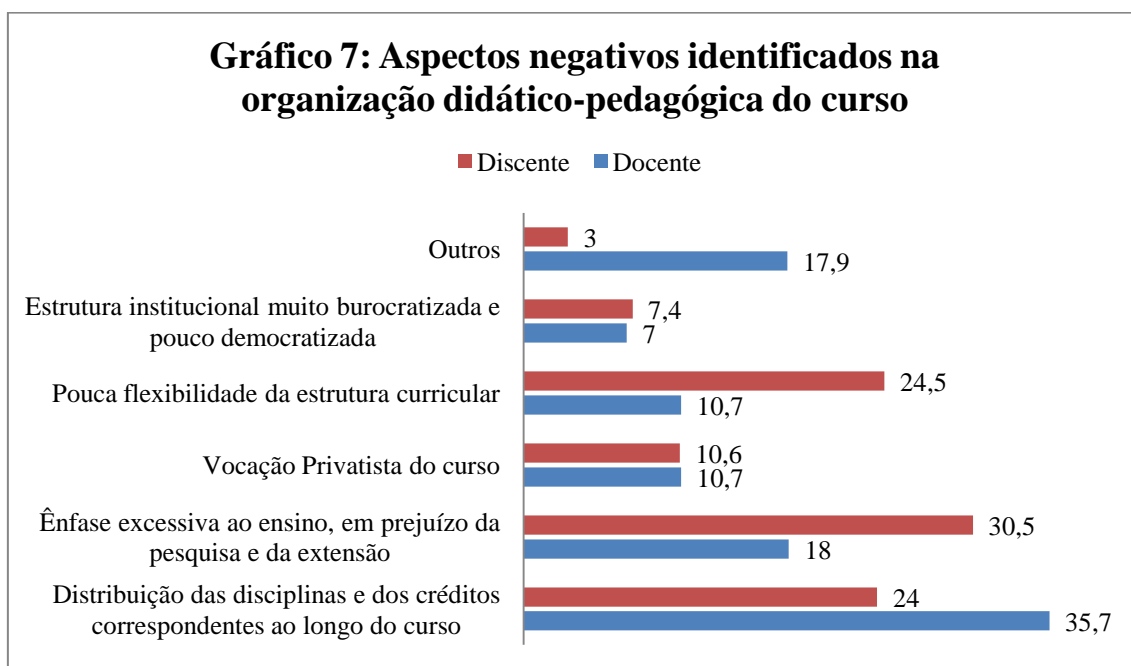
O **trabalho em grupo/coletivo** foi apontado pelos discentes como importante fator de contribuição para sua formação, tanto técnica quanto humanística, visto que o jurista irá se relacionar com a comunidade, necessitando realizar tarefas de análise e de ação de forma conjunta ou coletiva, conforme o caso.

A **formação em línguas estrangeiras** foi indicada pelo segmento discente como ferramenta necessária para a leitura e compreensão de textos aprofundados acerca das temáticas estudadas.

A categoria **outros** envolve respostas de ambos os segmentos (discente e docente) inviáveis de serem inseridas nas categorias acima (por exemplo: não sei, nada

a declarar, as habilidades e competências elencadas nas outras perguntas do questionário foram consideradas suficientes pelo respondente, o Projeto Político-Pedagógico atual contempla o corpo discente de modo satisfatório), representando um número pequeno diante do total e englobando, também, respostas em que não foi possível detectar a habilidade e/ou competência que tinham a intenção de trazer.

Além do questionamento, entre os segmentos discente e docente, sobre os aspectos negativos e negativos do PPP, os instrumentos de avaliação também contemplaram o mesmo tipo de pergunta relativa, especificamente, à organização didático-pedagógica do curso. Novamente, as respostas dos dois segmentos, predominantemente, referiram-se apenas aos aspectos negativos. Tais respostas foram organizadas de acordo com as categorias apresentadas no gráfico abaixo (7):



No segmento discente, um dos principais aspectos negativos identificados na organização didático-pedagógica foi a **distribui o das disciplinas e dos créditos correspondentes ao longo do curso**: not rio desequilíbrio entre os primeiros semestres (primeiro e segundo anos) e os demais; disciplinas densas contam com poucos créditos; concentração das insuficientes disciplinas de cunho propedêutico apenas no primeiro ano e sobrecarga de disciplinas de cunho dogmático nos demais anos; precário posicionamento de algumas disciplinas ao longo da grade curricular (p. ex: Direito Processual do Trabalho, Direito Tributário etc); segundo ano com excessiva carga de

disciplinas e de créditos; ausência de disciplinas que forneçam conceitos fundamentais para um sólido entendimento de conteúdos posteriores; falta de comunicação entre os docentes para que as disciplinas sejam ministradas de modo articulado. Nessa categoria, o segmento docente apontou a centralização excessiva de disciplinas nos primeiros semestres do curso; incoerência entre as disciplinas e o perfil do egresso, que é pouco delimitado e pouco contextualizado; má organização e distribuição dos horários e dos créditos; precário posicionamento de algumas disciplinas na grade curricular; existência de disciplinas estanques, não havendo interação entre elas.

Outra categoria expressivamente destacada pelo segmento discente foi a **ênfase excessiva ao ensino, em prejuízo da pesquisa e da extensão**. O excesso de aulas expositivas, como critério predominante de ensino, prejudica a dedicação dos discentes às atividades de pesquisa e de extensão, os outros dois pilares da universidade, previstos na Constituição Federal. Há, também, uma redução significativa do tempo disponível para o estudo dos conteúdos vistos em sala de aula, leituras, participação em grupos de estudo, esportes, artes e cumprimento de compromissos pessoais. Além disso, muitas aulas expositivas se limitam a apresentar textos legais e conceitos estanques, sem qualquer compromisso com um aprofundamento crítico e questionador. Inexiste um Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ). O segmento docente destacou que os discentes têm pouco tempo disponível para leitura e estudo fora de sala de aula, havendo pouca inovação em metodologia do ensino de graduação.

No tocante à **vocação privatista do curso**, os discentes apontaram o excessivo predomínio de disciplinas de Direito Privado na grade curricular (principalmente de Direito Comercial) em detrimento de disciplinas de Direito Público. Os docentes, por sua vez, argumentaram no mesmo sentido (aproximadamente 10,5% nos dois segmentos).

Quanto a **pouca flexibilidade da estrutura curricular**, os discentes argumentaram acerca da grade curricular extremamente rígida, repleta de disciplinas obrigatórias, que não permite ao aluno matricular-se em outras disciplinas (optativas) capazes de atender às suas expectativas de formação. Existe um excesso de disciplinas obrigatórias e uma insuficiência de disciplinas optativas. As avaliações de fim de semestre concentradas em duas semanas também foram um ponto identificado. Nessa categoria, o segmento docente consignou a falta de liberdade dos discentes na elaboração de sua própria grade horária, visto que as pretensões dos alunos não são consideradas.

Em relação à **estrutura institucional muito burocratizada e pouco democratizada**, os discentes evidenciaram a falta de participação dos alunos na tomada de decisões (déficit democrático); a cobrança excessiva de presença às aulas; as dificuldades nos procedimentos administrativos, principalmente quando se trata de alunos transferidos; as trocas de aulas abusivas que desconsideram as necessidades e possibilidades dos discentes; a falta de imparcialidade de docentes em avaliações; a falta de comprometimento de docentes com o tripé universitário (ensino – pesquisa – extensão); a existência de abuso de autoridade em sala de aula por parte de docentes; a desconsideração das singularidades e necessidades dos alunos transferidos; a ausência de mecanismos de avaliação dos docentes. Nessa categoria, o segmento docente ressaltou a necessidade de ampliação de fóruns de participação e o fato de docentes não se auto avaliarem.

A categoria **outros** envolve respostas de ambos os segmentos (discente e docente) inviáveis de serem inseridas nas demais categorias acima (por exemplo: não sei, nada a declarar), representando um número pequeno diante do total e englobando, também, respostas em que não foi possível detectar os aspectos negativos da organização didático-pedagógica que tinham a intenção de trazer.

Falar em gestão democrática do PPP de um curso envolve não apenas a garantia da representatividade dos segmentos nos órgãos decisórios e comissões que compõem a Unidade, mas também de condições gerais que garantam, qualitativamente, a participação dos representantes. Nesse sentido, uma das avaliações solicitadas aos segmentos docente e discente no instrumento de avaliação foi relativa às condições gerais oferecidas para a representação e participação dos segmentos em vários aspectos (tabelas 5 e 6) De modo geral, os dois segmentos respondentes atribuíram conceitos iguais ou inferiores a 3 a todas as condições elencadas.

Tabela 5: Conceito atribuído, pelos discentes, às condições gerais oferecidas para representação e participação dos segmentos em aspectos enumerados

Condição	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Discussão e deliberação sobre diretrizes gerais e processos de avaliação e revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso.	9,7	33	25	17	6,9	3,4	1,1	4,6
Órgãos colegiados da FDRP.	17	28	27	11	4	6,9	1,1	4,6
Comissões em geral.	12	35	25	14	2,3	6,3	1,1	4,6
Discussão e deliberação sobre o planejamento administrativo e orçamentário.	36	29	14	4,6	1,1	10	0,6	4,6
Planejamento de utilização da infraestrutura da FDRP.	27	30	20	9,7	4	4,6	0,6	4,6
Acesso geral à informação.	23	35	20	9,1	1,7	5,7	0,6	4,6

No que tange à discussão e deliberação sobre diretrizes gerais e processo de avaliação e revisão do Projeto Político-Pedagógico do curso, 33% (trinta e três por cento) dos discentes respondentes atribuíram conceito dois e 25% (vinte e cinco por cento) conceito três, o que representa uma avaliação predominantemente negativa em tal contexto. Quanto às condições para participação e representação nos órgãos colegiados da FDRP, 28% (vinte e oito por cento) atribuíram conceito dois. Já nas comissões em geral, o percentual subiu a 35% (trinta e cinco por cento). Entretanto, foi no quesito *discussão e deliberação sobre o planejamento administrativo e orçamentário* que a avaliação foi mais crítica. Dos discentes respondentes, 36% (trinta e seis por cento) avaliaram com nota um e 29% (vinte e nove por cento) com nota dois. Somando-se as duas piores notas possíveis, tem-se o expressivo percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) do corpo discente que respondeu ao questionário, no aspecto da transparência administrativa e orçamentária. Por fim, outro quesito severamente avaliado pelos discentes foi o planejamento de utilização da infraestrutura da FDRP, que recebeu 57% (cinquenta e sete por cento) dos piores conceitos, sendo 27% (vinte e sete por cento) um e 30% (trinta por cento) dois.

Tabela 6: Conceito atribuído, pelos docentes, às condições gerais oferecidas para representação e participação dos segmentos em aspectos enumerados

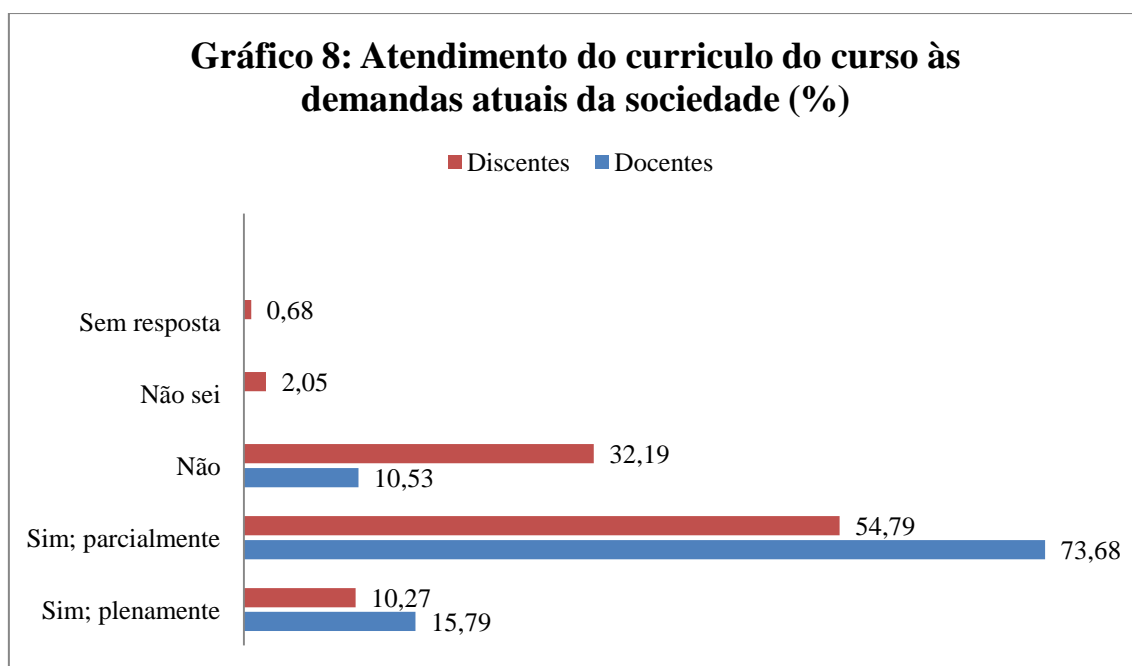
Condição	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Discussão e deliberação sobre diretrizes gerais e processos de avaliação e revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso.	30	15	35	20	0	0	0	0
Órgãos colegiados da FDRP.	10	20	50	15	5	0	0	0
Comissões em geral.	5	25	40	20	10	0	0	0
Discussão e deliberação sobre o planejamento administrativo e orçamentário.	65	10	15	10	0	0	0	0
Planejamento de utilização da infraestrutura da FDRP.	50	20	15	15	0	0	0	0
Acesso geral à informação.	40	35	15	10	0	0	0	0

Os piores conceitos, percentualmente falando, atribuídos pelos docentes são às mesmas condições pior avaliadas pelos discentes. Ou seja, **discussão e deliberação sobre o planejamento administrativo e orçamentário**, no caso dos docentes, teve 65% (sessenta e cinco por cento) de conceitos um e **planejamento de utilização da infraestrutura da FDRP** computou 50% (cinquenta por cento) de conceitos um. Para os docentes, também é crítico o acesso geral à informação, com expressivos 40% (quarenta por cento) dos respondentes atribuindo conceito um e 35% (trinta e cinco por cento), dois, o que totaliza 75% (setenta e cinco por cento) de avaliação negativa quanto

a este aspecto. A representação e deliberação nos órgãos colegiados da FDRP não parece representar, ao menos para os docentes, um aspecto negativo, visto que avaliado com conceito três por 50% (cinquenta por cento) dos respondentes. No que se refere às condições para representação e participação na **discussão e deliberação sobre diretrizes gerais e processos de avaliação e revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso**, houve 30% (trinta por cento) de docentes respondentes que atribuíram conceito um e 35% (trinta e cinco por cento) conceito três, representando uma clara divisão de opiniões no espaço amostral referido.

6.2 ATIVIDADES DE ENSINO

A maioria de discentes (65,06%) e de docentes (89,47%) concorda que o curso atende, ao menos parcialmente, às demandas atuais da sociedade. Nota-se, contudo, que entre os discentes a insatisfação com a adequação do curso às exigências da sociedade é significativamente maior do que entre os docentes (32,19% contra 10,53%).



Os instrumentos de avaliação também contemplou um conjunto de perguntas os docentes e discentes que visassem avaliar a articulação, realizada pelas disciplinas do curso de Direito da FDRP/USP, em diferentes aspectos do seu PPP (tabelas 7 e 8).

Tabela 7: Conceito atribuído, pelos discentes, à articulação realizada pelas disciplinas do curso em diferentes aspectos

	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Articulação realizada pelas disciplinas entre:								
Ensino, pesquisa e extensão	29	31	20	12	4,8	1,4	0	2
Teoria e prática	15	41	33	8,8	1,4	0	0	1,4
Conteúdo das atividades/disciplinas e contextos/problemas locais, regionais e nacionais	30	37	21	6,8	2	0,7	0	2
Conteúdos curriculares dos eixos de formação fundamental, de formação profissional e de formação prática	14	33	31	14	2	4	0,7	2
Articulação realizada entre disciplinas de diferentes:								
Períodos	16	33	31	11	2	5	0	2
Eixos de formação (fundamental, prática e profissionalizante)	12	39	33	6,8	1,4	6	0	2
Departamentos	13	35	35	6,1	1,4	8	0	2
Unidades	25	33	18	4,1	0	16	1,4	2
Articulação realizada entre disciplinas de uma mesma/mesmo:								
Período	11	39	33	7,5	2,7	4	0	2
Eixo de formação (fundamental, prática e profissionalizante)	9,5	34	34	10	0,7	9	0,7	2
Departamento.	8,8	29	37	12	0	10	0,7	2
Unidade.	16	28	29	5,4	0	18	2	2

A tabela 7 acabou por salientar a avaliação geral negativa dos discentes sobre quase todos os aspectos considerados, visto o conjunto de respostas que obteve 25% (vinte e cinco por cento) ou mais de conceitos entre 1 e 2.

Tabela 8: Conceito atribuído, pelos docentes, à articulação realizada pelas disciplinas do curso em diferentes aspectos

	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Articulação realizada pelas disciplinas entre:								
Ensino, pesquisa e extensão.	11	32	37	11	11	0	0	0
Teoria e prática.	11	16	42	21	0	5,3	5,3	0
Conteúdo das atividades/disciplinas e contextos/problemas locais, regionais e nacionais.	21	16	37	16	5,3	5,3	0	0
Conteúdos curriculares dos eixos de formação fundamental, de formação profissional e de formação prática.	26	16	21	26	11	0	0	0
Articulação realizada entre disciplinas de diferentes:								
Períodos.	11	37	21	16	5,3	11	0	0

Eixos de formação (fundamental, prática e profissionalizante).	16	37	21	26	0	0	0	0
Departamentos.	16	32	32	16	0	5,3	0	0
Unidades.	26	16	47	5,3	0	5,3	0	0
Articulação realizada entre disciplinas de uma mesma/mesmo:								
Período.	11	32	37	16	0	5,3	0	0
Eixo de formação (fundamental, prática e profissionalizante).	21	16	42	16	0	5,3	0	0
Departamento.	21	21	37	16	0	5,3	0	0
Unidade.	26	32	16	16	0	11	0	0

Entre os docentes, a articulação das disciplinas entre os aspectos considerados não foi avaliada de forma tão negativa como nos discentes. Do ponto de vista dos aspectos que receberam conceito quatro houve duas nuances dignas de nota, ambas com 26% (vinte e seis por cento): **a articulação entre os conteúdos de formação, práticos e profissionalizantes** e as **disciplinas dos diferentes eixos**. Os conceitos mais baixos são apontados para a **articulação entre ensino, pesquisa e extensão**, com 32% (trinta e dois por cento) de conceito dois e, apesar do apontado supra, 26% (vinte e seis por cento) atribuíram conceito um à articulação entre **conteúdos de formação, práticos e profissionalizantes**.

A grade curricular do curso também foi avaliada pelos segmentos discentes e docentes, sob diversos aspectos, conforme dados organizados nas tabelas 9 e 10.

Tabela 9: Conceito atribuído pelos discentes à grade curricular do curso com relação a diversos aspectos

Conceito	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Dinâmica curricular (forma de organização e distribuição das disciplinas ao longo dos períodos).	39	40	16	1,4	0,7	0	0	2,7
Suficiência de conteúdos curriculares do eixo de formação fundamental.	14,3	26	34	13	7,5	2,7	0	2,7
Suficiência de conteúdos curriculares do eixo de formação profissional.	8,8	25	39	17	5,4	2	0	2,7
Suficiência de conteúdos curriculares do eixo de formação prática.	15	39	29	6,8	0,7	6	0	2,7

A dinâmica curricular obteve, entre o segmento discente, os conceitos mais baixos em relação aos demais aspectos considerados: 79% (setenta e nove por cento) dos respondentes atribuíram conceitos entre 1 e 2. Já a suficiência de conteúdos curriculares do eixo de formação profissional foi o aspecto que recebeu o maior conceito entre o segmento: 39% (trinta e nove por cento) atribuiu 3.

Tabela 10: – Conceito atribuído pelos docentes à grade curricular do curso com relação a diversos aspectos

Conceito	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Dinâmica curricular (forma de organização e distribuição das disciplinas ao longo dos períodos).	16	53	26	5,3	0	0	0	0
Suficiência de conteúdos curriculares do eixo de formação fundamental.	16	26	26	21	11	0	0	0
Suficiência de conteúdos curriculares do eixo de formação profissional.	5,3	21	21	42	11	0	0	0
Suficiência de conteúdos curriculares do eixo de formação prática.	11	26	16	42	0	5,3	0	0

A dinâmica curricular também recebeu o conceito mais baixo entre o segmento docente: 69% (sessenta e nove por cento) atribuiu entre 1 e 2. Já a suficiência de conteúdos curriculares dos eixos formação prática e profissional foram aspectos que obtiveram 4 entre 42% (quarenta e dois por cento) dos respondentes docentes.

Os discentes puderam avaliar as condições gerais de oportunidade e possibilidade de participação em outras atividades além da carga horária da organização curricular do curso (tabela 11)

Tabela 11: Conceito atribuído pelos discentes às condições gerais de oportunidade e possibilidade de participação em outras atividades além da carga horária prevista para as disciplinas obrigatórias e optativas

Conceito	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Estágio não obrigatório	23	22	16	8,2	8,8	17,01	2	3,4
Projetos de iniciação científica	14	30	24	14	6,8	6	1,4	3,4
Projetos de extensão	17	36	24	8,8	5,4	4	0,7	3,4
Grupos de estudo	13	39	24	12	7,5	0,7	0	3,4
Monitorias em disciplinas	12	31	27	16	8,2	2,7	0	3,4
Congressos, simpósios, seminários, palestras, debates, mesas redondas e afins	18	33	21	16	9,5	0	0	3,4
Atividades culturais	31	35	18	6,8	4,8	0,7	0,7	3,4
Atividades esportivas	32	29	16	12	4,8	2,7	0,7	3,4
Disciplinas eletivas livres além da carga horária obrigatória	41	38	8,8	0,7	0,7	7	0,7	3,4

Pela tabela 11, é possível perceber que as atividades mais prejudicadas pela dinâmica curricular do curso são: atividades culturais, esportivas e realização de disciplinas eletivas livres além da carga obrigatória. Mas, de modo geral, os discentes consideram haver pouca ou nenhuma condição para realização de atividades não obrigatórias.

De acordo com as DCNs para os cursos de Direito, o Estágio Curricular e o Trabalho de Conclusão de Curso são atividades consideradas obrigatórias a todos os cursos. As tabelas 12 e 13 expressam a avaliação dos segmentos docente e discente sobre as condições de realização desses dois elementos oferecidas pelo curso.

Tabela 12: Conceito atribuído pelo segmento discente aos aspectos e condições do Estágio Curricular Obrigatório (ECO) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Estágio Curricular Obrigatório (ECO)	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Aprendizagem proporcionada pelo estágio	1,4	2,7	11	12	12	0	0,7	61
Condições de realização do estágio (transporte, bolsas, horário, entre outros)	6,8	8,8	14	4,8	4,8	0	0,7	61
Realização de atividades diversificadas	3,4	9,5	14	7,5	4,8	0	0,7	61
Articulação entre teoria e prática	2,7	3,4	8,8	16	8,2	0	0,7	61
Interação com órgãos relacionados à profissão	1,4	2	8,8	14	12	0	0,7	61
Orientação recebida para o desenvolvimento das atividades de estágio	4,8	3,4	14	8,2	8,2	0	0,7	61
Realização de pesquisas e atividades de extensão envolvendo o ambiente ou temática do estágio	9,5	14	8,8	1,4	5,4	0	0,7	61
Sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)								
Adequação do tempo curricular destinado ao desenvolvimento do TCC	3,4	2,7	6,8	3,4	3,4	0	0,7	80
Orientação recebida para o desenvolvimento das atividades de TCC	2	4,1	6,1	4,1	2,7	0	1,4	80
Existência de recursos necessários para a execução do TCC (bibliografia, equipamentos, etc)	6,1	6,1	6,1	0,7	0,7	0	0,7	80
Aproveitamento das atividades de extensão	5,4	5,4	3,4	0	0,7	2,7	1,4	81
Aproveitamento das atividades de pesquisa	3,4	2,7	3,4	3,4	4,1	0,7	1,4	81
Aproveitamento de estágio	4,8	6,8	3,4	0	1,4	1,4	1,4	81

Importante considerar que o instrumento de avaliação sugeria que só os discentes que cursaram ou estavam cursando o semestre letivo respondessem às questões relativas a ECO e TCC. Assim, os percentuais de respostas obtidas no conceito SR (sem resposta) referem-se, possivelmente, ao conjunto de discentes que não cursavam tais semestres letivos.

Tabela 13: Conceito atribuído pelo segmento docente aos aspectos e condições do Estágio Curricular Obrigatório (ECO) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

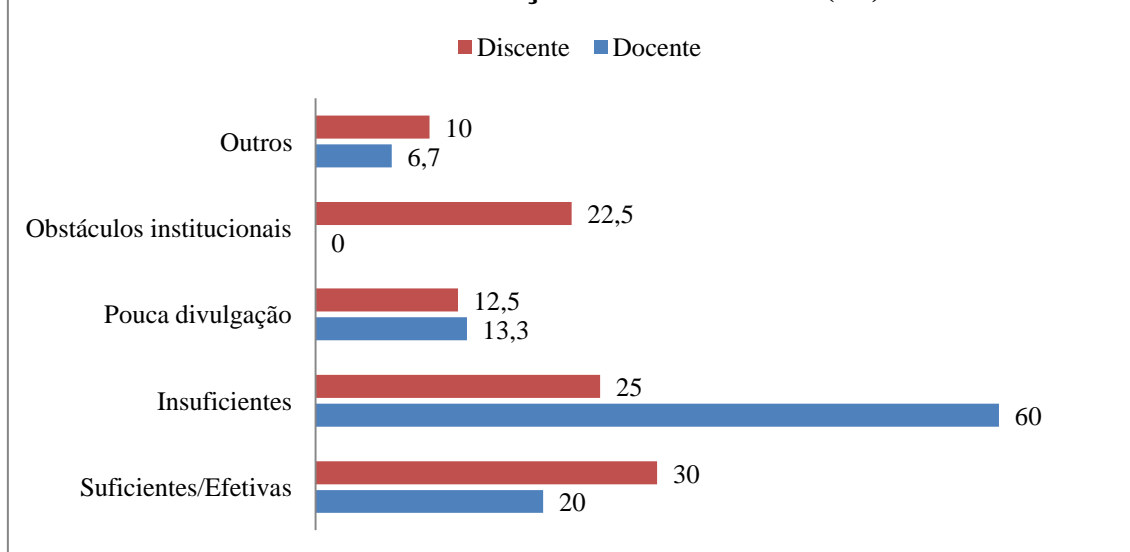
Docente								
Estágio Curricular Obrigatório (ECO)	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Aprendizagem proporcionada pelo estágio	5,3	11	21	16	5,2	32	11	0
Condições de realização do estágio	5,3	5,3	37	11	0	32	11	0

(transporte, bolsas, horário, entre outros)								
Realização de atividades diversificadas	0	16	32	16	0	26	11	0
Articulação entre teoria e prática	11	0	26	26	0	26	11	0
Interação com órgãos relacionados à profissão	5,3	5,3	11	26	11	32	11	0
Orientação recebida para o desenvolvimento das atividades de estágio	5,3	16	32	11	0	32	5,3	0
Realização de pesquisas e atividades de extensão envolvendo o ambiente ou temática do estágio	0	16	21	16	0	37	11	0
Sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)								
Adequação do tempo curricular destinado ao desenvolvimento do TCC	5,3	5,3	26	42	21	0	0	0
Orientação recebida para o desenvolvimento das atividades de TCC	11	5,3	37	21	21	5,3	0	0
Existência de recursos necessários para a execução do TCC (bibliografia, equipamentos etc)	11	21	26	32	11	0	0	0
Aproveitamento das atividades de extensão	5,3	21	37	5,3	5,3	21	5,3	0
Aproveitamento das atividades de pesquisa	0	11	21	42	21	0	5,3	0
Aproveitamento de estágio	11	11	21	26	0	26	5,3	0

No caso das respostas dos docentes, deve-se considerar que nem todos estão diretamente envolvidos com as atividades de ECO e TCC. Em razão disso é que é possível explicar os percentuais expressivos, em alguns critérios, de conceitos NS ou ND.

As políticas de internacionalização, apesar de terem sido apenas recentemente implantadas no curso, foram objeto de uma questão específica nos instrumentos de avaliação dos segmentos docentes e discentes. As respostas foram organizadas de acordo com as categorias expressas no gráfico abaixo (9).

Gráfico 9: Avaliação, por segmento, das políticas de internacionalização da FDRP/USP (%)



Na categoria **suficientes/efetivas**, os discentes responderam que tais políticas de internacionalização da unidade são bem divulgadas, o que tem possibilitado o intercâmbio internacional de vários alunos. Os docentes que as classificaram desse modo não acrescentaram outros comentários.

No tocante a **insuficientes**, os discentes destacaram a falta de estabelecimento de convênios com instituições estrangeiras, o baixo valor das bolsas concedidas, a pequena participação de docentes na internacionalização da FDRP e a carência de estímulo ao aprendizado de línguas estrangeiras. Os docentes, por sua vez, avaliaram que tais políticas são pontuais, com baixo reflexo sobre as práticas acadêmicas, não contemplam o segmento docente, precisam ter ênfase mais coletiva/cooperativa e menos individual, além de estar prejudicadas por uma estrutura insuficiente de pessoal e inexistir uma definição clara de política institucional.

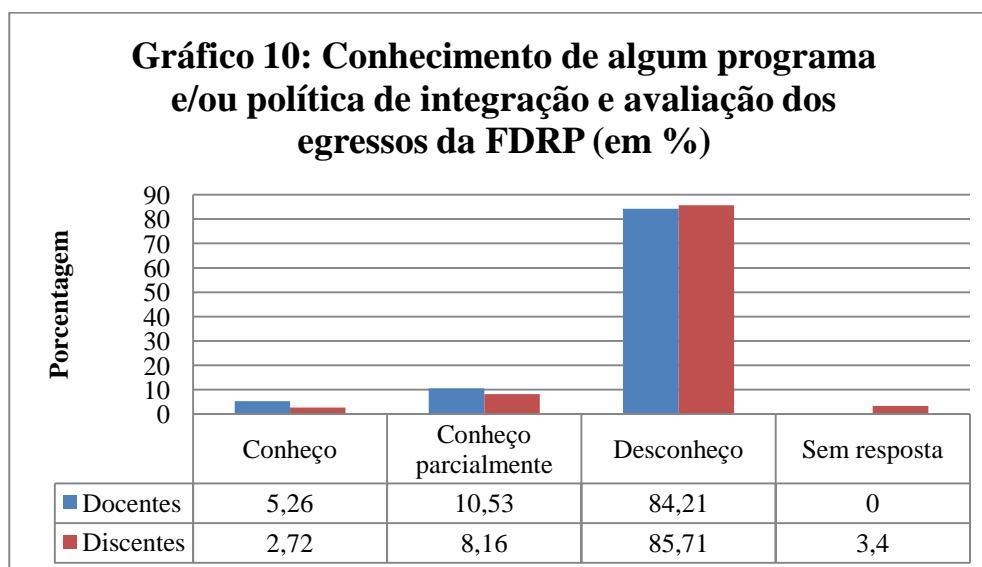
Em relação à **pouca divulgação**, os discentes comentaram que é falho apenas o envio de e-mails, sendo preciso meios mais consistentes e abrangentes de exposição das informações. Os docentes que as classificaram desse modo não acrescentaram outros comentários.

Concernente aos **obstáculos institucionais**, o segmento discente enfatizou a valorização exagerada da média ponderada como critério de classificação, o que desconsidera outras atividades acadêmicas (pesquisa e extensão) desenvolvidas pelo aluno; o excesso de procedimentos burocráticos; a pouca abertura da estrutura curricular do curso às possibilidades de internacionalização da graduação e a falta de análise e de

planejamento institucionais capazes de preparar a faculdade para receber os alunos estrangeiros e os da FDRP que fizeram intercâmbio, com vistas ao aproveitamento das experiências acadêmicas vivenciadas no exterior.

A categoria **outros** envolve respostas de ambos os segmentos (discente e docente) inviáveis de serem inseridas nas demais categorias acima (por exemplo: não sei, nada a declarar), representando um número pequeno diante do total e englobando, também, respostas em que não foi possível detectar a avaliação das políticas de internacionalização da unidade que tinham a intenção de trazer.

As políticas de integração e de avaliação dos egressos da FDRP/USP também são bastante recentes, haja vista que o curso, à época da realização da avaliação, tinha apenas 6 anos desde de implantação. As respostas estão categorizadas de acordo com o exposto no gráfico abaixo (10):



Os discentes que consideraram tal programa e/ou política **insuficiente** responderam que os egressos são desconsiderados das atividades desenvolvidas pela Universidade. Os docentes comentaram que a única avaliação de egressos conhecida é o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sendo que tais políticas precisam ser aprimoradas, embora haja controle razoável dos dados.

Os discentes e docentes que **desconhecem** tais políticas não acrescentaram outros comentários.

Uma questão feita especificamente aos docentes diz respeito à existência ou não de políticas de incentivo à participação em processos de formação continuada. A quase totalidade respondeu negativamente. Quando solicitados a elencar os tipos de incentivo

existentes, houve poucas referências a alguns incentivos recebidos para participar de processos de formação continuada (exemplos: convites da Reitoria, programa Novos Docentes etc).

Por fim, no conjunto de questões relativas às atividades de ensino, foi solicitado aos discentes que avaliassem as condições didático-pedagógicas dos docentes (tabela 14).

Tabela 14: Conceito atribuído, pelos discentes, às condições didático-pedagógicas dos docentes

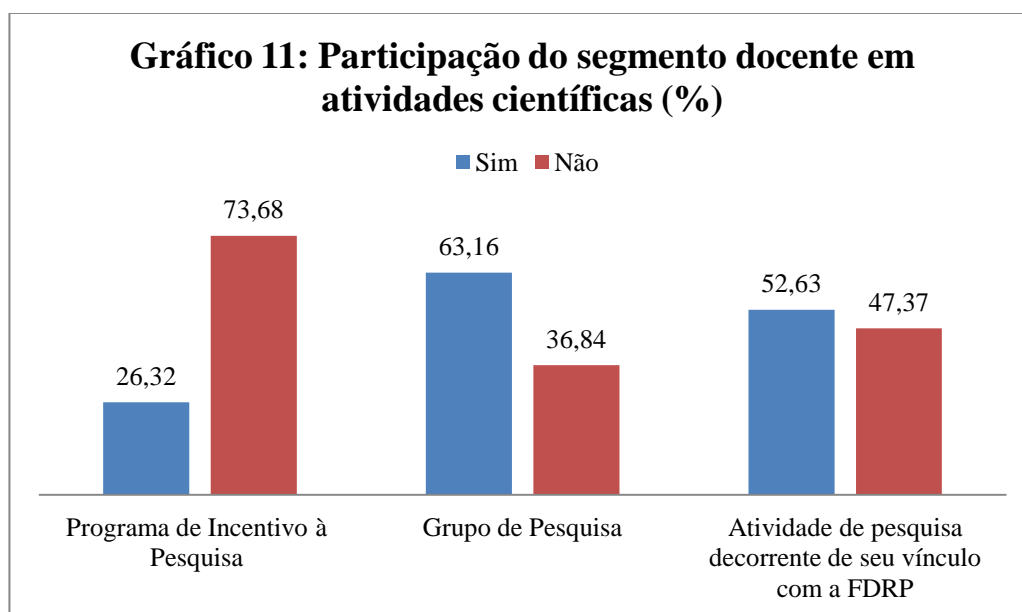
Critério	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Domínio dos conteúdos curriculares ministrados.	1,4	4,8	31	37	22	0,7	0	3,4
Assiduidade e pontualidade.	14	31	31	18	2,7	0,7	0	3,4
Procedimentos metodológicos de ensino-aprendizagem empregados.	8,2	31	37	16	3,4	1,4	0	3,4
Procedimentos de avaliação empregados.	8,2	26	46	13	2,7	1,4	0	3,4
Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.	33	34	20	6,1	1,4	1,4	0	3,4
Compatibilidade entre o tempo necessário para o desenvolvimento das atividades propostas e o tempo disponível para a sua execução.	35	26	21	10	4,1	0,7	0	3,4
Adequação do conteúdo ministrado aos conhecimentos prévios dos discentes.	7,5	16	42	26	4,1	1,4	0	3,4
Apresentação prévia do programa, dos métodos, de ensino e avaliação, bibliografia, entre outros, aos discentes.	9,5	18	35	22	12	0,7	0	3,4
Abertura para o diálogo sobre dúvidas e/ou dificuldades dos discentes durante as aulas.	4,1	14	34	27	16	0,7	0,7	3,4
Abertura para o diálogo sobre dúvidas e/ou dificuldades dos discentes fora da sala de aula.	6,1	16	37	21	12	4,1	0,7	3,4
Planejamento e organização dos conteúdos curriculares ministrados.	6,1	19	45	17	6,8	1,4	1,4	3,4
Articulação entre os conteúdos ministrados e problemáticas referentes aos contextos locais e regionais.	28	37	22	4,8	3,4	0,7	0,7	3,4
Articulação entre os conteúdos ministrados e problemáticas referentes aos contextos nacional e mundial.	20	28	31	12	3,4	0,7	0,7	3,4
Utilização de mecanismos de auto avaliação no contexto da disciplina ministrada.	35	33	18	5,4	2	1,4	0,7	4,1

6.3 ATIVIDADES DE PESQUISA

Os respondentes do segmento servidor técnico administrativo, em sua maioria (71%), não têm informação sobre as atividades de Pesquisa desenvolvidas na FDRP, ou tem informação parcial (25,81%). Alguns respondentes apontam algumas razões para o baixo conhecimento sobre tais atividades: a) “Acredito que as pesquisas desenvolvidas

pela FDRP (alunos ou docentes) ficam restritas a esse público-alvo. Pouco ou quase nada se fala a respeito para os funcionários. Poderia haver um canal de comunicação para divulgar esses dados, como um jornal interno, por exemplo”; b) “Não temos a consciência dos eventos que a FDRP realiza, somente sabemos quando acessamos ao site da Unidade ou via alunos”. A totalidade dos respondentes no mesmo segmento declarou nunca ter recebido qualquer tipo de incentivo, pela FDRP, para participação em alguma atividade de pesquisa.

A participação do segmento docente nas atividades de pesquisa na FDRP evidencia-se bastante expressiva, considerando-se diferentes tipos de envolvimento.



Os Programas de Incentivo à Pesquisa citados³ pelos docentes que responderam afirmativamente à questão são: Projeto Núcleos de Apoio à Pesquisa e Programas de bolsas de Iniciação Científica USP/CNPq.

Quando questionados sobre a existência de incentivo por parte da FDRP para a realização de pesquisa, 47,37% responderam afirmativamente, 31,58% responderam não haver e 21,05% não souberam responder. Dentre os tipos de incentivos existentes, foram citados: a) estrutura e reconhecimento institucional; b) autorização de afastamentos; c) controle institucional sobre as atividades docentes (avaliação e progressão na carreira); e d) demanda dos discentes. Para alguns respondentes, o incentivo é apenas parcial, não institucionalizado, ou sob prejuízo de outras atividades (como ensino). Nesse sentido caminha a seguinte resposta: o incentivo

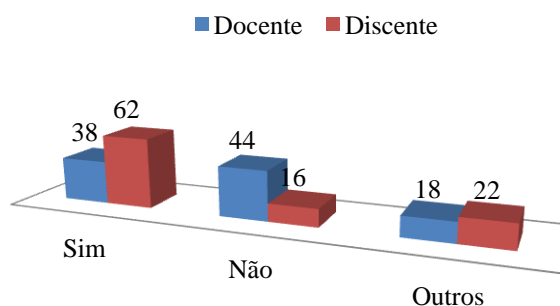
³ Foram declarados também programas ou fomentos externos à USP. Todavia, como a pergunta referia-se apenas aos programas institucionais, tais respostas não foram acrescentadas ao presente relatório.

existe “em termos: embora haja estrutura, falta maior reconhecimento dos grupos e núcleos de pesquisa. Por outro lado, a excessiva burocracia decorrentes de atividades administrativas, docência e exigências da orientação reduzem sensivelmente o tempo de pesquisa. Ademais, ainda não há orientação suficiente para a obtenção de recursos financeiros para pesquisa. O docente tem que aprender os caminhos por si só, depois de muito sofrimento e reveses”. Ainda, apesar de haver incentivo, ele é prejudicado pela excessiva carga de atividades burocráticas e administrativas concentradas sobre os docentes.

Já com relação à existência de financiamento para a realização de Pesquisa pela FDRP, 26.32% responderam afirmativamente, 57.89% declararam não haver e 15.79% não souberam responder.

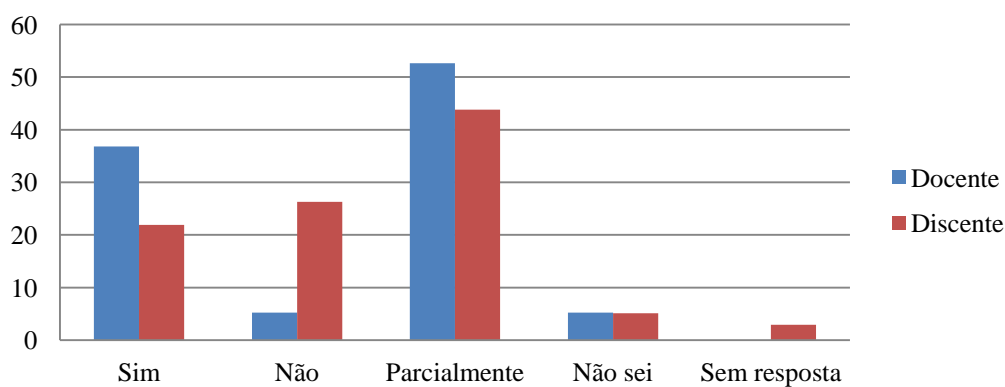
A maioria dos docentes respondentes (63%) percebem impactos das pesquisas existentes na FDRP sobre a sociedade. Já entre os discentes, 39,42% reconhecem algum impacto e 49,6% declararam não saber. Sobre os tipos de impactos, os dois segmentos apresentaram respostas muito diversificadas, com pouca profundidade e clareza. Dentre as respostas do segmento docente, há o reconhecimento de impactos como: a) mudanças na área social e/ou jurídica; b) impactos ainda incipientes ou baixos, em razão do pouco tempo de existência da faculdade ou baixa articulação dos temas com demandas locais; c) impacto circunstancial, eis que só há impactos naquelas pesquisas que são decorrentes de demandas locais e/ou regionais, de atividades anteriores de extensão universitária ou do envolvimento dos pesquisadores com a comunidade local; d) impactos negativos; e) papel de esclarecimento e orientação das pesquisas sobre assuntos jurídicos; e f) produção de material midiático a partir das pesquisas produzidas. No segmento discente, além do que foi citado pelos docentes, também identificam os seguintes impactos: a) fomento de debates e pressões sobre órgãos públicos; b) promoção de releituras sobre problemas da comunidade; c) soluções jurídicas, sobretudo para classes mais baixas; d) dar visibilidade a grupos ou temas comumente pouco estudados; e) aprofundamento e atualização de conceitos jurídicos; f) construção de novos métodos para se pensar o direito e sua correlação com a sociedade.

Gráfico 12: Óbices institucionais à participação em projetos/programas/grupos de pesquisa, por segmento (%)



As atividades de pesquisa são consideradas importantes para a prática acadêmica, ainda que parcialmente, de 100% dos docentes e 80% dos discentes respondentes. A maioria dos dois segmentos também considera que as atividades de pesquisa existentes na FDRP auxiliam na capacitação profissional dos discentes (90% dos docentes e 89% dos discentes). Por tal relevância assumida por tais atividades entre os segmentos, a sua articulação com o ensino curricular de graduação é percebida, ao menos parcialmente, por 89,5% dos docentes e por 65,7% dos discentes.

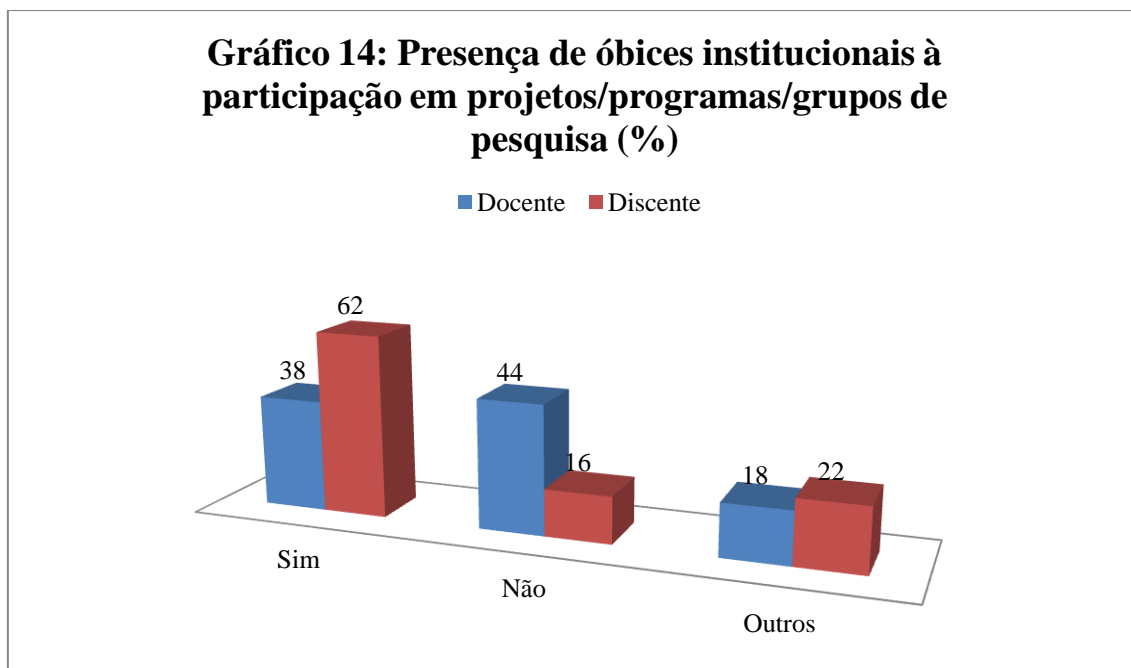
Gráfico 13: Percepção, por segmento, sobre articulação entre as atividades de pesquisa e o ensino curricular de graduação (%)



A participação do segmento discente em Grupos de Pesquisa (cadastrados no CNPq ou não) é baixa: apenas 18,25%. Foram citados ao menos 12 grupos diferentes de pesquisa, envolvendo, no mínimo, 6 docentes. Apesar da baixa participação, a maioria dos discentes (52%) declarou haver algum tipo de incentivo na Unidade à participação em grupos de pesquisa. Os dados são semelhantes aos relativos à participação dos discentes em Programas de incentivo à pesquisa: apenas 18,25% dos respondentes

participam de algum programa (PIBIC/USP, FAPESP, tutoria acadêmica, Ensinar com Pesquisa, CEDD e Programa de Educação Tutorial-PET).

Os percentuais acima citados podem ser compreendidos a partir das respostas a outras questões que fizeram parte da avaliação, entre elas, a relativa aos óbices existentes na Unidade, para a participação em atividades de pesquisa.



Os discentes que responderam **positivamente** a essa pergunta elencaram, como principal óbice institucional à participação em projetos/programas/grupos de pesquisa, a falta de tempo decorrente de uma grade horária pouco flexível com sobrecarga de disciplinas obrigatórias e de aulas expositivas. Também foram apontadas a média ponderada como critério preponderante na seleção de alunos para obtenção de estágios, bolsas etc, o que desconsidera outras atividades acadêmicas desenvolvidas pelo discente e que não são computadas em sua média ponderada; a precária divulgação de informações referentes aos projetos/programas/grupos de pesquisa existentes na instituição (formas de ingresso, créditos equivalentes, bolsas etc); a falta de interação/formação de convênios com universidades nacionais e estrangeiras com destaque no cenário científico e a política de abono de faltas para alunos que se ausentam de determinada aula devido a algum compromisso do grupo de pesquisa. Por sua vez, os docentes que responderam **positivamente** destacaram como principais óbices o excesso de exigências formais e burocráticas da instituição, além da sobrecarga da grade horária do ensino de graduação, da falta de orientação e de suporte administrativo.

Os discentes e docentes que responderam **negativamente** a essa pergunta não fizeram nenhum comentário adicional.

A categoria **outros** envolve respostas de ambos os segmentos (discente e docente) inviáveis de serem inseridas nas demais categorias acima (por exemplo: não sei, nada a declarar), representando um número pequeno diante do total e englobando, também, respostas em que não foi possível detectar o óbice que tinham a intenção de trazer.

As atividades de pesquisa na FDRP são consideradas, pela maioria dos dois segmentos respondentes (docentes e discentes) muito importantes.

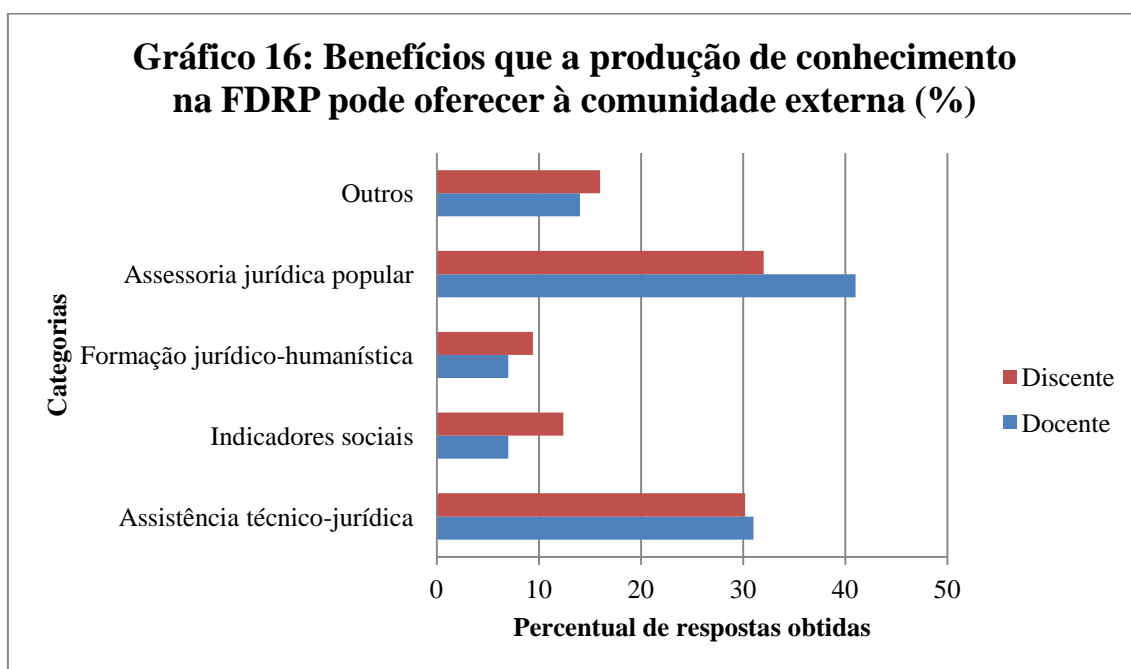
Os discentes que responderam que as atividades de pesquisa são **muito importantes** enfatizaram que tais práticas contribuem com a problematização do fenômeno jurídico-social, o aprofundamento de conteúdos já estudados e a escolha de uma futura área de atuação profissional; caracterizam a Universidade; fomentam a inovação jurídica, o aprendizado autônomo e dinâmico; são essenciais para a internacionalização da faculdade e sua inserção em redes de pesquisa e devem estar articuladas ao ensino e à extensão . Todavia, fizeram referência a alguns obstáculos existentes à realização da pesquisa na instituição, como a estrutura curricular, que privilegia o ensino com aulas expositivas obrigatórias, e a falta de acervo bibliográfico da biblioteca. Por fim, criticaram a insuficiência tanto de diálogo das pesquisas produzidas com as problemáticas sociais como de divulgação dos projetos/grupos de pesquisa existentes. O comentário a seguir merece destaque: *“Eu entendo que, atualmente, a importância dada é secundária, uma vez que há grande preocupação com as atividades de ensino, entendidas como o ministério de aulas em sua grande maioria expositivas. As atividades de pesquisa, para mim, deveriam ter importância fundamental, sem o estabelecimento de uma hierarquia. As atividades de pesquisa deveriam fazer parte desse “eixo principal” do ensino, e não serem vistas como atividade complementar/extracurricular. As atividades de pesquisa devem, ao meu ver, ser conjugadas com as de extensão, ou então haver essa possibilidade. Ao menos a pesquisa deve ser entendida como fundamental para todos os juristas, e não só para quem seguirá a “área acadêmica”, isto é, ser professor(a). A pesquisa é uma reflexão necessária que compõe a práxis jurídica. Devemos ter uma formação que nos dê subsídios para que não sejamos meramente técnicos aplicadores do direito, que têm extrema dificuldade quando a situação diverge da esperada. Além de estar sempre se*

atualizando e refletindo sobre a sua atuação como jurista, também possibilita que as reivindicações de direitos insurgentes da realidade social, que é dinâmica (e, portanto, também é o direito), ganhem cada vez mais espaço.” Nessa categoria, os docentes acentuaram a importância das atividades de pesquisa para a qualidade do ensino e da extensão praticados e para a formação de profissionais crítico-reflexivos e com raciocínio lógico-jurídico. Contudo, mencionaram que tais atividades acontecem basicamente por exigências da USP e pelos esforços dos docentes, visto que há pouco incentivo institucional.

Os discentes que consideraram as atividades de pesquisa **pouco importantes** levantaram, em suas respostas, fatores como a baixa divulgação dos projetos/grupos de pesquisa existentes, a deficiente formação docente em pesquisa e o inconsistente estabelecimento de diálogo com a comunidade.

A categoria **outros** envolve respostas de ambos os segmentos (discente e docente) inviáveis de serem inseridas nas demais categorias acima (por exemplo: não sei, nada a declarar), representando um número pequeno diante do total e englobando, também, respostas em que não foi possível detectar a importância às atividades de pesquisa que tinham a intenção de trazer.

Além de importantes, os respondentes conseguem identificar uma série muito diversificada de benefícios que a produção de conhecimento na FDRP pode oferecer à comunidade externa.



Um dos benefícios destacados pelo segmento discente foi a **assistência técnico-jurídica** a ser oferecida à comunidade externa: melhoria do atendimento jurídico à população; sistematização de informações que possibilitem a efetivação de direitos pelo Poder Público; avaliação e fiscalização de órgãos públicos e do sistema de justiça; aplicação de métodos alternativos de solução de conflitos; inovação da pesquisa dos institutos jurídicos capaz de fundamentar sentenças e justificativas para instrumentos legais; contribuição teórica às diversas áreas do conhecimento, ampliando as redes de pesquisa e de extensão a respeito e realização de cursos de difusão. O segmento docente, nessa categoria, elencou a possibilidade de tornar o direito compreensível e acessível; a criação de literatura jurídica de impacto regional e nacional; a melhoria da atuação da Administração Pública e do sistema de justiça e o aperfeiçoamento das atividades de extensão.

Em relação à produção de **indicadores sociais**, os discentes fizeram referência ao fomento de debates acerca do planejamento, implementação/execução e fiscalização de políticas públicas e à elaboração de relatórios que identifiquem violações a direitos humanos nos contextos local e regional. Aqui, os docentes mencionaram a avaliação e busca de soluções para os problemas regionais.

No tocante à **formação jurídico-humanística**, o segmento discente apontou a importância de um perfil crítico de bacharel em Direito sensível às questões políticas, econômicas, sociais e culturais contemporâneas e o incentivo à produção cultural e científica. Nessa categoria, o segmento docente acentuou a realização de eventos e a formação continuada em Direito.

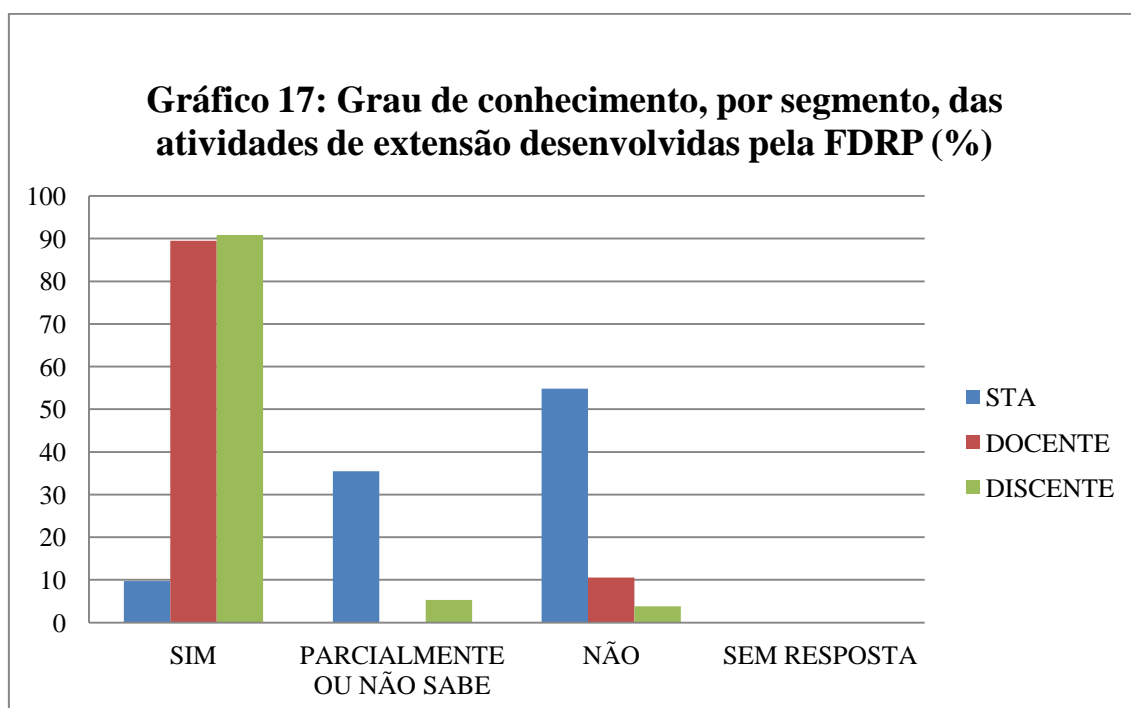
Em **assessoria jurídica popular**, os discentes destacaram o empoderamento político e jurídico de grupos e movimentos sociais; a educação popular em direitos; a redução de desigualdades sociais; o incremento da capacidade comunicativa e dialógica entre o conhecimento acadêmico-científico e o popular; o fortalecimento da democracia e da cidadania; a produção do conhecimento em direito alternativo e a realização de oficinas. Por sua vez, os docentes evidenciaram o envolvimento nos problemas sócio jurídicos da comunidade local; a criação de programas destinados a grupos vulneráveis e associações comunitárias capazes de assessorá-las em suas reivindicações; a orientação jurídica às minorias; a contribuição à consolidação de instrumentos democráticos na sociedade e a relevância de questões socioambientais.

A categoria **outros** envolve respostas de ambos os segmentos (discente e docente) inviáveis de serem inseridas nas demais categorias acima (por exemplo: não

sei, nada a declarar), representando um número pequeno diante do total e englobando, também, respostas em que não foi possível detectar os benefícios que tinham a intenção de trazer.

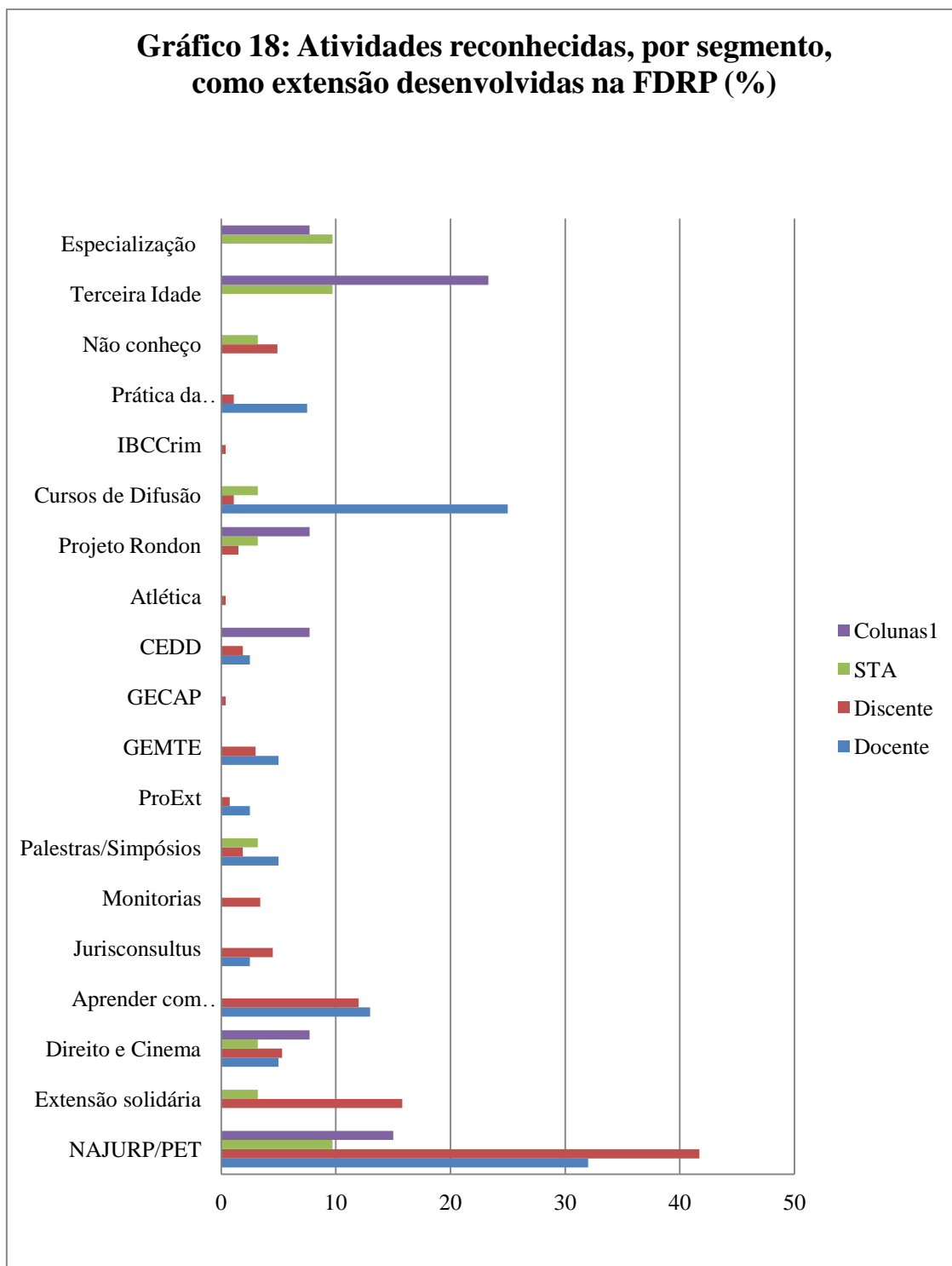
6.4 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A maioria dos discentes e docentes declarou conhecer alguma atividade de extensão desenvolvida pela FDRP. Isso porque esses dois segmentos são os mais diretamente responsáveis pela proposição de tais cursos ou os beneficiários deles. A participação dos Servidores Técnico-Administrativos nas atividades de extensão realizadas pela Unidade é bem reduzida: apenas 9,7% (3) declararam ter participado de alguma atividade como usuário, 12,9% (4) participaram na organização da atividade e 77,42% (24) nunca participaram. A totalidade dos respondentes declarou que nunca ter recebido incentivo para a participação em atividades de extensão na Unidade.

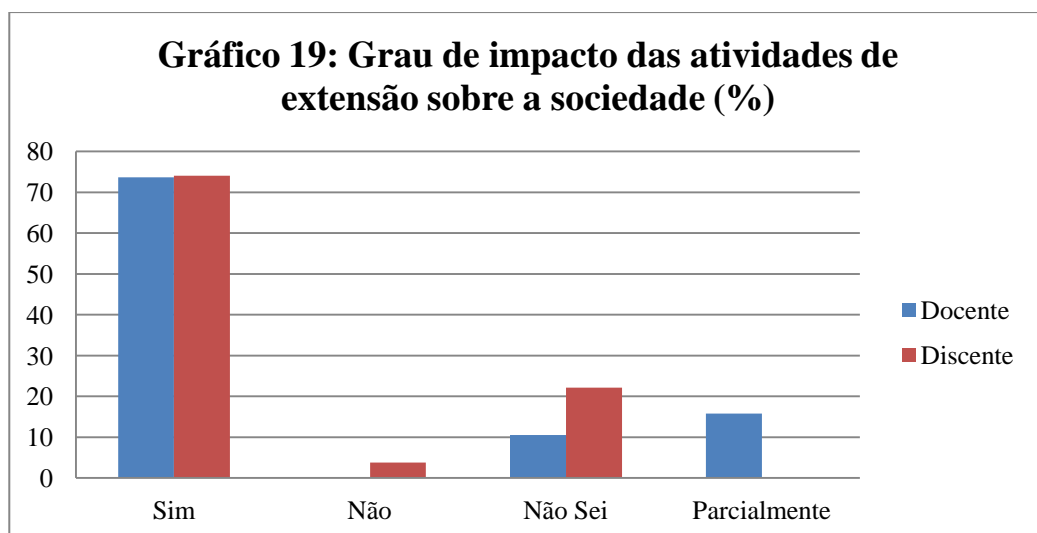


Quanto às atividades reconhecidas pelos segmentos como práticas de extensão da FDRP, percebeu-se uma variedade muito grande de respostas, nem todas referentes a projetos/programas institucionais ou de extensão propriamente ditos. Foram citados, por exemplo, alguns projetos organizados pelas entidades estudantis (Extensão Solidária do Centro Acadêmico) e programas de pesquisa (Centro de Estudos em Direito e

Desigualdades- CEDD). Os projetos mais citados por todos os segmentos foram o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJURP), seguido do Projeto Direito e Cinema. Os mais citados pelo segmento dos STAs foram os Curso de Difusão para a Terceira Idade e as Especializações.



Há um percentual maior de discentes (50,38% contra 36,84%) do que docentes que reconhecem existir integração das comunidades próximas da FDRP nas atividades de extensão realizadas na Unidade. Quanto ao reconhecimento dos impactos positivos das atividades de extensão realizadas pela FDRP sobre a sociedade, os dois segmentos apresentam percentuais de respostas bem parecidos.

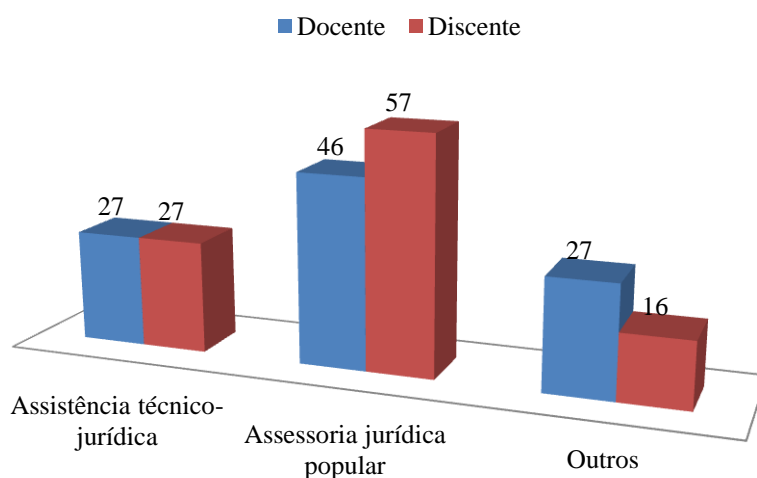


Os discentes que elencaram a **assistência técnico-jurídica** como impacto das atividades extensionistas sobre a sociedade mencionaram os seguintes aspectos: o oferecimento de atendimento técnico-jurídico à comunidade e o contato com a realidade além dos muros da Universidade. Os docentes, por sua vez, se referiram à formação de profissionais especializados para prestação de serviços.

Com relação à **assessoria jurídica popular**, o segmento discente destacou o empoderamento político e jurídico de grupos e movimentos sociais, a pressão a órgãos administrativos e do sistema de justiça para a efetivação de direitos, o estabelecimento de uma relação dialógica e transformadora entre Universidade e sociedade, a formação de uma percepção crítica sobre os conflitos sociais e a educação popular em direitos. Por sua vez, os docentes enfatizaram o empoderamento dos grupos envolvidos na defesa de seus direitos através do estabelecimento de redes sociais e a formação de uma visão crítico-social.

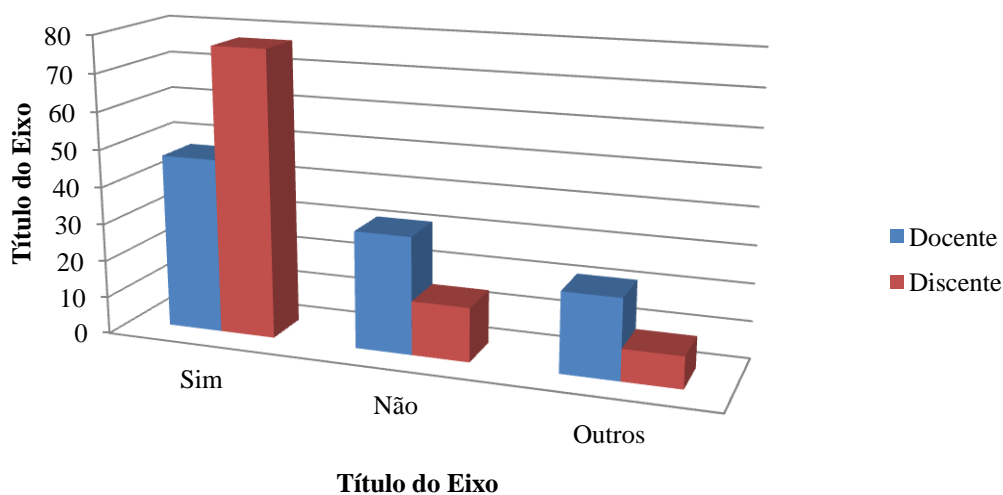
A categoria **outros** envolve respostas de ambos os segmentos (discente e docente) inviáveis de serem inseridas nas demais categorias acima (por exemplo: não sei, nada a declarar), representando um número pequeno diante do total e englobando, também, respostas em que não foi possível detectar o impacto das atividades de extensão que tinham a intenção de trazer.

Gráfico 20: Impactos que as atividades de extensão têm sobre a sociedade (%)



Apesar de o Projeto Político Pedagógico do curso da FDRP alicerçar-se, dentre outros fatores, na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, os segmentos discente (77%) e docente (47%) reconhecem óbices institucionais à participação em projetos/programas de extensão.

Gráfico 21: Óbices institucionais à participação em projetos/programas de extensão (%)



Quanto aos óbices institucionais à participação em projetos/programas de extensão, os discentes que responderam **positivamente** a essa pergunta enfatizaram os seguintes óbices institucionais à participação em projetos/programas de extensão: a insuficiência de tempo decorrente de uma grade horária pouco flexível com sobrecarga

de disciplinas obrigatórias e de aulas expositivas; a falta de projetos/programas de extensão e de divulgação dos existentes; a carência de incentivo da faculdade à participação em extensão universitária; o desconhecimento e a desvalorização docente das atividades extensionistas (se há participação em algum evento correlato, os alunos encontram dificuldades em obter abono de faltas e provas substitutivas); a ausência de definição, objetivos e políticas institucionais para as práticas extensionistas que constem no Projeto Político Pedagógico; a escassez de conscientização sobre a importância dessas atividades e a precariedade da articulação do ensino e da pesquisa com as práticas extensionistas. A seguinte resposta sintetiza bem o que foi levantado nas demais: *“Sim. A começar pela falta de definição clara do que seja extensão, tem-se que, aparentemente, tudo que não seja atividade de ensino e de pesquisa é classificado como extensão, como conteúdo residual do que não for as duas primeiras modalidades. Não se valoriza a atividade de extensão como uma forma de ensino por excelência, que tem a preocupação de, ao mesmo tempo que ser elemento na formação do estudante, integrar a faculdade e o jurista à comunidade. Assim, atividades de extensão são entendidas como desde a participação como ouvinte em palestras variadas quanto à participação em jogos universitários. A extensão na FDRP serve como categoria para contabilização de créditos, cujo critério é residual, como já explicado. Com isso, já se percebe a posição político-pedagógica do curso refratária à extensão, entendida como algo anexo à formação, sendo essa integração com a comunidade completamente dispensável. Ensino é entendido como algo apartado da extensão, assim como a pesquisa, o que mina a possibilidade de um entendimento de ensino como troca de saberes com a comunidade, sendo a extensão uma manifestação óbvia da possibilidade do exercício de uma práxis jurídica crítica (conjuga-se a pesquisa, o ensino e a aproximação da realidade concreta, de onde manifesta-se realmente o direito). Ensino na FDRP é entendido como o professor despejando o saber sobre o aluno. Ensino é o movimento unilateral do professor-doutor-jurista compilar a ‘doutrina’ e esquematizá-la na aula, eventualmente com o auxílio de um ou dois julgados, ou ainda a realização de seminários, que são as abordagens pedagógicas mais inovadoras que aparentemente se pode pensar: fazer o aluno dar uma aula expositiva sobre um tema pré-determinado. O aluno não está lá para debater, para argumentar, para enriquecer a aula com suas experiências e bagagem cultural. Ensino é assistir aulas e absorver conteúdos para vomitá-los no final do semestre. Ensino é, ainda, pra ‘passar de ano’. Isso se o professor quiser, é claro. E é por essa visão de ensino, ao meu ver, que entende-se*

como algo positivo que haja um período integral abarrotado de disciplinas, em sua maioria dogmáticas e todas no esquema de aula expositiva, no primeiro e segundo anos. Assim, não há tempo algum para exercer quaisquer outras atividades. Há um conflito e um esforço imensos para participar de grupos de estudo, treinos, assessoria popular, representação discente, iniciação científica etc. A maioria dos alunos adoece no segundo ano. Isso é um fato, haja vista os depoimentos registrados na primeira audiência do projeto político-pedagógico. Quem realiza atividades de extensão, hoje, é obrigado a faltar nas aulas para que as 24 horas do dia dê conta das obrigações e necessidades diárias. A agenda dos compromissos das atividades de extensão não necessariamente segue a agenda do calendário de provas ou do escolhido pelo(a) professor(a) para aplicá-la. As dificuldades em ter seu pedido de prova substitutiva deferido, seja pela atual estrutura que favorece a arbitrariedade e pessoalidade do professor nessa decisão, seja pela indefinição do que seja extensão, impõe um ônus enorme para quem realiza esse tipo de atividade. (...) Ademais, não há verba para a extensão. Não há programas da FDRP que incentivem essas atividades. (...) São estes alguns exemplos de dificuldades enfrentadas pelo aluno que opta por realizar atividades de extensão. Há um enfrentamento direto com a carga das disciplinas, com os professores, com o tempo, com a verba, com a motivação... (...) Com tantas outras obrigações que são verdadeiramente importantes, que devem tomar a maior parte do seu tempo e dedicação para ser um bom profissional, que não dependem de tanto esforço institucional para serem realizadas, quem quer fazer extensão?” Por sua vez, os docentes que responderam **positivamente** destacaram: a existência de parcela do corpo docente que não compreende a importância da extensão e dificulta a participação discente; a grade curricular que privilegia excessivamente o ensino; a falta de espaço e de apoio institucional; a pouca orientação sobre quais alternativas de extensão são cabíveis no curso de Direito e o excesso de burocracia.

Os discentes e docentes que responderam **negativamente** a essa pergunta não fizeram nenhum comentário adicional.

A categoria **outros** envolve respostas de ambos os segmentos (discente e docente) inviáveis de serem inseridas nas demais categorias acima (por exemplo: não sei, nada a declarar), representando um número pequeno diante do total e englobando, também, respostas em que não foi possível detectar o óbice que tinham a intenção de trazer.

Apesar de 100% dos docentes e 81,68% dos discentes respondentes declararem reconhecer importância às atividades de extensão para a formação acadêmica, apenas 9,16% dos discentes e 57,89% dos docentes declararam perceber **articulação entre as atividades de extensão realizadas e as práticas de ensino no curso da FDRP**. Sobre a avaliação de tal articulação, 51,22% dos discentes e 57,9% dos docentes atribuíram conceitos entre 2 e 3 na escala de 1 a 5. Quanto ao **impacto da extensão na formação técnica**, a maioria dos dois segmentos (73,68% dos docentes e 73,28% dos discentes) também reconhece que as atividades de extensão auxiliam na capacitação profissional.

6.5 CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS E DE INFRAESTRUTURA

Os instrumentos de avaliação dos segmentos docente, discente e servidores técnico-administrativos contemplaram um conjunto de questões que buscavam avaliar as condições administrativas e de infraestrutura disponíveis para a realização do PPP do curso de Direito da FDRP/USP.

A primeira questão, nesse sentido, tentou mensurar o grau de satisfação de cada segmento com relação às condições das instalações físicas da FDRP. As respostas de cada segmento estão apresentadas nas tabelas 15, 16 e 17.

Tabela 15: Conceito atribuído pelo segmento discente às condições das instalações da FDRP

	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Salas de trabalho.	4	7,1	13	30	42	3,2	0	0
Laboratórios para exercício de suas atividades.	7,1	12	19	21	31	8	1,6	0,8
Equipamentos para o exercício de suas atividades.	3,2	12	19	33	29	2,4	0,8	0,8
Recursos computacionais disponibilizados.	1,6	2,4	23	33	38	0,8	0	0,8
Iluminação, limpeza, segurança e circulação de ar.	0,8	2,4	15	31	50	0	0	0,8
Sistemas de acesso e conexão a internet.	11	25	40	13	10	0	0	0,8
Página eletrônica da FDRP.	1,6	13	36	27	21	0,8	0	0,8
Acesso a informações administrativas em geral.	21	31	29	10	5,6	3,2	0	0,8

Dentre o segmento discente, os aspectos que receberam os menores conceitos foram: **sistema de acesso e conexão à internet** (35% entre 1 e 2) e acesso à informações administrativas em geral (52% entre 1 e 2). Pode-se dizer que os demais aspectos foram bem avaliados, com destaque para **Iluminação, limpeza, segurança e circulação de ar**: 81% atribuíram conceitos entre 4 e 5).

Tabela 16: Conceito atribuído pelo segmento docente às condições das instalações da FDRP								
	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Salas de trabalho.	16	21	21	21	21	0	0	0
Laboratórios para exercício de suas atividades.	16	37	21	5,3	5,3	5,3	11	0
Equipamentos para o exercício de suas atividades.	5,3	16	21	21	37	0	0	0
Recursos computacionais disponibilizados.	5,3	0	26	26	42	0	0	0
Iluminação, limpeza, segurança e circulação de ar.	0	5,3	0	32	63	0	0	0
Sistemas de acesso e conexão a internet.	0	16	11	37	37	0	0	0
Página eletrônica da FDRP.	21	5,3	32	26	16	0	0	0
Acesso a informações administrativas em geral.	32	11	32	26	0	0	0	0

No segmento docente, repete-se o conceito menor ao aspecto acesso à informações administrativas em geral (43% entre 1 e 2) em relação aos discentes, além de aparecer outro aspecto com alto percentual de conceito inferior a 3 (53% entre 1 e 2): laboratórios para o exercício de suas atividades.

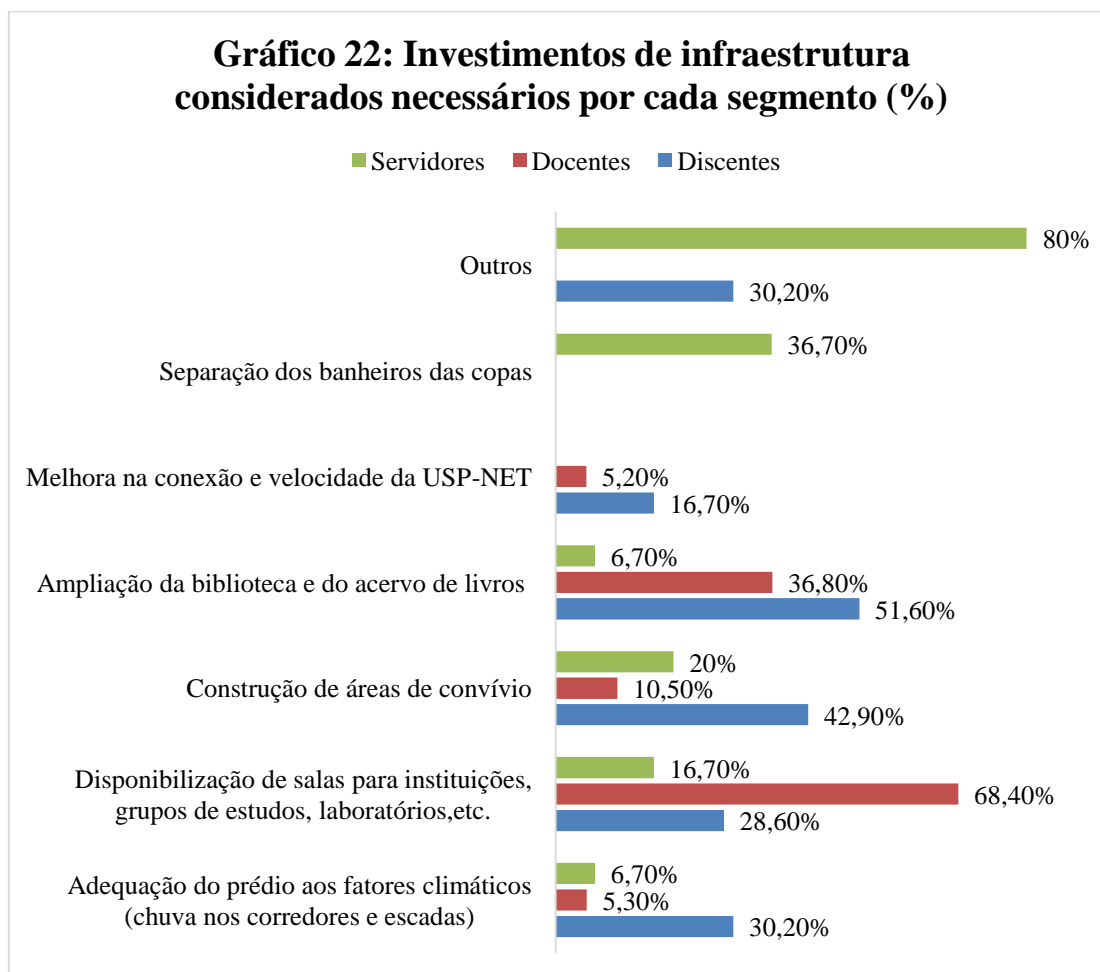
Tabela 17: Conceito atribuído pelo segmento servidores técnico-administrativos às condições das instalações da FDRP

	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Salas de trabalho.	0	10	20	20	50	0	0	0
Laboratórios para exercício de suas atividades.	3	3	20	10	20	20	23	0
Equipamentos para o exercício de suas atividades.	0	7	17	13	63	0	0	0
Recursos computacionais disponibilizados.	0	13	13	20	53	0	0	0
Iluminação, limpeza, segurança e circulação de ar.	3	3	20	33	40	0	0	0
Sistemas de acesso e conexão a internet.	0	3	13	20	63	0	0	0
Página eletrônica da FDRP.	3	13	17	37	30	0	0	0
Acesso a informações administrativas em geral.	3	23	30	17	27	0	0	0

Dentre o segmento dos STAs, os percentuais de conceitos altos (4 e 5) ao conjunto dos aspectos analisados foi bem expressivo. Apenas o aspecto **acesso a informações administrativas em geral** recebeu conceito 3 em percentual expressivo (30%).

Os instrumentos de avaliação aplicados buscaram apreender a percepção dos três segmentos sobre os investimentos em infraestrutura a serem realizados na FDRP/USP

considerados necessários e urgentes. As respostas foram categorizadas de acordo com o apresentado nos gráficos 22 e 23 abaixo.



A categoria **adequação do prédio aos fatores climáticos** expressa preocupação reiterada dos respondentes. De 126 discentes que responderam a esta questão, 30 posicionaram-se no sentido da necessidade de investir em escoamento de água nos corredores, colocação de vidros em todas as escadas da faculdade e instalação de coberturas nos espaços ainda ao ar livre a fim de se evitar o frequente alagamento dos corredores. Além dos discentes, também há comentários sobre este aspecto da parte dos servidores e docentes.

Em relação à necessidade em **disponibilizar salas para instituições, grupos de estudos, laboratórios etc.**, é revelada a congruência entre a visão dos três segmentos, os quais, em massa, exploram a necessidade de que mais salas sejam disponibilizadas para estudos (individuais e em grupos), trabalho de instituições, como a Empresa Júnior Jurisconsultos, Centro Acadêmico e Associação Atlética, laboratórios e pesquisas.

De maneira geral aparece a necessidade da **construção de áreas de convívio**, tanto para discentes, quanto para docentes e servidores técnico-administrativos. As respostas agrupadas nesta categoria são justificadas pelas longas jornadas de permanência dos segmentos nas dependências da Unidade, sendo incluso neste ponto a necessidade de áreas que permitam a manifestação e encontro dos alunos, professores e funcionários; e o pátio central como um possível local para estas construções.

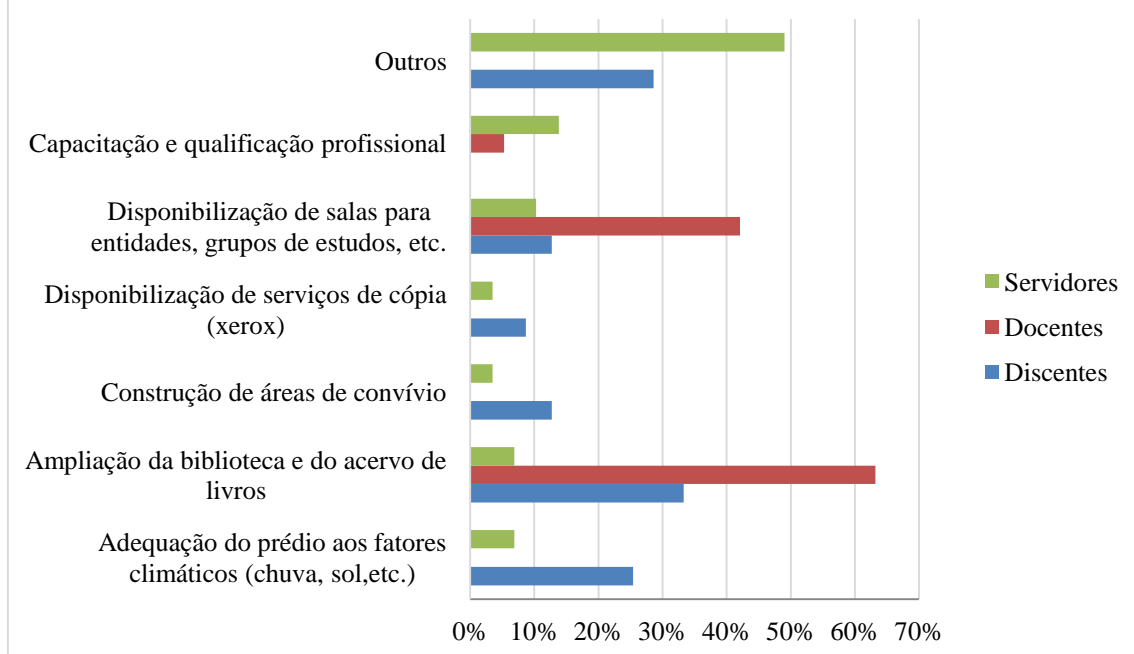
A **ampliação e reforma da biblioteca**, conjuntamente com o **aumento do acervo de livros** disponíveis, também são elementos considerados importantes na ordem de prioridade dos investimentos em infraestrutura por todos os segmentos. Nesta categoria, as respostas apontam o limite de espaço físico da biblioteca em relação a grande quantidade de pessoas que a frequentam e ao número de livros. Além do aumento do acervo de livros, também é mencionada a necessidade de isolamento acústico do balcão de atendimento e das salas de estudo, bem como a construção de mais salas fechadas para estudos.

A categoria **melhoria na conectividade e velocidade da USP-net** também é apontada como necessária por cerca de 21 discentes e 1 docente. A não ocorrência de respostas sobre essa categoria entre os STAs pode estar associada ao fato de, provavelmente, utilizarem conectividade com fio de forma predominante.

Aproximadamente 40% (quarenta por cento) dos respondentes do segmento servidores técnico-administrativos colocaram como um investimento necessário a **separação dos banheiros que estão situados dentro das copas**; sendo apontada também a necessidade de serem disponibilizados mais banheiros para os funcionários, em especial na biblioteca da Unidade, e da construção de copas maiores.

Por fim, na categoria **outros** foram contabilizadas respostas de STAs e discentes que, por si só, não eram representativas numericamente. Neste sentido, apareceram respostas pontuais como: aumentar o número de tomadas nas salas de aula, ampliar o corpo docente, dar mais espaço à lanchonete, aumentar o estacionamento e disponibilizar vestiários com chuveiros. Da mesma maneira, dentre os STAs apareceram respostas como: atualizar o website da faculdade, disponibilizar um elevador de carga, melhorar a iluminação interna e externa, investir em segurança, trocar as mesas e cadeiras de trabalho, construir um espaço para armazenamento de ferramentas de jardinagem, etc.

Gráfico 23: Investimentos em infraestrutura considerados urgentes por segmento (%)



De maneira geral a questão sobre os investimentos urgentes foi respondida por todos os segmentos de maneira similar ou completamente igual à questão anterior, sobre os investimentos necessários.

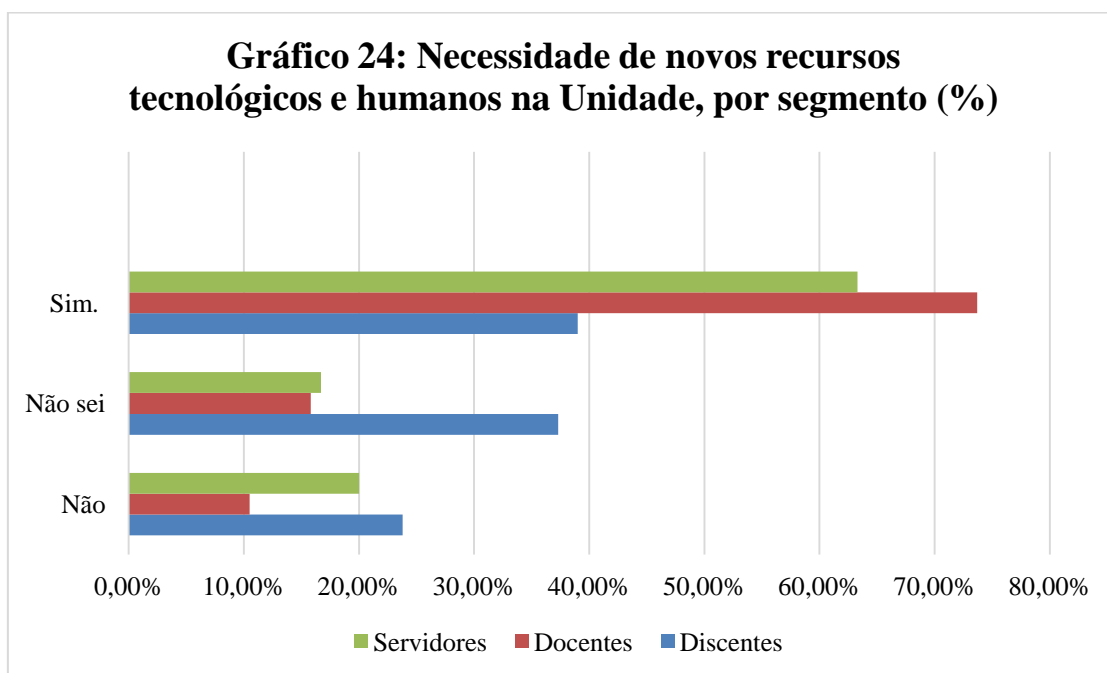
A urgência em investir em **capacitação e qualificação profissional** foi apontada por servidores e docentes, os quais revelaram a urgência de treinamentos e de um setor de gestão de pessoas para uma maior capacitação.

Aparece também, dentre as respostas dos discentes, a disponibilização de um **serviço de cópia** na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, além de um aumento nas impressoras e computadores disponíveis na sala Pró-aluno.

Na categoria **outros** foram contabilizadas respostas de servidores e discentes que, por si só, não são expressivas em número. Desta maneira, apareceram nas respostas dos discentes, por exemplo, ampliar o corpo docente, substituir as lousas de giz por lousas brancas, ampliar a Unidade com a construção de um novo bloco, construir um local apropriado e com sombra para os vigias dos estacionamentos e disponibilizar carteiras mais confortáveis nas salas de aulas. Dentre as respostas dos STAs, destacam-se algumas respostas como: mais autonomia para a divulgação de informações sem a necessidade de se esperar o setor de informática, separar os estacionamentos de alunos e

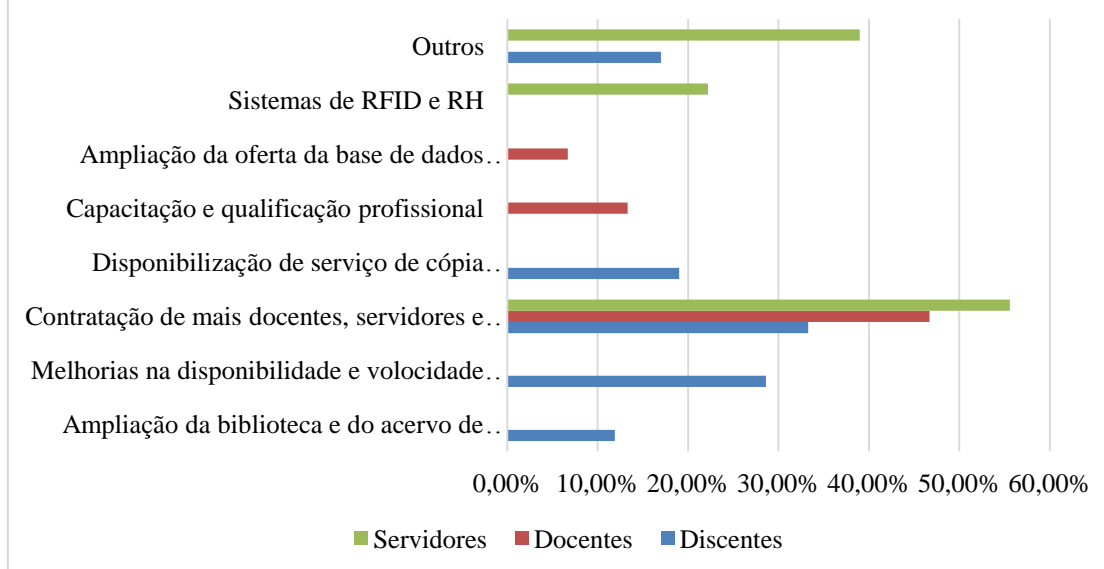
servidores, disponibilizar um servidor próprio para cuidar da abertura e fechamento das salas de aula, aumentar a área da lanchonete, cobrir a garagem de motocicletas e bicicletas, instalar portas de emergências no auditório mais seguras, etc.

A maioria dos segmentos docentes e STAs consideram que faltam recursos tecnológicos e humanos na Unidade para que se possam realizar os objetivos do PPP do curso.



Com relação aos tipos de recursos necessários na Unidade, foi elaborado o gráfico abaixo (25) agrupando as respostas dos três segmentos em diversas categorias.

Gráfico 25: Principais recursos tecnológicos e humanos necessários na Unidade, por segmento (%)



O percentual calculado para cada categoria apontada neste Gráfico foi obtido sobre o número de respondentes que fizeram comentários (60% dos STAs, 79% dos docentes e 33,3% dos discentes) e não sobre o número total de respondentes na questão, o que incluiria os que disseram não haver necessidade ou não saber a respeito.

As categorias **ampliação da biblioteca e do acervo de livros, melhoria na disponibilidade e velocidade da USP-Net e Disponibilização de serviço de cópia (xérox) e aumento do número de impressoras** foram apenas apontados por discentes. A **qualificação e capacitação profissional** bem como a **ampliação da oferta da base de dados eletrônica** foram registradas como necessárias apenas por docentes. Ainda, aproximadamente 22% dos servidores que comentaram a questão, apontaram a necessidade da **implementação de Sistemas de RFID e RH** para a gestão humana na Unidade.

O item mais recorrente como necessário por todos os segmentos foi **a contratação de mais docentes e servidores** pela Unidade: cerca de 33% dos discentes, 47% dos docentes e 56% dos servidores que realizaram comentários a esta questão apontaram a necessidade de ampliação do corpo docente e do quadro de funcionários.

Por fim, a categoria **outros** envolve respostas de ambos os segmentos (discente e docente) inviáveis de serem inseridas nas demais categorias acima (por exemplo: não sei, nada a declarar). Algumas respostas encontradas no segmento discente são: a necessidade de se aumentar a sala Pró-aluno tendo em vista a alta demanda de

utilização; o maior oferecimento de optativas do Departamento de Direito Público; a construção de mais salas de estudos individuais e de grupos; a alteração do horário de funcionamento do serviço de graduação para que englobe o período de intervalo dos discentes (das 10h às 10h15 da manhã e das 16h às 16h15 da tarde). No segmento servidores técnico administrativos, apareceram comentários como: necessidade de facilitar o acesso aos computadores para funcionários, contratação de um servidor para a copa, implementação de novas tecnologias, melhoria da distribuição física dos servidores em suas salas de trabalho e implementação de programas que estimulem a troca de informações com outras unidades.

O processo avaliativo aqui apresentado buscou entender como os diversos segmentos, categorias e entidades que compõem a Unidade e estão, direta ou indiretamente ligados à realização do PPP do curso, avaliam o relacionamento entre eles. Nesse sentido, foram construídas as tabelas abaixo (18,19 e 20).

Tabela 18: Conceitos atribuídos pelos discentes para o relacionamento entre os discentes e os segmentos/categorias/entidades

	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
CA.	15	25	28	18	12	2,4	0	0
Atlética.	4,8	19	34	27	10	4,8	0	0
Entidades Estudantis (outros).	9,5	17	40	18	4,8	11	0	0
Corpo dirigente.	21	29	32	9,5	4	5,6	0	0
Discentes da FDRP e de outras unidades.	24	33	28	9,5	0,8	4,8	0	0
Discentes da mesma unidade.	5,6	21	38	26	6,4	2,4	0	0
Discentes de períodos/departamentos/setor diferentes.	7,1	22	31	27	7,9	4,8	0	0
Discentes de um mesmo período/departamento/setor.	4	7,1	28	33	22	4,8	0,8	0
Técnicos-Administrativos.	13	25	36	16	7,9	3,2	0	0
Docentes.	2,4	17	44	28	5,6	2,4	0,8	0

O segmento discente apresenta conceitos entre 1 e 2 em percentuais expressivos para o relacionamento entre discentes e Centro Acadêmico (40%), Corpo Dirigente (50%), Discentes de outras Unidades (57%) e STAs (38%). Os segmentos/categorias/entidades que obtiveram os maiores percentuais de conceitos entre 4 e 5 foram: Atlética (37%) e discentes de um mesmo período/departamento/setor (55%).

Tabela 19: Conceitos atribuídos pelos docentes para o relacionamento entre os docentes e os segmentos/categorias/entidades

Docentes	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
CA.	0	26	21	32	16	0	0	5,3
Atlética.	5,3	21	32	16	16	5,3	0	5,3
Entidades Estudantis (outros).	5,3	11	21	21	16	11	11	5,3
Corpo dirigente.	16	16	32	21	11	0	0	5,3
FDRP e de outras unidades.	16	16	42	11	5,3	5,3	0	5,3
Docentes da mesma unidade.	11	21	42	16	5,3	0	0	5,3
Docentes de períodos/departamentos/setor diferentes.	5,3	32	37	16	5,3	0	0	5,3
Docentes de um mesmo período/departamento/setor.	11	21	37	21	5,3	0	0	5,3
Técnicos-Administrativos.	0	32	37	21	5,3	0	0	5,3
Alunos.	0	5,3	37	37	16	0	0	5,3

Já entre o segmento docente, apareceram percentuais elevados de conceitos entre 1 e 2 atribuídos para o relacionamento docentes de períodos/departamentos/setores diferentes (37,3%) e percentuais elevados de conceitos 4 e 5 para o relacionamento com o Centro Acadêmico (48%) e com os discentes (53%).

Tabela 20: Conceitos atribuídos pelos STAs para o relacionamento entre os STAs e os segmentos/categorias/entidades

	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
CA.	9	15	21	26	6	12	9	3
Atlética.	15	9	26	12	6	18	12	3
Entidades Estudantis (outros).	15	6	18	15	6	24	15	3
Corpo dirigente.	3	18	21	29	15	9	0	6
STAs da FDRP e de outras unidades.	6	18	26	18	12	15	0	6
STAs de períodos/departamentos/setor diferentes.	0	6	9	44	32	3	0	6
STAs de um mesmo período/departamento/setor.	0	0	6	26	56	3	3	6
Docentes.	6	21	32	26	9	0	0	6
Alunos.	3	9	21	38	21	3	3	3

Quanto ao segmento STAs, os percentuais elevados de conceitos entre 4 e 5 aparecem em quase todos os segmentos/categorias/entidades considerados na questão. O destaque diz respeito ao relacionamento dos STAs entre os membros de sua própria categoria, seja ele do mesmo setor ou não (78% e 76%, respectivamente).

Os três segmentos também puderam avaliar os trabalhos desenvolvidos por cada colegiado/serviço/seção da Unidade.

Tabela 21: Conceito atribuído pelos discentes aos trabalhos desenvolvidos por cada colegiado/serviço/seção da Unidade

	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Diretoria	2,4	16	37	22	5,6	15	2,4	0
Secretaria da Diretoria	1,6	13	30	15	6,4	31	2,4	0
Comissão de Graduação	11	23	36	14	2,4	12	1,6	0
Secretaria da Comissão de Graduação	12	21	26	13	2,4	23	2,4	0
Comissão de Pesquisa	4,8	14	33	11	4	31	2,4	0
Secretaria da Comissão de Pesquisa	3,2	13	24	13	2,4	42	3,2	0
Comissão de Cultura e Extensão	7,1	16	25	18	3,2	28	2,4	0
Secretaria da Comissão de Cultura e Extensão	7,1	13	20	17	2,4	37	4	0
Chefia do Departamento DDP	4	18	31	12	3,2	29	2,4	0
Chefia do Departamento DFB	2,4	15	33	13	4	29	3,2	0
Chefia do Departamento DPP	4,8	17	30	11	4	29	3,2	0
Secretaria dos Departamentos	5,6	15	33	20	6,4	19	1,6	0
Assistência Acadêmica	5,6	13	28	15	9,5	26	2,4	0
Seção de Apoio Acadêmico	4,8	13	29	16	9,5	25	2,4	0
Serviço de Graduação	16	25	30	17	6,4	4,8	0,8	0
Assistência Administrativa	4	13	25	9,5	7,1	38	3,2	0
Seção de Apoio Administrativo	3,2	8,7	25	10	6,4	43	3,2	0
Seção de Manutenção e Conservação	1,6	4	28	16	16	31	4	0
Seção de Expediente	2,4	5,6	20	7,9	7,1	52	5,6	0
Seção Pessoal	3,2	4	17	9,5	7,1	54	5,6	0
Seção Técnica de Informática	1,6	5,6	22	25	17	25	4	0
Assistência Financeira	4,8	7,9	17	12	7,9	46	4,8	0
Seção de Contabilidade	4,8	4,8	15	6,4	7,9	55	6,4	0
Seção de Material	2,4	7,1	16	7,1	7,1	55	5,6	0
Seção de Tesouraria	3,2	5,6	15	7,9	7,1	55	6,4	0
Eventos produzidos pela FDRP	2,4	13	32	29	14	7	1,6	0

Os percentuais de conceitos **Não Sei** atribuídos pelos discentes aos trabalhos desenvolvidos pelos diversos colegiados/serviços/seções são, de modo geral, bem expressivos. Apenas alguns serviços/seções que, normalmente, desempenham trabalho mais diretamente vinculado ao interesse de tal segmento é que obtiveram conceitos numéricos, em todos os casos, com percentuais elevados de respostas entre 3 e 4 (Seção técnica de informática, Eventos e Diretoria).

Tabela 22: Conceito atribuído pelos docentes aos trabalhos desenvolvidos por cada colegiado/serviço/seção da Unidade

	1	2	3	4	5	NS	ND	SR
Diretoria	16	16	26	21	16	0	0	5,3
Secretaria da Diretoria	21	0	32	26	16	0	0	5,3
Comissão de Graduação	5,3	11	37	16	21	0	5,3	5,3
Secretaria da Comissão de Graduação	16	0	26	26	21	5,3	0	5,3

Comissão de Pesquisa	0	5,3	42	16	26	5,3	0	5,3
Secretaria da Comissão de Pesquisa	11	5,3	37	21	16	5,3	0	5,3
Comissão de Cultura e Extensão	0	11	26	32	21	5,3	0	5,3
Secretaria da Comissão de Cultura e Extensão	11	11	32	21	16	5,3	0	5,3
Chefia do Departamento DDP	5,3	5,3	16	21	21	16	11	5,3
Chefia do Departamento DFB	16	11	16	16	11	16	11	5,3
Chefia do Departamento DPP	5,3	5,3	16	16	26	11	16	5,3
Secretaria dos Departamentos	11	5,3	21	26	32	0	0	5,3
Assistência Acadêmica	42	5,3	16	21	11	0	0	5,3
Seção de Apoio Acadêmico	16	16	21	32	11	0	0	5,3
Serviço de Graduação	11	5,3	26	37	16	0	0	5,3
Assistência Administrativa	11	0	32	32	21	0	0	5,3
Seção de Apoio Administrativo	11	0	37	32	16	0	0	5,3
Seção de Manutenção e Conservação	0	0	5,3	37	42	5,3	5,3	5,3
Seção de Expediente	0	5,3	16	16	37	11	11	5,3
Seção Pessoal	5,3	5,3	16	21	42	0	5,3	5,3
Seção Técnica de Informática	0	0	16	26	53	0	0	5,3
Assistência Financeira	26	5,3	32	5,3	26	0	0	5,3
Seção de Contabilidade	16	5,3	26	5,3	26	5,3	11	5,3
Seção de Material	0	5,3	16	21	37	11	5,3	5,3
Seção de Tesouraria	11	5,3	16	21	26	11	5,3	5,3
Eventos produzidos pela FDRP	0	5,3	37	21	26	5,3	0	5,3

No segmento docente, apenas um setor obteve percentual expressivo de conceito entre 1 e 2: a Assistência Financeira (31,3%). Nos demais serviços/colegiados/seções, aparece quase uma homogeneidade de percentuais expressivos de conceitos entre 4 e 5 atribuídos. A Seção Técnica de Informática apresenta, também neste segmento, a maior parte dos conceitos entre 4 e 5 (79%).

Tabela 23: Conceito atribuído pelos STAs aos trabalhos desenvolvidos por cada colegiado/serviço/seção da Unidade								
	1	2	3	4	5	NS	ND	S R
Diretoria	3	3	18	44	18	6	6	3
Secretaria da Diretoria	0	0	24	35	35	3	0	3
Comissão de Graduação	0	6	12	44	6	26	3	3
Secretaria da Comissão de Graduação	0	9	9	32	9	32	6	3
Comissão de Pesquisa	0	0	15	29	9	32	12	3
Secretaria da Comissão de Pesquisa	0	0	15	29	9	32	12	3
Comissão de Cultura e Extensão	0	3	18	24	6	35	12	3
Secretaria da Comissão de Cultura e Extensão	0	3	21	24	6	32	12	3
Chefia do Departamento DDP	0	3	24	21	6	38	6	3
Chefia do Departamento DFB	0	3	18	24	9	38	6	3
Chefia do Departamento DPP	0	3	24	21	6	38	6	3
Secretaria dos Departamentos	3	6	18	26	21	21	3	3

Assistência Acadêmica	3	9	24	32	15	12	3	3
Seção de Apoio Acadêmico	3	6	26	35	15	9	3	3
Serviço de Graduação	0	9	18	41	18	12	0	3
Assistência Administrativa	0	6	12	50	24	6	0	3
Seção de Apoio Administrativo	6	9	18	41	18	6	0	3
Seção de Manutenção e Conservação	0	3	12	41	38	3	0	3
Seção de Expediente	6	0	9	44	38	0	0	3
Seção Pessoal	3	6	12	44	29	0	3	3
Seção Técnica de Informática	3	0	0	38	53	3	0	3
Assistência Financeira	3	3	18	38	24	12	0	3
Seção de Contabilidade	3	6	18	38	15	15	3	3
Seção de Material	3	3	12	56	15	6	3	3
Seção de Tesouraria	3	3	15	44	18	12	3	3
Eventos produzidos pela FDRP	6	6	18	41	18	9	0	3

No caso dos STAs, há também uma predominância de respostas atribuindo conceitos entre 3 e 4 a quase todos os colegiados/seções/serviços da Unidade. Também neste segmento, a Seção de Informática obteve os melhores resultados.

6.6 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Como já mencionado, esse relatório apresenta a primeira experiência de autoavaliação da FDRP englobando os mais diversos aspectos do processo de implantação do Projeto Político Pedagógico do curso de Direito e as percepções de todos os segmentos sobre tais aspectos.

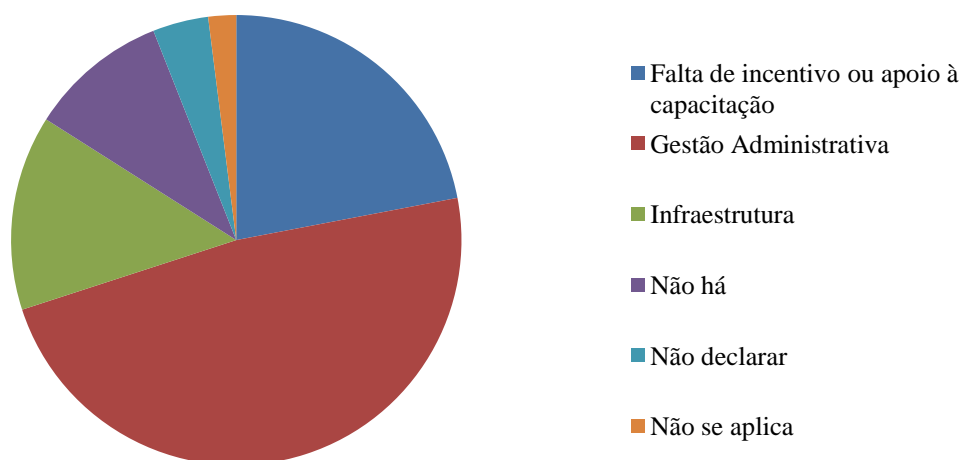
Em razão disso, foram contempladas, no questionário respondido pelo segmento servidores técnico-administrativos, perguntas relativas às condições gerais para desempenho das atividades administrativas na Unidade.

	1	2	3	4	5	SR
Coerência entre o trabalho e as atribuições do seu cargo	0	3	8	10	13	0
Condições para a qualidade do seu trabalho	0	2	5	12	14	1
Adequação de sua formação profissional e o exercício do seu trabalho	1	3	7	13	9	1
Quantidade de servidores técnico-administrativos da Unidade	1	9	9	6	8	1
Distribuição dos servidores técnico-administrativos na Unidade	3	11	10	4	5	1
Oportunidades para discutir o desenvolvimento	7	11	3	8	4	1

do seu trabalho						
Espaço do seu ambiente de trabalho	2	1	10	10	10	1
Incentivo ao aprimoramento de seu trabalho	6	11	4	6	6	1
Recursos disponibilizados para o desempenho de seu trabalho	0	1	7	15	10	1

A maioria dos respondentes classificou nos níveis 4 e 5 a questão sobre a coerência entre o trabalho e as atribuições de seu cargo. Quanto às condições de trabalho, assim como no item anterior, houve um grande consenso entre os servidores, classificando também, em geral, entre os níveis 4 e 5. No que se refere à adequação de sua formação profissional ao exercício do seu trabalho, quase o dobro de funcionários assinalaram os níveis 4 e 5. Quanto à quantidade de servidores técnico-administrativos da FDRP, nota-se que há um equilíbrio entre as respostas, com uma tendência à opinião de que a Unidade necessita de mais contratações. O item relativo à distribuição dos servidores técnico-administrativos na FDRP mostra que o segmento identifica uma má distribuição do número de funcionários lotados na FDRP. A maioria dos respondentes mostra-se descontente com a quantidade de oportunidades para discussão sobre o desenvolvimento do trabalho realizado pelo segmento. Sendo os espaços da FDRP recentemente construídos, a maioria mostrou-se satisfeito com o espaço físico. Quanto ao incentivo para o aprimoramento do trabalho, os respondentes dividem-se neste quesito. Praticamente a metade recebeu ou presenciou incentivo, enquanto outra metade não acredita que a Unidade ofereça incentivos para o aprimoramento, algo que pode estar vinculado ao setor de atuação do servidor. Quanto aos recursos para desempenho de suas atividades, a maioria declarou-se satisfeita com os equipamentos e materiais existentes e disponíveis.

Gráfico 26: Principais problemas identificados pelos STAs quanto às condições existentes para o exercício do trabalho



As respostas relativas aos principais problemas quanto às condições existentes para o exercício do trabalho dos STAs foram agrupadas nas seguintes categorias: **Gestão Administrativa, Infraestrutura, Falta de incentivo e/ou capacitação, Não há, Não declarar e Não se aplica.** Houve uma predominância de respostas ligadas a aspectos da **gestão administrativa**. Algumas ilustrativas dessa categoria são: a) “excesso de etapas impostas para a conclusão de uma tarefa”, b) “falta de conhecimento técnico”; c) “Autoritarismo: não existe possibilidade de discussão para melhorar os procedimentos”; d) “muita pressão por parte da chefia”; e) “quantidade de atividades delegadas”; f) “falta de procedimentos padrão a serem seguidos”, g) “as sugestões para o aprimoramento do trabalho não são consideradas”, “desatenção dos superiores às necessidades e falta de mais funcionários”, i) “excesso de atividades centralizadas no órgão central RUSP, j) “falta de critério na alocação de funcionário/função/formação universitária. Tem gente com pouca escolaridade em cargos muito mais importantes do que gente com boa escolaridade”, l) “urgências não-urgentes”, m) “não há gestão adequada, no que tange a distribuição de trabalho e sua execução”. Na categoria **Infraestrutura**, as respostas referem-se a: falta de elevadores de carga no auditório e nos blocos da FDRP, pisos irregulares, ausência locais adequados para guarda e armazenamento de alguns equipamentos e ferramentas e falta de alguns equipamentos de informática. A categoria **Falta de Incentivo e/ou capacitação** pode ser ilustrada com as seguintes respostas: a) “falta de capacitação”, b) “falta de reconhecimento”, c)

“ausência de feedback”, d) “falta de empatia”, e) “a formação e o aprimoramento não são valorizados”, f) “não há motivação por parte dos superiores”.

Quanto à capacitação, os respondentes indicaram que muitos dão-se por meio de treinamentos, em grande maioria fomentados pela Universidade, e direcionados a poucos setores, visto que houve grande manifestação de respondentes que declararam não ter oportunidade de capacitação.

Quanto à oferta, por parte da FDRP, de oportunidades para capacitação profissional, 44,12% declararam haver e 52,94% responderam que não há. Cabe destacar que, ainda que haja o reconhecimento da oferta em um percentual significativo de respostas, nos comentários à questão os respondentes declararam que as oportunidades não são gerais: apenas algumas seções são liberadas e/ou estimuladas. Também, alguns respondentes sinalizaram a existência de fatores que desmotivam a participação nas poucas oportunidades existentes.

Na questão sobre a existência de impedimentos para a participação dos STAs em iniciativas de qualificação acadêmica e/ou profissional, 38,24% dos participantes apontaram obstáculos, entre os quais: a) não autorização por parte da chefia direta; b) não autorização por parte da Diretoria da Unidade; c) falta de subsídio financeiro, inclusive para atividades que abordam qualificação importante para o desempenho das atividades; d) impossibilidade de flexibilização do horário de trabalho que oportunize a participação da atividade de formação.

Os STAs participantes da avaliação ofereceram uma diversidade significativa de sugestões de cursos/ações de capacitação profissional importantes para o aperfeiçoamento do trabalho dos STAs. Entre as sugestões, estão: a) curso de nível avançado para uso de ferramentas do Office; b) de organização de eventos; c) língua portuguesa e redação; d) gestão de processos e procedimentos administrativos; e) sistemas da usp; f) línguas estrangeiras, g) oratória, h) gestão administrativa e de Recursos Humanos; i) NR33; j) comandos elétricos e mecânica de refrigeração; l) noções básicas de direito, m) capacitação a respeito de atividades sustentáveis.

7 COORDENADORES

7.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Há predominância de homens em funções de coordenação (10, ou 76.92%, contra 2, ou 15.38%). Também estão, em maioria, na faixa entre 30 e 39 anos (8 ou 61.54%); 2 declararam ter entre 50 e 59 anos (15.38%); 2, mais de 60 (15.38%) e 1 deixou sem resposta. Nenhum respondente declarou ser portador de necessidades especiais.

Quanto à dedicação, em horas, às atividades docentes, 10 respondentes (76.92%) declararam lecionar até 10 horas por semana⁴; 1 (7.69%), de 11 a 15 horas por semana; 1 (7.69%), mais de 25 horas por semana e 1 (7.69%) não declarou.

Sobre a dedicação, em horas, às atividades de extensão, 6 respondentes (46.15%) declaram dedicar até 10 horas por semana; 6 (46.15%) declaram “não se aplica”⁵ e 1 (7.69%) não respondeu.

No que se refere às horas dedicadas à orientação de aluno, os dados do relatório não permitem análise desta questão, pois apenas indicam o número de respondentes que declarou se dedicar a cada atividade. Dois respondentes declararam orientar Estágio interno complementar; 3 Monitoria; 11 Orientação acadêmica; 5 Outros. Da mesma forma, os dados relativos às horas dedicadas às atividades administrativas não permitiram realizar qualquer análise dessa questão crucial para entender o peso que as atividades administrativas impõem ao docente.

7.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Na questão sobre a Função central da FDRP de acordo com o PPP, há 9 (81.82%) respondentes. Dentre as respostas, bastante heterogêneas entre si, nota-se uma ênfase na formação profissional interdisciplinar e crítica, aliada a uma preparação para

⁴ Como a questão colocou como nível mínimo uma quantidade de aulas superior ao mínimo exigido do docente (8 horas semanais), não é possível aferir com precisão se a dedicação à coordenação prejudica à dedicação ao ensino. Como sugestão, para o próximo formulário deverão ser utilizados extratos menores do que 10 horas por semana.

⁵ Em relação à pergunta, aplica-se a mesma observação feita à pergunta anterior. Além disso, faltou uma opção “não se dedica à extensão”, pois aparentemente os docentes optaram pela alternativa “não se aplica” para indicar que não se dedicam à extensão.

pesquisa. A extrema variação das respostas pode-se dever ao fato de que no PPP atual não existe uma definição expressa da função da FDRP.

Na questão **Programa que melhor caracteriza a FDRP**, há 7 (63.63%) respondentes. A pergunta não foi entendida por 2 (25%) dos respondentes. Dos demais, 2 citaram a graduação; 1 citou o Projeto Pedagógico diferenciado; 1 indicou a natureza integral do curso e a predominância do regime de trabalho de dedicação exclusiva dos docentes; 1 mencionou a sintonia do programa com o contexto sócio-político-econômico e cultural do país, centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Como ações acadêmicas que melhor caracterizam a FDRP, 2 respondentes ressaltaram a dedicação e exclusiva da maioria dos docentes e 1 deles destacou também o período integral de ensino. Outras ações indicadas pelos respondentes foram: iniciação científica (2 docentes); extensão universitária, ensino, intercâmbios, estágio curricular obrigatório e outras ações voltadas para o fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão.

O que pode notar dessas duas questões é uma extrema heterogeneidade na visão dos professores sobre o que dá a identidade da FDRP.

Em relação às ações acadêmicas que melhor indicam a responsabilidade social da FDRP, por outro lado, nota-se uma concentração de respostas nas atividades de extensão, sendo mencionado NAJURP e o CEDD em 2 respostas; e, com uma menção cada, o PET, Rondon, e a Terceira Idade. 1 respondente ressaltou que em geral há poucas atividades de responsabilidade social na unidade e que isso precisa ser melhorado.

Sobre a **Missão da FDRP**, a maioria dos respondentes (5) destaca o ensino de qualidade como a missão da FDRP; a excelência em pesquisa foi também mencionada por 2 respondentes, e o exercício do seu papel social perante a comunidade local foi ressaltado por um respondente. É significativo que um respondente entenda como missão da FDRP “oferecer o melhor ensino em direito no interior do Estado de São Paulo”, ao passo que outro entende que a missão é “transformar-se em um centro internacional de referência”. Por outro lado, ressaltam que essa missão não está definida no PPP.

Como **ações acadêmicas que melhor concretizam essa missão**, de forma geral, os respondentes identificaram a interação entre ensino-pesquisa-extensão. 1 respondente mencionou a oferta de disciplinas optativas e eletiva. 2 respondentes ressaltam que não clareza no PPP sobre tais ações.

As respostas sobre quais são os **Objetivos da FDRP** apresentam grande similaridade com as referentes à missão da Unidade, a indicar que a diferença entre missão e objetivos não está clara para os respondentes.

Quanto às **dificuldades encontradas em relação aos objetivos institucionais ligados à atividade de coordenação**, o pouco engajamento dos docentes foi mencionado por 3 dos 7 respondentes. A falta de servidores não docentes foi mencionada por 4 respondentes. Outras dificuldades mencionadas foram: a antiga diretoria; a falta de incentivo da universidade para uma maior dedicação ao curso; excesso de burocracia; corporativismo e a falta de estrutura para pesquisa, com uma menção cada uma.

Acerca da indicação de **resultados positivos da FDRP**, a expressiva maioria concentra-se nos resultados da OAB (6 dos 7 respondentes). A pesquisa de discentes é mencionada por 4 respondentes, seja em relação à sua qualidade, seja em relação ao número de bolsas obtidas. Há uma menção ao CEDD e ao Programa Universidade Aberta à Terceira Idade.

Na questão sobre a **Percepção da FDRP da Comunidade Universitária**, todos os respondentes indicaram que a FDRP é percebida de modo positivo. 1, contudo, ressalta, uma certa antipatia em relação à FDRP no campus de Ribeirão Preto “por causa da arrogância de certos docentes e também de seus alunos de graduação”.

Todos os 7 respondentes declaram que os professores, estudantes e servidores técnicos e administrativos **participam da concretização dos objetivos da FDRP**. Contudo, no campo em que a maneira como se dá essa participação deveria ser explicitada, 4 dos 5 respondentes que preencheram esse campo se limitaram a descrever como deveria ser essa participação, ao passo que 1 respondente apontou haver pouca participação, atribuindo esse fato à diretoria anterior, mencionada como centralizadora.

Quanto à **avaliação da participação dos 3 segmentos na concretização dos objetivos da FDRP**, nota-se uma avaliação positiva em relação aos estudantes e aos professores (nos dois casos, com 5 notas “4” ou “5” dentre 8 respondentes); ao contrário, em relação aos servidores técnicos administrativos, a avaliação dos coordenadores se concentra (5 dos 8 respondentes) nas notas “1”, “2” e “3”. De se notar que nenhum respondente atribuiu nota máxima à participação dos docentes, mas também nenhum lhes atribuiu a nota mínima.

7.3 PROJETOS DA FDRP

Quanto à indicação de pelo menos três **projetos de ensino em desenvolvimento na FDRP**, as menções são: as atividades de monitoria foram referidas por dois respondentes, bem como o Laboratório de simulação, ainda em fase de implementação; atividades complementares de ensino como palestras, seminários e congresso; o Najurp; graduação e pós graduação (*stricto e lato sensu*); o PET e o Programa PEEG da Pró-Reitoria de Graduação.

Quanto à indicação de pelo menos três **projetos de pesquisa em desenvolvimento na FDRP**, de modo geral as respostas indicaram projetos desenvolvidos por docentes da Unidade, com ou sem fomento institucional. As menções são, quanto às agências de Fomento: Fapesp, IPEA, CNJ. Já em relação à programas da própria USP: Centro de Estudos de Direito e Desigualdade, da Pró-Reitoria de Pesquisa. Em relação aos projetos específicos dos docentes, foram lembrados: Aspectos jurídicos das redes sociais; Tutela efetiva dos dados pessoais dos Usuários da Internet; Direito administrativo concorrencial e Tributação de pequenas empresas.

Quanto à indicação de pelo menos três **projetos de extensão em desenvolvimento na FDRP**, o NAJURP e o curso Universidade Aberta à Terceira idade tiveram 3 menções; Outras referências foram: PET; Grupo de Estudos sobre a violência contra a mulher; Direito e Cinema; Direito do Estrangeiro; CEDD; Projeto Rondon e Cursos de Especialização.

As seguintes questões tratam do incentivo dos professores para participarem de Projetos.

Em relação a **Projetos de Ensino**, 7 respondentes consideram que sim, com exceção de um respondente que entende que sim, declaram que não há ou que há pouco incentivo. As causas indicadas para esse pouco incentivo seria a falta de divulgação e o baixo reconhecimento dessa participação e também o pouco engajamento dos alunos em função da grade horária – especialmente nos primeiros anos de graduação – que desestimula a participação nesses projetos.

Já quanto ao **incentivo à participação dos professores nos projetos de pesquisa** há unanimidade nas respostas no sentido positivo, ou seja, há incentivo. Indicam ainda 2 respondentes que a pesquisa é o aspecto mais valorizado na avaliação do docente, e por isso é mais incentivada. Os programas institucionais da USP para a pesquisa foram lembrados. Contudo, destacam também que mesmo havendo pesquisa

na Unidade, essa é eminentemente individual, sem interação entre os docentes. O excesso de atividades burocráticas também é apontado como um impedimento para a realização de pesquisa. Um respondente declarou que a antiga diretoria da Unidade não incentivava a pesquisa.

Sobre o **incentivo à participação dos professores em programas de pós-graduação**, somente 2 responderam que sim, ao passo que 5 responderam não. 3 respondentes mencionam diretamente entraves que teriam sido opostos pela antiga diretoria à participação dos docentes em programas de pós graduação externos à FDRP. 1 respondente afirmou que apenas alguns professores puderam participar do programa da Unidade, em fase de criação. 1 respondente entendeu que o único estímulo é o custo para a carreira docente de não estar credenciado.

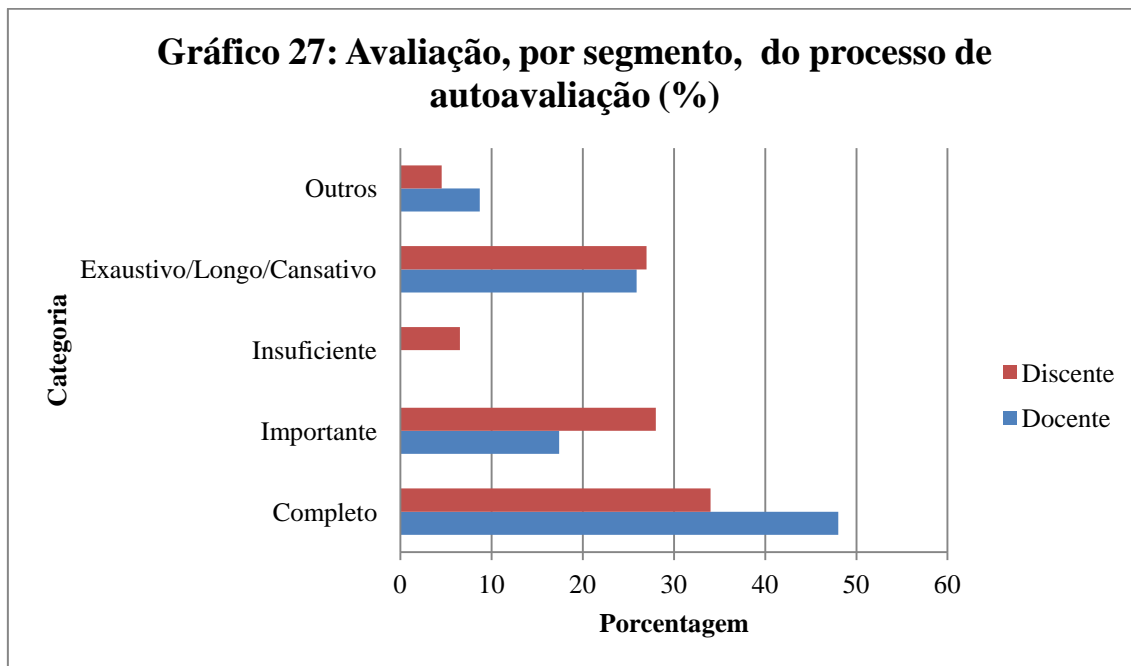
Quanto ao **incentivo para professores participarem de projetos de extensão**, 3 respondentes indicam que sim e 4 indicam que não. Nos comentários, nota-se que os docentes ressentem-se de falta de incentivo, de falta de divulgação das atividades, e do pouco valor que é dado à extensão pela Universidade. Um respondente ressalta que não existe uma política institucional de extensão, e que por isso acaba dependendo da iniciativa pessoal dos docentes.

Quanto ao **incentivo para participação de alunos em projeto de pesquisa**, 6 coordenadores responderam que sim, que existe incentivo, e somente 1 que não há. A oferta de bolsas é apontada por 3 respondentes como a maneira como se dá esse incentivo.

Sobre o **incentivo à participação de alunos em projetos de extensão**, as opiniões se dividem, com 3 coordenadores apontando que sim, e 3 apontando que não. Financiamento foi apontado por 2 respondentes como uma forma de incentivo; 1 deles apontando também a iniciativa pessoal de docentes. 1 afirmou que a extensão ainda padece de muito pouco incentivo, e outro aponta que são poucos os professores envolvidos em projetos de extensão.

8 AVALIAÇÃO GERAL PELOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Para possibilitar a análise do próprio processo avaliativo conduzido pela Comissão de apoio à Avaliação, os instrumentos contemplaram espaços para que os segmentos pudessem comentar a experiência com relação à participação na avaliação.



No segmento discente, um dos destaques deu-se em relação à percepção de que o questionário foi **completo**: abrangente, minucioso e adequado às necessidades da instituição. O segmento docente, nessa categoria, caracterizou o questionário como produtivo, satisfatório e detalhado.

Na categoria **importante**, os discentes consideraram o processo de avaliação relevante no atual momento institucional de revisão e de reformulação do Projeto Político-Pedagógico, além de propiciar a reflexão acerca da faculdade e de seus problemas. Nesse sentido, os docentes apontaram o processo de avaliação como democrático.

Os discentes que entenderam o questionário como **insuficiente** diagnosticaram certas deficiências, como: possibilidades limitadas de respostas em algumas perguntas; falta de questionamento em relação às expectativas profissionais dos alunos, à sua qualidade de vida, à atuação do Centro Acadêmico e à relação dos alunos entre si e com os professores.

No tocante à categoria **exaustivo/longo/cansativo**, o segmento discente criticou o questionário devido à sua extensão, demandando tempo considerável para o

preenchimento, e por ser repetitivo em alguns momentos e pouco claro/objetivo em outros. A visão docente posicionou-se na mesma direção, compreendendo o questionário como confuso e repetitivo em alguns setores.

A categoria **outros** envolve respostas de ambos os segmentos (discente e docente) inviáveis de serem inseridas nas demais categorias acima (por exemplo: não sei, nada a declarar), representando um número pequeno diante do total e englobando, também, respostas em que não foi possível detectar a avaliação referente ao processo de auto avaliação que tinham a intenção de trazer.

Para as próximas edições, os discentes sugeriram a elaboração de perguntas mais direcionadas e objetivas, o que tornaria o processo de preenchimento menos exaustivo e demorado; a necessidade de avaliação específica de docentes/disciplinas; a aplicação constante de novos questionários, com a formação de uma Comissão permanente para tal fim; a criação de mecanismos mais eficientes de distribuição de senhas de acesso aos questionários; a possibilidade de responder aos questionários em momentos diferentes, com a alternativa de salvar as respostas já construídas. Houve também o elogio do anonimato das respostas da presente edição.

Por sua vez, os docentes sugeriram o debate de objetivos institucionais e o melhoramento da interface gráfica.

Ambos os segmentos (discente e docente) destacaram a importância de os resultados da presente edição serem divulgados e debatidos da forma mais ampla possível, com a realização das mudanças necessárias.

De modo geral, a percepção do processo avaliação pelos **coordenadores** foi negativa. 3 criticaram a extensão e a falta de clareza de algumas perguntas. 1 afirma que não está claro o intuito do questionário e considerou-o tendencioso. Também foi apontado como problema o fato de o questionário ser aplicado em período de transição de Diretoria. 2 entendem que ele é promissor embora 1 entenda que haverá sérios obstáculos para que produza frutos. Apenas 1 coordenador apresentou sugestões sobre o questionário indicando que a avaliação deveria ser mais clara e precisa.

9 CONCLUSÕES

Os resultados apresentados no presente relatório, mesmo considerando alguns problemas metodológicos surgidos nas fases de coleta dos dados e da sua organização, podem servir de subsídio para os debates que se iniciam na FDRP/USP sobre a revisão do Projeto Político Pedagógico do seu curso de Direito, em termos de diagnóstico interno.

Abaixo a Comissão aponta alguns eixos/temas mais recorrentes no conjunto das respostas obtidas, por segmento, que merecem apreciação por parte dos colegiados da Unidade.

Segmentos	Organização didático pedagógica	Ensino	Pesquisa	Extensão	Condições administrativas e de infraestrutura
Discente	Necessidade de flexibilizar a estrutura curricular do curso com mais disciplinas optativas e menos disciplinas obrigatórias; revisar o posicionamento de algumas disciplinas na grade curricular; inserir na dinâmica curricular mais conteúdos de Direito Público e distribuir, de modo equilibrado ao longo do curso, os créditos correspondentes às disciplinas ministradas.	Crítica à priorização de aulas expositivas como critério hegemônico de ensino; à desvalorização de processos de aprendizagem ativa e à ênfase excessiva ao ensino, em prejuízo da pesquisa e,	Considerada importante para a prática acadêmica. Todavia, há óbices institucionais à participação em projetos/programas/grupos de pesquisa, como a falta de tempo decorrente de uma grade horária pouco flexível com sobrecarga de disciplinas obrigatórias e de aulas expositivas.	Houve o reconhecimento da importância da extensão para a formação acadêmica e de impactos que as atividades de extensão desenvolvidas pela Unidade têm sobre a sociedade. Todavia, foram apontados óbices institucionais à participação em programas/projetos de extensão, como a insuficiência de tempo decorrente de uma	Crítica ao acesso à internet e às informações administrativas. Dentre as demandas está a ampliação da biblioteca e do acervo de livros. Reconhecem a necessidade de contratar mais docentes e servidores. Todavia a grande maioria dos discentes quando perguntados sobre a atuação dos órgãos colegiados da faculdade não souberam

		principalment e, da extensão.		grade horária pouco flexível com sobrecarga de disciplinas obrigatórias e de aulas expositivas.	responder, por não terem muito contato.
Docente	Necessidade de melhor organizar e posicionar as disciplinas ao longo do curso; inserir na dinâmica curricular mais conteúdos de Direito Público e dar liberdade aos discentes para escolher os conteúdos que aprenderão.	Pouca inovação em metodologia de ensino de graduação.	Considerada importante para a prática acadêmica. Contudo, o excesso de exigências formais e burocráticas da instituição, além da sobrecarga da grade horária do ensino de graduação, da falta de orientação e de suporte administrativo dificultam a realização de pesquisas.	Houve o reconhecimento da importância da extensão para a formação acadêmica e de impactos que as atividades de extensão desenvolvidas pela Unidade têm sobre a sociedade. Contudo, foram apontados óbices institucionais à participação em programas/projetos de extensão, como a	Necessidade de aumentar o número de laboratórios para atividades e melhorar o acesso à informações administrativas. Demandam maior disponibilidade de salas para instituições, grupos de estudos e laboratórios. Relatam urgência na capacitação e qualificação de profissionais e também em contratar docentes e

				existência de parcela do corpo docente que não compreende a importância da extensão e dificulta a participação discente; a grade curricular que privilegia excessivamente o ensino e a falta de espaço e de apoio institucional.	funcionários. O único órgão colegiado avaliado negativamente foi a assistência financeira.
Coordenadores	As respostas foram heterogêneas, apontando para um conflito sobre a identidade da FDRP. Contudo, houve um acordo sobre a orientação desta em preparar para a pesquisa e em formar	Apontaram que há incentivo aos projetos de ensino, mas entre as dificuldades apontadas está	As respostas são unânimes ao afirmar que há incentivo aos projetos de pesquisa dos docentes, sendo que este aspecto foi apontado como sendo o mais valorizado entre eles. Relatam ser uma	Em relação aos docentes, 4 coordenadores apontam que há incentivo para projetos de extensão e 3 apontam que não há, alegando falta de divulgação e de	

	profissionais interdisciplinares e com visão crítica. Apontam a dificuldade em engajar os professores e servidores nas atividades da faculdade como um dos desafios da atividade de coordenação.	a pouca divulgação e desinteresse dos alunos em função da grade horária.	atividade eminentemente individual e que o excesso de atividades burocráticas atrapalham a dedicação. Em relação aos discentes, as bolsas são apontadas como o principal incentivo à pesquisa.	incentivos. Quanto aos alunos, 3 coordenadores apontam que há para a participação em projetos de extensão e 3 que não há.	
Servidores Técnico-administrativos			O segmento servidor técnico administrativo, em sua maioria, não tem informação sobre as atividades de pesquisa desenvolvidas na FDRP.	A expressiva maioria dos respondentes desse segmento declarou que nunca participou de nenhuma atividade extensionista. A totalidade dos respondentes declarou que nunca recebeu incentivo para a participação em	Avaliaram em conceitos altos as condições administrativas e de infra estrutura, sendo o menor conceito para acesso às informações administrativas, que ficou com 3. Não houve homogeneidade nas demandas, mas muitos apontaram a

				atividades de extensão na Unidade.	necessidade de separar banheiro e copa. Apontam urgência na capacitação e qualificação de profissionais e também na contratação de mais docentes e servidores. Avaliaram positivamente os órgãos colegiados.
--	--	--	--	------------------------------------	--

10 ANEXOS

- Modelos dos questionários aplicados;
- Atas das reuniões da Comissão;
- Atas dos Fóruns;
- Outros documentos.